

RELATÓRIO IFRN 2024

INSTITUTO FEDERAL
DO RIO GRANDE DO NORTE

FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITOR DO IFRN

José Arnóbio de Araújo Filho

AUDITORA GERAL DO IFRN

Nathalia de Sousa Valle da Silva

CONSELHO SUPERIOR DO IFRN CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

COLÉGIO DE DIRIGENTES

José Arnóbio de Araújo Filho

Presidente

Carolina Helena de Gois Dantas

Secretária

COORDENAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA EQUIPE DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Carlos André de Oliveira

Fabiana Melo de Araújo

Fernando Henrique da Silva Breustedt

Ismael Félix Coutinho Neto

Marcus Vinícius Dantas de Assunção

Marcus Vinicius Duarte Sampaio

Raphael Siqueira Fontes

Raquel Priscyla da Silva Costa

Renata Fernandes da Paz de Oliveira

PROJETO GRÁFICO

Jorge Henrique de Medeiros Santos

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

José Nivaldo Fonseca Júnior

Aprovado pelo Consup/IFRN.

***Resolução 38/2025- CONSUP/IFRN,
assinada em 28 de março de 2025.***

Natal/RN, 28 março de 2025.



MENSAGEM DO REITOR

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) apresenta neste documento os principais resultados de uma estrutura acadêmica e administrativa multicampi, mantida por profissionais de educação em todo o estado. Como gestor máximo dessa instituição, inicio a apresentação destacando o trabalho dos 2691 servidores, que, dia a dia, mantém firmes o compromisso de levar educação pública e de qualidade a todas as unidades do Instituto.

Com esse trabalho, 39.387 estudantes hoje são atendidos, alcançando um índice de permanência e êxito de 75,9%. Sabemos que esse dado pode melhorar e, para isso, muitas ações são implementadas. Nessa perspectiva, 18.496 estudantes foram atendidos em 2024 com os programas de Assistência Estudantil, 9.420 deles recebendo bolsas de auxílios.

Para dar suporte à formação desses estudantes, como também fazer frente a problemas sociais ainda presentes em nosso estado e nação, foram desenvolvidos 528 projetos de Pesquisa e Inovação, entre eles, 31 em parceria com entidades externas, e 424 projetos de Extensão, sendo 297 voltados diretamente para ações sociais.

Além disso, 1.317 estudantes conseguiram espaço e vaga em programas de estágio e aprendizagem graças a articulações e projetos institucionais. Considerando os desafios relacionados a recursos financeiros, o IFRN promoveu no ano 106 ações relevantes de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária. Para ampliar os projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e aprimoramento tecnológico e institucional, conseguiu captar mais de R\$ 140 milhões por meio de fontes extraorçamentárias.

Com dedicação, investimento e trabalho integral do ser humano para outros seres humanos, os resultados vêm. É uma alegria destacar que 9 dos 11 cursos avaliados em 2024 pelo INEP receberam a nota máxima 5, como também divulgar que 388 estudantes receberam suporte e fomento institucional para participar de ações de mobilidade internacional.

Paralelamente a essas ações, são desenvolvidos projetos que dão transparência ao que é realizado pela instituição, como a série de filmes “IFRN - uma jornada para o futuro”, que mostra o que é realizado em cada uma das 23 unidades da Instituição (campi e polo

de inovação). Em outra frente, são elaborados documentos normativos e desenvolvidas campanhas que buscam implementar ambientes mais justos e que consideram questões imprescindíveis como igualdade de gênero e raça e o fim das situações de assédio e opressão, não só na instituição como em toda sociedade.

Para finalizar esta apresentação inicial, na função de Presidente das instâncias de governança do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, declaro o compromisso em assegurar a integridade do presente Relatório, tendo compreendido todos os níveis hierárquicos decisó-

rios e suas equipes técnicas para a obtenção e consolidação das informações, e aprovado o produto ora apresentado. Considerando a inovação representada pelo formato de relato integrado para o Relatório Anual de Gestão, nos pautamos pelas melhores práticas adotadas pelas organizações, públicas e privadas, assim como seguir as recomendações e determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União. Nossa opinião é que, atendendo ao dever de prestar contas à sociedade, divulgamos de forma concisa, transparente e objetiva os resultados alcançados em 2024 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.



O IFRN EM NÚMEROS

- **39.387** discentes matriculados em diferentes modalidades, com Permanência e Êxito escolar em **75,9%**;
- **9 de 11** cursos avaliados pelo INEP em 2024, com **nota 5**;
- **528** projetos de pesquisa e inovação, dos quais **31** com parcerias de entidades externas;
- **931** eventos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos realizados de forma virtual e presencial;
- **424** projetos de extensão, sendo **297** voltados para ações sociais;
- **106** ações relevantes de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária e criativa
- **1.317** discentes encaminhados para programas de estágio e de aprendizagem;
- **388** discentes envolvidos em ações de mobilidade internacional;
- **76%** do corpo docente com pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado;
- Mais de **R\$ 140 milhões** captados de fontes extraorçamentárias para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional.



SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO	11
1.1. IDENTIFICAÇÃO DO IFRN	12
1.2. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	13
1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	14
1.4. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	16
1.4.1. MODELO DE GOVERNANÇA	16
1.4.2. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	17
1.4.3. MECANISMOS DE CONTROLE DA GOVERNANÇA	20
1.4.4. CORPO PRINCIPAL DE DIRIGENTES	23
1.5. MODELO DE NEGÓCIOS	26
1.5.1. PRINCIPAIS PRODUTOS	26
1.6. CADEIA DE VALOR	30
1.7. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	31
1.7.1. IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	35
1.8. DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES	37

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	38
2.1. ESTRATÉGIA DE GESTÃO	39
2.2. APOIO DA GOVERNANÇA NA GERAÇÃO DE VALOR	41
2.2.1. PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA EM AÇÃO NO IFRN	41
2.2.2. DIRETRIZES DA GOVERNANÇA PÚBLICA NA PRÁTICA DO IFRN E OS AVANÇOS DE 2024/2025	41
2.2.3. O PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO IFRN: UM PILAR DA GOVERNANÇA	42
2.3. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	43
2.3.1. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS E DE ROTINA	43
2.3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA ESTUDANTES E SOCIEDADE	47
2.3.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS ACADÊMICOS	59
2.3.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA GESTÃO E INFRAESTRUTURA	77
2.3.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA ORÇAMENTO	91
3. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	95
3.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	96
3.1.1. PERFIL DO GASTO DO IFRN	96
3.1.2. ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DO GASTO	97
3.1.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	104
3.1.4. DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	105
3.2. GESTÃO DE PESSOAS	106
3.2.1. CONFORMIDADE LEGAL	106
3.2.2. FORÇA DE TRABALHO	106

3.2.3.	ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS	108
3.2.4.	DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL	108
3.2.5.	JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO/DIMINUIÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL	109
3.2.6.	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	109
3.2.7.	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM NÚMEROS	110
3.2.8.	REMUNERAÇÃO	110
3.2.9.	OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO	111
3.2.10.	PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)	112
3.2.11.	ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO	114
3.2.12.	CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS	115
3.2.13.	PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	116
3.3.	GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	117
3.3.1.	CONFORMIDADE LEGAL	117
3.3.2.	PERFIL DOS GASTOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS	117
3.3.3.	PRINCIPAIS CONTRATOS DE FUNCIONAMENTO	119
3.3.4.	CONTRATAÇÕES DIRETAS	120
3.3.5.	PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	121
3.4.	GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	123
3.4.1.	CONFORMIDADE LEGAL	123
3.4.2.	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL	124
3.4.3.	AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS DE CAPITAL	125
3.4.4.	LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS	129
3.4.5.	MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES E DESFAZIMENTO DE ATIVOS	129
3.4.6.	PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	129

3.5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	131
3.5.1. CONFORMIDADE LEGAL	131
3.5.2. MODELO DE GOVERNANÇA DE TI	131
3.5.3. MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI	132
3.5.4. GASTOS DE TI POR PLANO INTERNO	133
3.5.5. CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI	134
3.5.6. PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO	134
3.5.7. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	135
3.5.8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	137
3.6. GESTÃO DE CUSTOS	138
3.6.1. ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO	138
3.6.2. ESTIMATIVA DE CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL	139
3.6.3. RELACIONAMENTO ENTRE OS PROGRAMAS E RELEVÂNCIA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	141
3.6.4. ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS E MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS	143
3.7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	144
3.7.1. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	144
3.7.2. AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS	144
3.7.3. REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES	145
3.7.4. OUTRAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	146

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	147
4.1. GESTÃO DE RISCOS	148
4.1.1. PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	149
5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	154
5.1. RELATO DA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	155
5.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	156
5.3. NOTAS EXPLICATIVAS	156
6. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	157
6.1. INDICADORES DO ACÓRDÃO Nº 2267/2005-TCU	158
7. ANEXOS E APÊNDICES	160
GLOSSÁRIO	161
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACIONES	163
INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994	165

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO



Imagem de DC Studio no Freepik

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO IFRN

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), conforme estabelecido pela Lei nº 11.892/2008. Vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua missão é prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte.

Com presença em todo o estado do Rio Grande do Norte, o IFRN conta com 22 campi, atendendo a um total de 39.387 estudantes. Em 2024, a instituição seguiu avançando na implantação de três novos campi, cujas atividades estão previstas para iniciar em 2025, juntamente com o processo de ampliação de suas estruturas.

O IFRN tem como função social “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-

pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais.” Sua proposta pedagógica está estruturada em quatro eixos fundamentais – ciência, trabalho, cultura e tecnologia – que orientam as práticas educacionais de maneira integrada e complementar.

Além do ensino, o Instituto se dedica à pesquisa e à extensão, fomentando a geração e a difusão de conhecimento, o estímulo à produção cultural e o desenvolvimento de iniciativas que contribuam para a inclusão social e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais do Rio Grande do Norte. Nesse contexto, o IFRN reafirma seu papel transformador na sociedade, promovendo processos educacionais construídos a partir das relações sociais e do compromisso com a igualdade e a justiça social.



1.2. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

CANAL	FORMA DE COMUNICAÇÃO/INTERAÇÃO
 <p>TELEFONE INSTITUCIONAL</p> <p>Números para contato: https://suap.ifrn.edu.br/comum/telefones/</p>	<p>Através de contato telefônico, servidores, alunos, terceirizados, fornecedores, prestadores de serviço, pais, responsáveis, egressos e membros da comunidade externa (desde agentes públicos até órgãos da imprensa) buscam informações complementares e direcionamento para suas dúvidas.</p>
 <p>E-MAIL</p> <p>comunicacao.reitoria@ifrn.edu.br Para acesso às redes sistêmicas (cada campus possui a sua página), pesquise por IFRN + nome do campus</p>	<p>Uma das principais ferramentas de comunicação interna, é o caminho pelo qual servidores são informados sobre alterações no fazer institucional; o e-mail é, ainda, canal de suporte a dúvidas, envio de convites e comunicados, além de busca a informações de caráter público.</p>
 <p>PORTAL INSTITUCIONAL</p> <p>portal.ifrn.edu.br</p>	<p>Principal meio de divulgação de conteúdo do Instituto, o Portal IFRN é o espaço em que são publicadas notícias e reportagens, que fomentam a sociedade com informações de interesse público, dando retorno das ações aqui desenvolvidas. É no Portal, ainda, que editais para processos de seleção de servidores, alunos e de projetos, entre outros, são publicados.</p>
 <p>REDES SOCIAIS</p> <p>@IFRNoficial Facebook, Instagram, LinkedIn, TikTok, X e YouTube</p>	<p>Embora sejam abertas a todos os públicos, as redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn, TikTok, X e YouTube) são, por excelência, espaço de interação dos que fazem o IFRN. Estudantes e servidores tomam conhecimento das atividades que seus colegas das demais unidades do Instituto estão desenvolvendo, trocam informações e expertises com sob um viés menos burocrático.</p>

Fonte: Portal Institucional, SUAP, DICI, 2024.

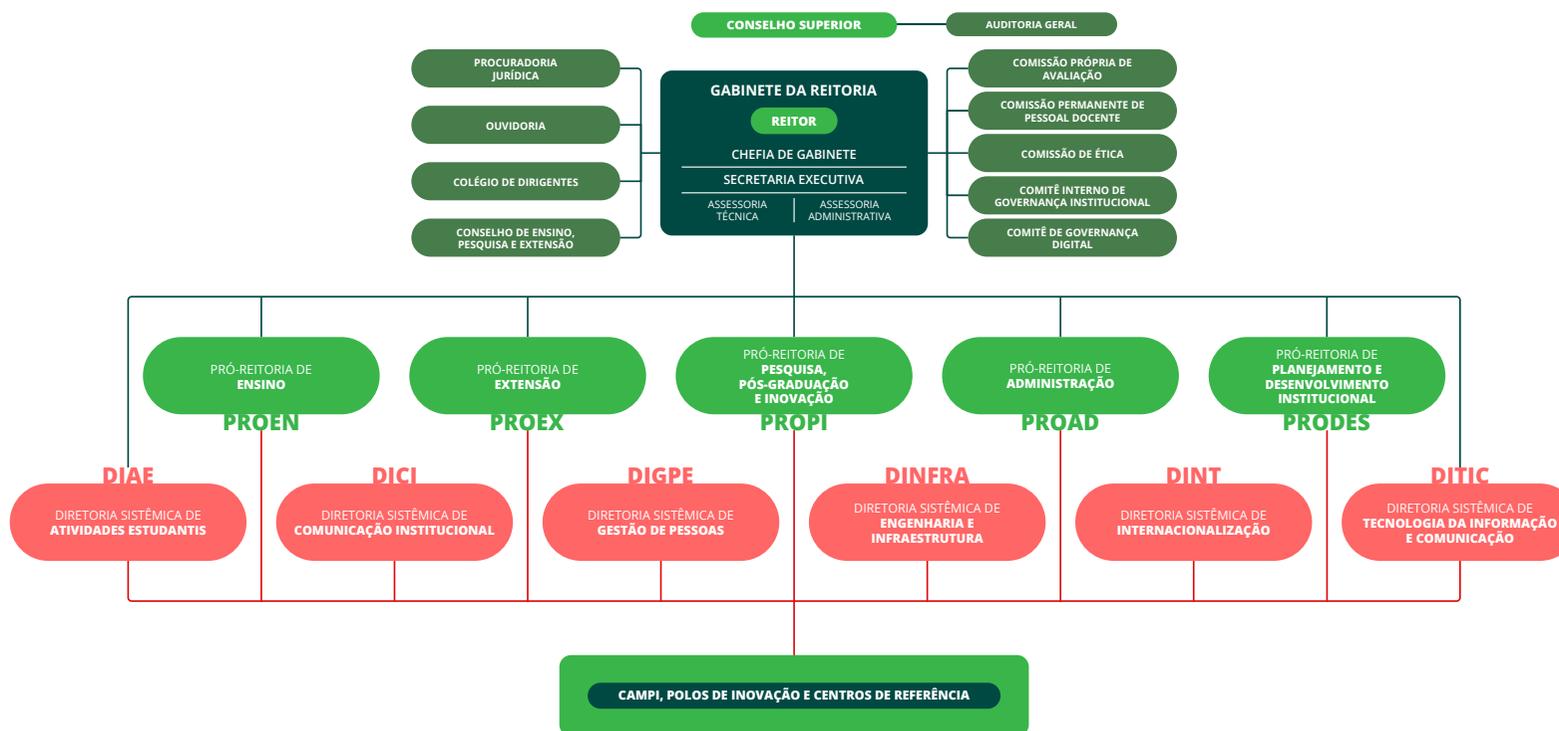
1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Tendo uma estrutura *multicampi* e pluricurricular, a organização do IFRN se estrutura entre Reitoria, dividida em áreas ou subunidades estratégicas, 22 campi e um Polo de Inovação. Assim, institucionalmente, a Reitoria funciona como órgão gestor central da estrutura do IFRN, responsável por administrar, coordenar e a supervisionar todas as atividades das unidades (os campi, os campi avançados, o Polo de Inovação e

a própria Reitoria). Nesse sentido, há um inter-relacionamento e interdependência entre as subunidades estratégicas na Reitoria e as respectivas vinculações funcionais nas demais unidades acadêmico-administrativas.

A Figura 1 apresenta a Reitoria e subunidades estratégicas do IFRN.

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DE REFERÊNCIA PARA A REITORIA



Fonte: Elaborado com base no Regimento Geral do IFRN, 2023^[1].

[1] Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/acesso-a-informacao/estatutos-e-regimentos/regimento-geral/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

OS CAMPI SÃO:

- Natal-Central;
- Mossoró.

CAMPI ORIUNDOS DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EPT:

- Apodi;
- Caicó;
- Canguaretama;
- Ceará-Mirim;
- Currais Novos;
- Ipanguaçu;
- João Câmara;
- Lajes
- Macau;
- Natal-Cidade Alta;
- Natal-Zona Norte;
- Nova Cruz;
- Parelhas;
- Parnamirim;
- Pau dos Ferros;
- Santa Cruz;
- São Gonçalo do Amarante; e
- São Paulo do Potengi.

CAMPI AVANÇADOS:

- Jucurutu;
- Natal-Zona Leste.

E MAIS:

- Polo de Inovação Currais Novos.

O quadro de descrição de detalhamento dos Cargos de Direção (CD) e das Funções Gratificadas (FGs) da Estrutura Administrativa deste IFRN está apresentado no *link* da **Portaria nº 928/2024 - RE/IFRN**.

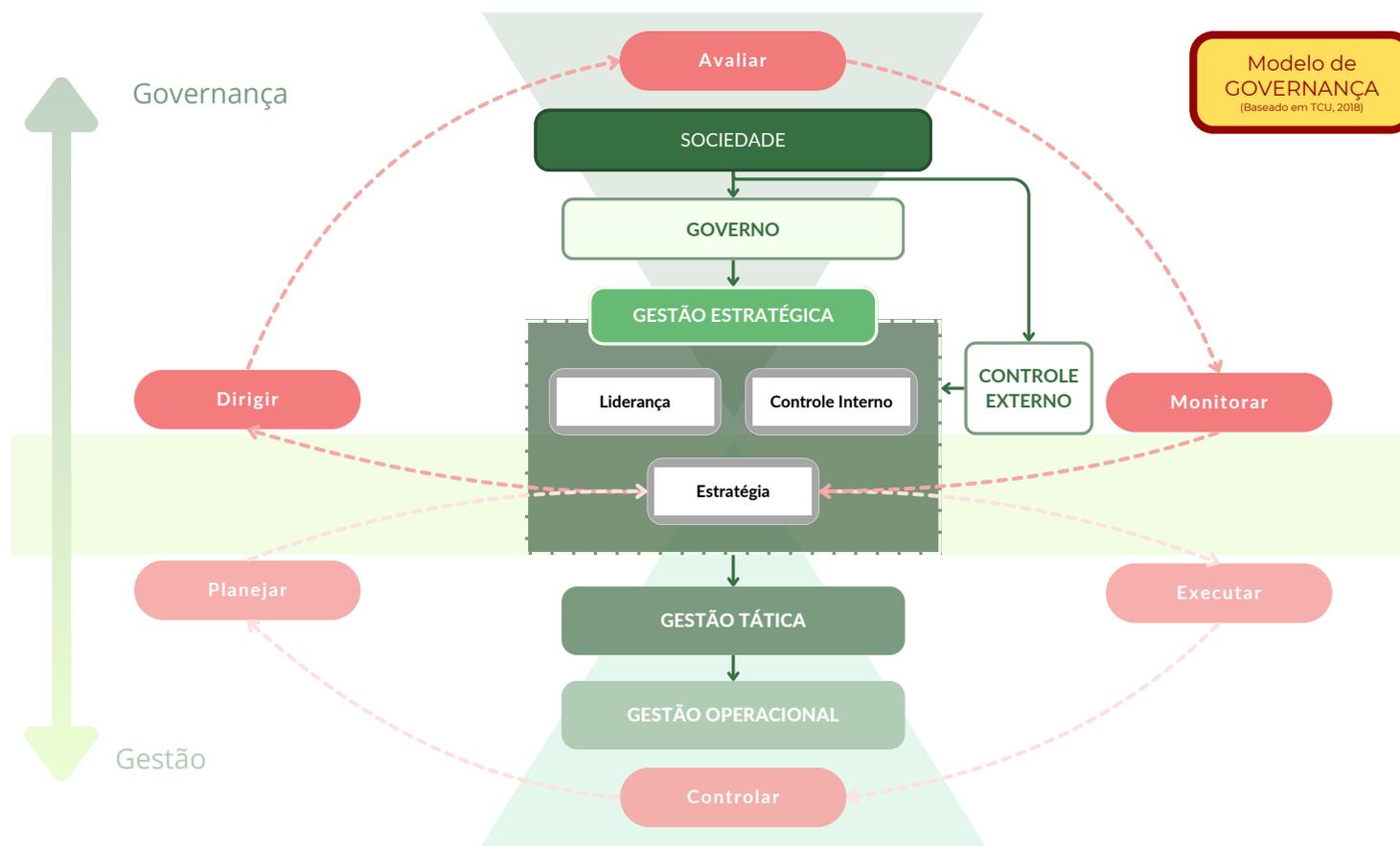
1.4. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

1.4.1. MODELO DE GOVERNANÇA

O IFRN possui um modelo de governança que visa garantir uma gestão democrática, transparente e eficiente. A estrutura desse modelo engloba a participação de diversos grupos da comunidade, assegurando que as ações estejam em conformidade com a legislação e com as necessidades da sociedade. Para facilitar a compreensão da governança do IFRN, podemos visualizá-la como um sistema onde as diferentes partes interagem.

A Figura 2 representa visualmente “quem faz o quê” e “como as decisões são tomadas”. Assim, podemos dividir os participantes desse modelo em três grupos principais:

FIGURA 2: MODELO DE GOVERNANÇA DO IFRN



Fonte: Comissão de coordenação, sistematização e revisão técnica, 2023.

▪ **ÓRGÃOS EXTERNOS:** são estruturas governamentais que supervisionam e fiscalizam as atividades do IFRN, assegurando o cumprimento de suas obrigações e a correta aplicação dos recursos. Eles podem influenciar a governança, estabelecendo ou recomendando práticas, como o Tribunal de Contas da União (TCU), os órgãos superiores dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, e o Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Além disso, podem oferecer apoio à governança, por meio de recomendações e consultoria, como a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério Público Federal (MPF), conselhos profissionais e entidades de controle social.

▪ **ÓRGÃOS INTERNOS:** são estruturas que atuam na gestão e no controle das atividades do IFRN, auxiliando a organização da instituição, a tomada de decisões e a garantia do uso eficiente dos recursos. A governança é exercida por colegiados superiores, colegiados internos, reitor, pró-reitores e diretores sistêmicos, responsáveis pela governança direta, como o Conselho Superior (CONSUP) e o Comitê Interno de Governança Institucional (CIGI); e o apoio à governança interna por órgãos sistêmicos e comissões permanentes, como a Auditoria Geral (AUDGE), a Procuradoria Jurídica (PROJU), Ouvidoria, Unidade de Gestão de Integridade (UGI), Corregedoria, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e Comissão de Ética Institucional (CEI).

▪ **COMUNIDADE:** a sociedade também participa da governança do IFRN, por meio de representantes nos conselhos e de diferentes canais de comunicação, como a ouvidoria. A participação ativa da comunidade é importante para garantir que a instituição atenda às necessidades da sociedade.

Desse modo, esse modelo de governança pública do IFRN abrange todas as ações da instituição para garantir que suas atividades estejam alinhadas aos interesses da sociedade. Engloba um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que permitem a avaliação, o direcionamento e o monitoramento da gestão, em conformidade com o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal.

1.4.2. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte^[2] faz parte de uma rede nacional de institutos de educação profissional, científica e tecnológica. Ele possui um sistema de governança único no país, com cada campus tendo autonomia educacional, administrativa e financeira. Essa estrutura multicampi, em que cada

unidade funciona de forma independente, mas integrada a um sistema maior, foi criada com base em conceitos modernos de organização^[3].

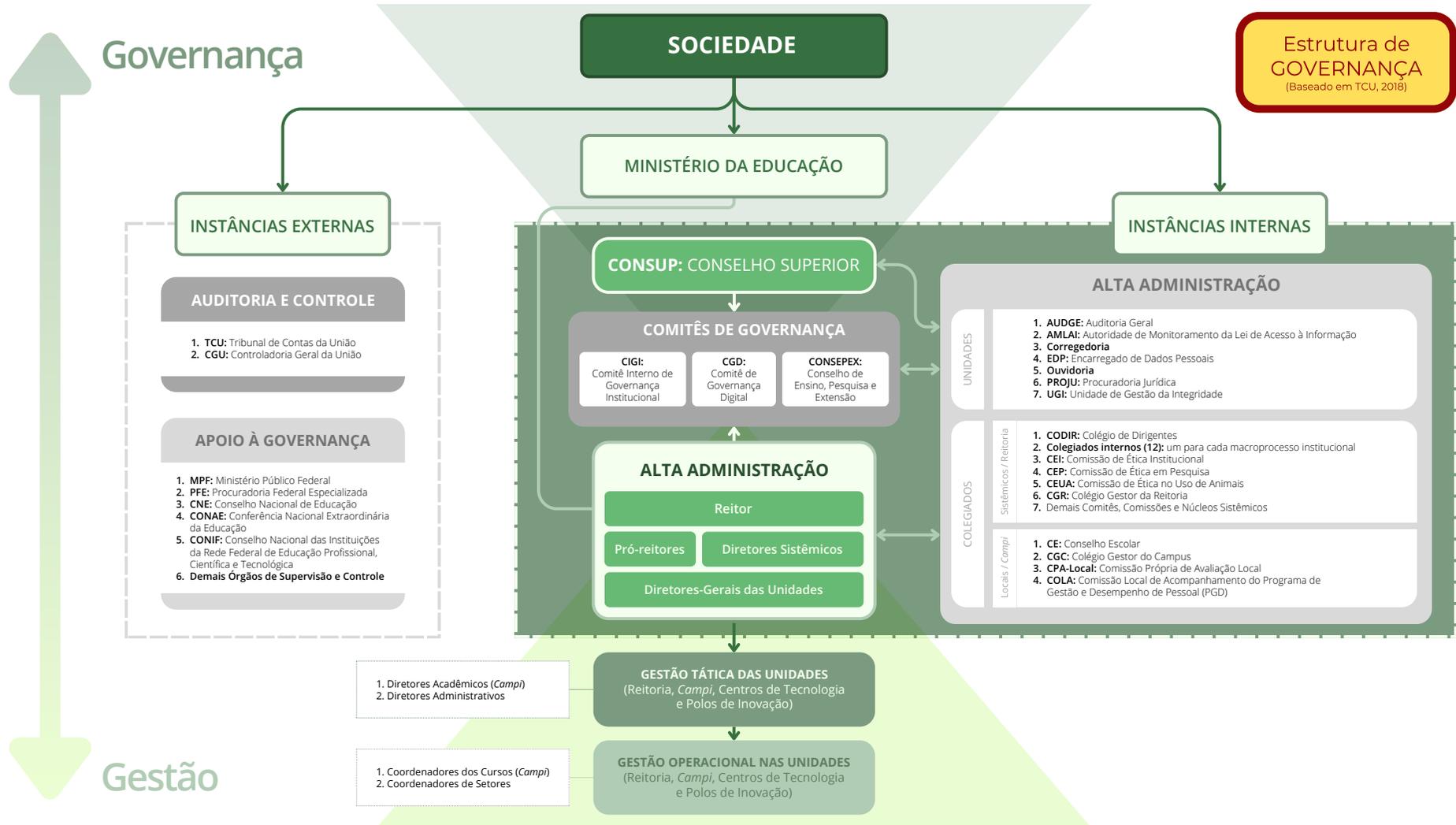
Dentro do IFRN, existem diferentes órgãos que trabalham para que a instituição funcione da melhor forma possível. Eles são como

os “braços” da governança, cada um com sua função específica de liderança, estratégia ou controle, ilustradas na Figura 3. Os principais são os órgãos colegiados e as instâncias de apoio, que garantem a participação de diferentes setores da comunidade acadêmica na tomada de decisões.

[2] Criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com natureza jurídica de autarquia, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

[3] De acordo com FERNANDES, Francisco C. M. *Racionalidades e Ambiguidades da Organização Instituto Federal: o caso do Rio Grande do Norte*. Braga: Universidade do Minho, 2015.

FIGURA 3: ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DO IFRN



Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Os órgãos colegiados são grupos formados por representantes de diferentes partes da comunidade do IFRN, como professores, alunos e servidores, que se reúnem para discutir e tomar decisões importantes sobre a instituição. No IFRN, a instância máxima de governança é exercida pelo **Conselho Superior (Consup)**, que possui caráter consultivo e deliberativo, e é composto por representantes de docentes, de servidores técnico-administrativos, dos estudantes, de egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes.

Com a revisão do regimento institucional, a atuação da governança foi estrategicamente dividida nos seguintes colegiados:

▪ **COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL (CIGI):** é o órgão de Governança, de caráter consultivo e deliberativo, responsável por otimizar a gestão e o acompanhamento das práticas de gestão de riscos, gestão da integridade, transparência e gestão de processos institucionais. É composto pelos representantes da alta administração e pelos responsáveis das unidades de apoio à governança e do processo de gestão de processos.

▪ **COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL (CGD):** é o órgão de caráter estratégico e deliberativo, que determina as estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), as prioridades dos investimentos em TIC e delibera sobre os assuntos relacionados à Governança Digital e à Segurança da Informação e Comunicação, em estreito alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). É formado pelos Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e de Extensão, por representantes da alta administração e das unidades de apoio à governança.

▪ **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPEX):** é o órgão normativo, consultivo e deliberativo sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, constituído pelos Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e de Extensão, por representantes de coordenadores de curso, da equipe técnico-pedagógica, de docentes, de servidores técnico-administrativos, de discentes, e da sociedade civil, vinculados a instituições de fomento à pesquisa e/ou à extensão.

Esses quatro órgãos colegiados principais, liderados pelo Reitor, se reúnem periodicamente para tomar decisões. O Conselho Superior a cada dois meses, o CGD a cada seis meses e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a cada três meses. A periodicidade de reuniões do CIGI ainda será definida em seu regimento interno, a ser elaborado pelo próprio Comitê no ano de 2025. Já as funções de cada órgão estão previstas no Estatuto do IFRN^[4].

Já as instâncias de apoio à governança são estruturas criadas para garantir a conformidade e a regularidade dos atos de gestão, de modo que as decisões importantes tomadas pelos órgãos colegiados do IFRN sejam as mais adequadas para cada contexto. Essas estruturas podem ser unidades ou órgãos colegiados e, a seguir, serão descritos esses mecanismos de controle da governança.

[4] Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/acesso-a-informacao/estatutos-e-regimentos/estatuto>. Acesso em 17 fev. 2025.

1.4.3. MECANISMOS DE CONTROLE DA GOVERNANÇA

Os mecanismos de controle são ferramentas e instrumentos utilizados para garantir a conformidade e a regularidade dos atos de gestão. Para garantir que as decisões importantes tomadas pelos órgãos colegiados do IFRN sejam as mais adequadas, esses mecanismos foram divididos em instâncias e instrumentos. As instâncias são órgãos colegiados e unidades administrativas que garantem a conformidade e a regularidade dos atos de gestão. E os instrumentos são documentos, ferramentas e mecanismos que auxiliam no controle e na gestão dos riscos.

1.4.3.1. INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

As instâncias de apoio à governança, que podem ser unidades administrativas ou colegiados, são como os guardiões da boa conduta e do bom funcionamento de uma organização. Elas garantem que as decisões sejam tomadas de forma transparente, ética e responsável, sempre visando o melhor interesse de todos os envolvidos. São como as engrenagens que mantêm a máquina funcionando de forma justa e eficiente, colaborando para que os objetivos sejam alcançados com integridade e respeito a todos. No IFRN, essas instâncias são diversas e atuam em diferentes áreas. As Unidades de apoio são as seguintes:

- **AUDITORIA GERAL (AUDGE):** unidade responsável por realizar auditorias internas independentes para avaliar a eficácia dos controles internos, a gestão de riscos e a conformidade com as leis e regulamentos. No IFRN, a AUDGE está ligada ao Conselho Superior, conforme descrito no Regimento Geral, e tem como objetivo principal garantir a boa governança e o uso eficiente dos recursos.
- **AUTORIDADE DE MONITORAMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (AMLAI):** gerencia as solicitações de acesso à informação, garantindo o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e a transparência na gestão pública.
- **CORREGEDORIA:** é um órgão de controle interno que tem como objetivo garantir a regularidade e a conformidade dos atos de gestão, apurando denúncias de irregularidades administrativas e indicando as sanções disciplinares que devem ser aplicadas aos respectivos servidores, quando necessário. No IFRN, a Corregedoria está vinculada ao Comitê Interno de Governança Institucional (CIGI), que é responsável por supervisionar sua atuação e garantir a conformidade com as leis e regulamentos.
- **ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS (EDP):** responsável pela proteção de dados pessoais, garantindo o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- **OUIDORIA:** canal de comunicação entre o público e a instituição, recebendo denúncias, reclamações, sugestões e elogios. A Ouvidoria do IFRN é um canal importante para receber denúncias de irregularidades e promover a transparência.
- **PROCURADORIA JURÍDICA (PROJU):** representa a instituição judicialmente e extrajudicialmente, assessora juridicamente os órgãos internos e emite pareceres sobre questões legais.
- **UNIDADE DE GESTÃO DA INTEGRIDADE (UGI):** promove a ética e a integridade no ambiente institucional, previne e combate a corrupção e gerencia os conflitos de interesses. No IFRN, a UGI tem um papel importante na prevenção e combate à corrupção, e na promoção da ética e da integridade.

Os colegiados, por sua vez, recomendam e deliberam assuntos no âmbito de cada atuação colegiada específica. O principal colegiado consultivo previsto na lei de criação do instituto federal e em seu estatuto, o **Colégio de Dirigentes (Codir)**, é composto pelos Pró-Reitores, Diretores dos órgãos de Gestão Sistêmicos e pelos Diretores de cada um dos *campi* que integram a Instituição. Ele emite recomendações ao CONSUP sobre questões de matéria administrativa no âmbito do IFRN. Ainda em âmbito sistêmico, há:

- **COLEGIADOS INTERNOS PARA OS MACRO-PROCESSOS INSTITUCIONAIS:** cada um dos 12 macroprocessos do IFRN possui um colegiado permanente com o objetivo de auxiliar na gestão. De caráter consultivo, eles promovem a articulação entre os campi, a formação continuada dos gestores, o acompanhamento das ações e a análise de propostas. E subsidiam as Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas na formulação de políticas para cada macroprocesso.
- **COMISSÃO DE ÉTICA INSTITUCIONAL (CEI):** assegura a observância dos códigos de conduta e ética, orienta servidores(as) e promove o respeito no serviço público. Composta por presidente, três membros titulares e suplentes, todos servidores(as) efetivos(as) do IFRN, designados(as) pelo(a) Reitor(a).

- **COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS (CEP):** protege os direitos e a integridade de participantes de pesquisas, garantindo a ética nos estudos. Composto por 18 membros, incluindo oito titulares e suplentes (servidores(as) do IFRN com mestrado em diversas áreas) e dois representantes da sociedade civil.
- **COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS (CEUA):** analisa e certifica o uso de animais no IFRN para ensino, pesquisa e extensão, conforme legislação e princípios éticos. Composta por no mínimo cinco membros titulares e suplentes, incluindo biólogo(a), veterinário(a), docentes, pesquisadores(as) e representante de sociedade protetora de animais.
- **COLÉGIO GESTOR DA REITORIA (CGR):** assessora o(a) Reitor(a) em decisões estratégicas e avalia o planejamento e políticas do IFRN. Formado pelo(a) Reitor(a) (presidente), Pró-Reitores(as) e Diretores(as) Sistêmicos(as).
- **DEMAIS COMITÊS, COMISSÕES E NÚCLEOS SISTÊMICOS:** o Regimento Geral do IFRN atualizado inclui outros comitês, comissões e núcleos, cada um com funções e membros específicos. E seus detalhes podem ser obtidos na íntegra no regimento interno do IFRN, disponível no portal institucional.

Já nos *campi*, o apoio à governança se materializa através dos seguintes colegiados:

- O **CONSELHO ESCOLAR (CE)**, através do qual a sociedade civil, alunos e egressos, pais, técnicos administrativos, docentes e Diretor-Geral deliberam acerca de assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como para aprovar o calendário acadêmico do *campus*.
- O **COLÉGIO GESTOR DO CAMPUS (CGC)**, é o órgão consultivo de apoio técnico-político à gestão do *campus* e é responsável por promover a articulação permanente entre os gestores, operacionalizar ações estratégicas de desenvolvimento institucional em âmbito local e acompanhar as ações previstas nos planos de ação institucionais e em projetos e programas do *campus*. Ele é composto pelo (a) Diretor(a)-Geral, como presidente e pelos(as) gestores(as) locais de cada macroprocesso no âmbito do *campus*.
- O **COLEGIADO DA DIRETORIA ACADÊMICA (CODIAC)**, órgão deliberativo e consultivo acerca das demandas relacionadas ao ensino, representado pelos docentes do *campus*, técnicos administrativos vinculados a diretoria acadêmica e representante de alunos.
- O **CONSELHO DE CLASSE**, representado pelo Diretor Acadêmico, equipe técnico pedagógica, professores, alunos e pais, cujo objetivo é colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

- **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO LOCAL (CPA-LOCAL):** responsável por coordenar e articular o processo de avaliação institucional do *campus*, em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e da Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA-Institucional). A CPA-Local é composta por representantes de diversos segmentos da comunidade acadêmica, incluindo corpo docente, corpo técnico-administrativo e corpo discente em cada realidade local.
- **COMISSÃO LOCAL DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL (COLA):** é responsável por acompanhar e avaliar a implementação do Programa de Gestão e Desempenho de Pessoal (PGD) no âmbito do *campus*. É composta por representantes da gestão do campus e dos(as) servidores(as) participantes do PGD.

E além das instâncias de apoio à governança, o IFRN conta com alguns instrumentos de controle que visam garantir a legalidade, a transparência e a eficiência da gestão pública. A seguir serão abordados os principais instrumentos utilizados para garantir a conformidade com as normas e a otimização dos recursos públicos.

1.4.3.2. INSTRUMENTOS DE CONTROLE

Os instrumentos de controle interno e transparência do IFRN são essenciais para assegurar a gestão responsável e a prestação de contas à sociedade. Através de instâncias como a Ouvidoria, Corregedoria, Auditoria Interna e outros, o IFRN busca garantir a legalidade, a eficiência e a transparência em suas atividades. Estes órgãos, aliados à Lei de Acesso à Informação e a plataformas como o e-SIC, fortalecem a participação social e o acompanhamento da gestão pública, promovendo uma cultura de integridade e responsabilidade. Desse modo, os principais instrumentos de controle implementados são:

- **SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL (E-AUD):** plataforma eletrônica que permite o acompanhamento e a avaliação das atividades de controle interno do IFRN.
- **SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (E-SIC):** plataforma eletrônica que permite o registro e o acompanhamento de pedidos de informação com base na LAI.
- **RELATÓRIO DE GESTÃO DO IFRN:** documento que apresenta os resultados da gestão do IFRN, incluindo informações sobre o desempenho, os gastos e os investimentos realizados.

- **RELATÓRIO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO:** documento que apresenta os resultados da avaliação institucional do IFRN, incluindo informações sobre o desempenho dos cursos, dos programas e dos serviços oferecidos.
- **OUTROS MECANISMOS DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA:** o IFRN também utiliza outros mecanismos de controle e transparência, como a divulgação de informações em seu site institucional, a realização de audiências públicas e a participação em redes sociais.

Esses instrumentos de controle interno e transparência visam garantir a legalidade, a eficiência e a transparência da gestão pública no IFRN, bem como fortalecer a *accountability* e a participação social.

1.4.4. CORPO PRINCIPAL DE DIRIGENTES

O Corpo Principal de Dirigentes (ou Alta Administração) é a instância de governança que atua diretamente com a liderança. É composto pelo Reitor, Pró-reitores, Diretores Sistêmicos e Diretores-Gerais dos 22 *campi* do IFRN.

DIRIGENTES SISTÊMICOS		
ÓRGÃO EXECUTIVO	TITULAR	CARGO
Reitor	José Arnóbio de Araújo Filho	Professor
Gabinete da Reitoria (Gabin/RE)	Sergio Ricardo Barroso Farias	Técnico-Administrativo em Educação
Pró-Reitoria de Administração (Proad)	Juscelino Cardoso de Medeiros	Técnico-Administrativo em Educação
Pró-Reitoria de Ensino (Proen)	Anna Catharina da Costa Dantas	Professora
Pró-Reitoria de Extensão (Proex)	Samira Fernandes Delgado	Professora
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propi)	Avelino Aldo de Lima Neto	Professor
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Prodes)	Antônia Francimar da Silva (até 27/11/2024) Raphael Siqueira Fontes (desde 28/11/2024)	Professora Professor
Diretoria Sistêmica de Atividades Estudantis (Diae)	Valéria Regina Carvalho de Oliveira	Técnico-Administrativo em Educação
Diretoria Sistêmica de Comunicação Institucional (Dici)	Maria Clara Bezerra de Araujo	Técnico-Administrativo em Educação
Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas (Digpe)	Lorena Cassiano Fagundes Faustino	Técnico-Administrativo em Educação
Diretoria Sistêmica de Infraestrutura (Dinfra)	Carlos Guedes Alcoforado	Professor
Diretoria Sistêmica de Internacionalização (Dint)	Samuel de Carvalho Lima	Professor
Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ditic)	Tarso Latorraca Casadei	Técnico-Administrativo em Educação

DIRETORES(AS)-GERAIS DOS CAMPI E POLO DE INOVAÇÃO		
UNIDADE	TITULAR	CARGO
Campus Apodi	Francisco Damiano Freire Rodrigues (até 23/12/2024)	Professor
	Cleone Silva de Lima (desde 24/12/2024)	Professor
Campus Caicó	Max Miller da Silveira (até 23/12/2024)	Professor
	Ricardo Rodrigues da Silva (desde 24/12/2024)	Professor
Campus Canguaretama	Flávio Rodrigo Freire Ferreira	Professor
Campus Ceará-Mirim	Alan Paulo Oliveira da Silva (até 23/12/2024)	Professor
	Luiz Paulo de Souza Medeiros (desde 24/12/2024)	Professor
Campus Currais Novos	Andreilson Oliveira da Silva (até 23/12/2024)	Professor
	Elionardo Rochelly Melo de Almeida (desde 24/12/2024)	Professor
Campus Ipanguaçu	José Geraldo Bezerra Galvão Júnior	Professor
Campus João Câmara	Matheus Augusto Avelino Tavares (até 23/12/2024)	Professor
	Gilmara Freire Azevedo (desde 24/12/2024)	Professora
Campus Lajes	André Luiz Rodrigues Bezerra	Professor
Campus Macau	Jerdmiler Gomes de Paiva	Professor
Campus Mossoró	Hélio Henrique Cunha Pinheiro	Professor
Campus Natal-Central	Jonas Eduardo Gonzalez Lemos	Professor

DIRETORES(AS)-GERAIS DOS CAMPI E POLO DE INOVAÇÃO		
UNIDADE	TITULAR	CARGO
Campus Natal-Cidade Alta	Ayres Charles de Oliveira Nogueira (até 23/12/2024)	Professor
	Carlos Eduardo Campos Freire (desde 24/12/2024)	Professor
Campus Natal-Zona Norte	Edmilson Barbalho Campos Neto	Professor
Campus Nova Cruz	Allan Nilson de Sousa Dantas	Professor
Campus Parelhas	Ramon Viana de Sousa	Professor
Campus Parnamirim	Paulo Vitor Silva	Professor
Campus Pau dos Ferros	Emanuel Neto Alves de Oliveira	Professor
Campus Santa Cruz	Vinícius Carvalho Pinto (até 23/12/2024)	Professor
	Rodrigo Lopes Barreto (desde 24/12/2024)	Professor
Campus São Gonçalo do Amarante	Luisa de Marilac de Castro Leite (até 23/12/2024)	Técnico-Administrativo em Educação
	Renato Marinho Brandão Santos (desde 24/12/2024)	Professor
Campus São Paulo do Potengi	Renato Dantas Rocha da Silva (até 23/12/2024)	Professor
	Carlos Henrique Bezerra de Oliveira (desde 24/12/2024)	Professor
Campus Avançado Jucurutu	Alessandro Vinícius Pereira Rolim de Araújo	Professor
Campus Avançado Natal-Zona Leste	José Roberto Oliveira dos Santos	Professor
Polo de Inovação – Centro de Tecnologia Mineral	Rafael Hernandez Damascena dos Passos	Técnico-Administrativo em Educação

1.5. MODELO DE NEGÓCIOS

1.5.1. PRINCIPAIS PRODUTOS



PRODUTO 1: FORMAÇÃO EM NÍVEL TÉCNICO E TECNOLÓGICO

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios e salas especializadas, biblioteca, parque poliesportivo, auditório, refeitório, espaço de convivência;
- Estruturas de apoio à permanência do estudante;
- Plataformas virtuais: *Google* sala de aula, *Teams* e *Moodle*;
- Corpo docente qualificado;
- Corpo técnico-administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Estágios curriculares e prática profissional;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Mobilidade internacional;
- Olimpíadas do conhecimento;
- Programa Pé-de-Meia.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Cumprimento do percentual de ofertas previsto na lei de criação dos Institutos Federais.

Externos:

- Oferta de profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho.

Positivos:

- Formação de profissionais qualificados para atuarem no mundo do trabalho;
- Formação qualificada permitindo diferentes itinerários de atuação profissional e a verticalização para o ensino superior.

Negativos:

- Não ter alcançado o percentual mínimo de matrículas dos cursos técnicos integrados na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), conforme Decreto n.º 5.840/2006.

Fonte: SUAP, PROEN, 2024.



PRODUTO 2: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, *softwares* de acessibilidade, biblioteca e estruturas de apoio à permanência do estudante;
- Plataformas virtuais: *Google* sala de aula, *Teams* e *Moodle*;
- Corpo docente qualificado;
- Corpo técnico-administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Estágios curriculares;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Pibid, PBP e PET;
- Mobilidade internacional.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Melhoria na capacitação dos docentes atuantes nas licenciaturas;
- Produção científica na colaboração entre alunos e professores;
- Manutenção do IGC (Índice Geral de Cursos) em 4.

Externos:

- Melhoria na qualificação dos professores que atuam na rede pública e privada de ensino através de cursos específicos de aperfeiçoamento, especializações e formação continuada;
- Cursos de qualificação com ampla concorrência.

Positivos:

- Formação de profissionais qualificados para atuarem nas escolas da educação básicas das redes públicas e privadas;
- Contribuição na formação de professores licenciados para atuar nas redes públicas e privada de educação do Rio Grande do Norte, especialmente, no interior do estado.

Negativos:

- Não cumprimento do percentual de matrículas previsto na lei de criação dos Institutos Federais, apesar desses percentuais estarem sendo ampliados, conforme PDI 2019-2026.

Fonte: SUAP, PROEN, 2024.



PRODUTO 3: FORMAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO* E *STRICTO SENSU*

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, *softwares* de acessibilidade, biblioteca e estruturas de apoio à permanência do estudante;
- Plataformas virtuais: *Google* sala de aula, *Teams* e *Moodle*;
- Corpo docente qualificado com pós-graduação *stricto sensu*;
- Corpo técnico-administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo adequada.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Produção acadêmica;
- Mobilidade internacional.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Reserva de vagas para formação interna de servidores.

Externos:

- Oferta de vagas no âmbito do curso de doutorado no âmbito da Rede Nordeste de Ensino (Renoen).

Positivos:

- Ampliação nas ofertas de vagas *Lato* e *Stricto Sensu*.

Negativos:

- Qualificação e formação de cidadãos em nível de pós-graduação não representam qualquer impacto negativo.

Fonte: SUAP, PROEN, 2024.



PRODUTO 4: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios para educação básica e profissional, biblioteca e estruturas de apoio à permanência do estudante;
- Plataformas virtuais: Google sala de aula, Teams e Moodle;
- Corpo docente qualificado;
- Corpo técnico-administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Reserva de vagas para formação interna de servidores;
- Alta rotatividade de estudantes.

Externos:

- Profissionais formados em curto espaço de tempo para atuarem no mundo do trabalho;
- Atendimento aos estudantes de escola pública do ensino fundamental através do Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania (ProITEC).

Positivos:

- Certificação célere de profissionais para atuarem no mundo do trabalho;
- Formação profissional e tecnológica de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio dos programas Mulheres Mil e ProEJA FIC.

Negativos:

- Formação restrita a conhecimentos específicos para determinada ocupação no mundo do trabalho e que enseja a possibilidade da retomada de uma trajetória escolar.

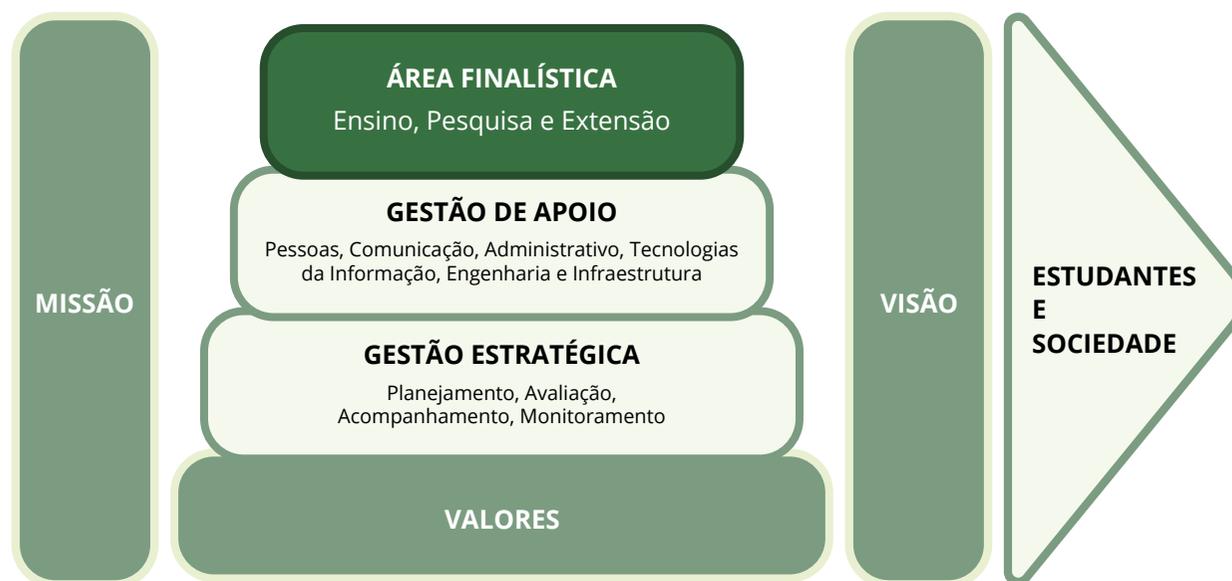
Fonte: SUAP, PROEN, 2024.

1.6. CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor do IFRN possui um conjunto de processos voltados para o atendimento de seus objetivos estratégicos. Os objetivos estratégicos, por sua vez, buscam atender aos macroprocessos finalísticos do IFRN, que são consideradas aquelas diretamente relacionadas à criação de valor para a sociedade e estudantes. Como áreas finalísticas, têm-se ensino, pesquisa e extensão, macroprocessos que atendem ao preceito constitucional da indissociabilidade entre as três áreas e que está previsto no artigo 207 da Constituição Federal Brasileira. Os macroprocessos de apoio compõem as áreas de suporte aos macroprocessos finalísticos, enquanto os gerenciais são responsáveis pela gestão estratégica institucional e governança.

Esses processos relacionam-se entre si e com o planejamento estratégico, garantindo que todas as decisões e ações sejam executadas dentro dos padrões de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade do IFRN. Cabe destacar que no mês de julho/2024 foi iniciado um projeto de Modelagem de Processos com o objetivo de desenvolver a arquitetura multinível de processos da instituição. Até o final do ano de 2024, essa arquitetura foi elaborada e definidos os grupamentos de processos, contudo sua utilização oficial ainda aguarda a consolidação do trabalho de mapeamento e modelagem.

FIGURA 4: REPRESENTAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO IFRN

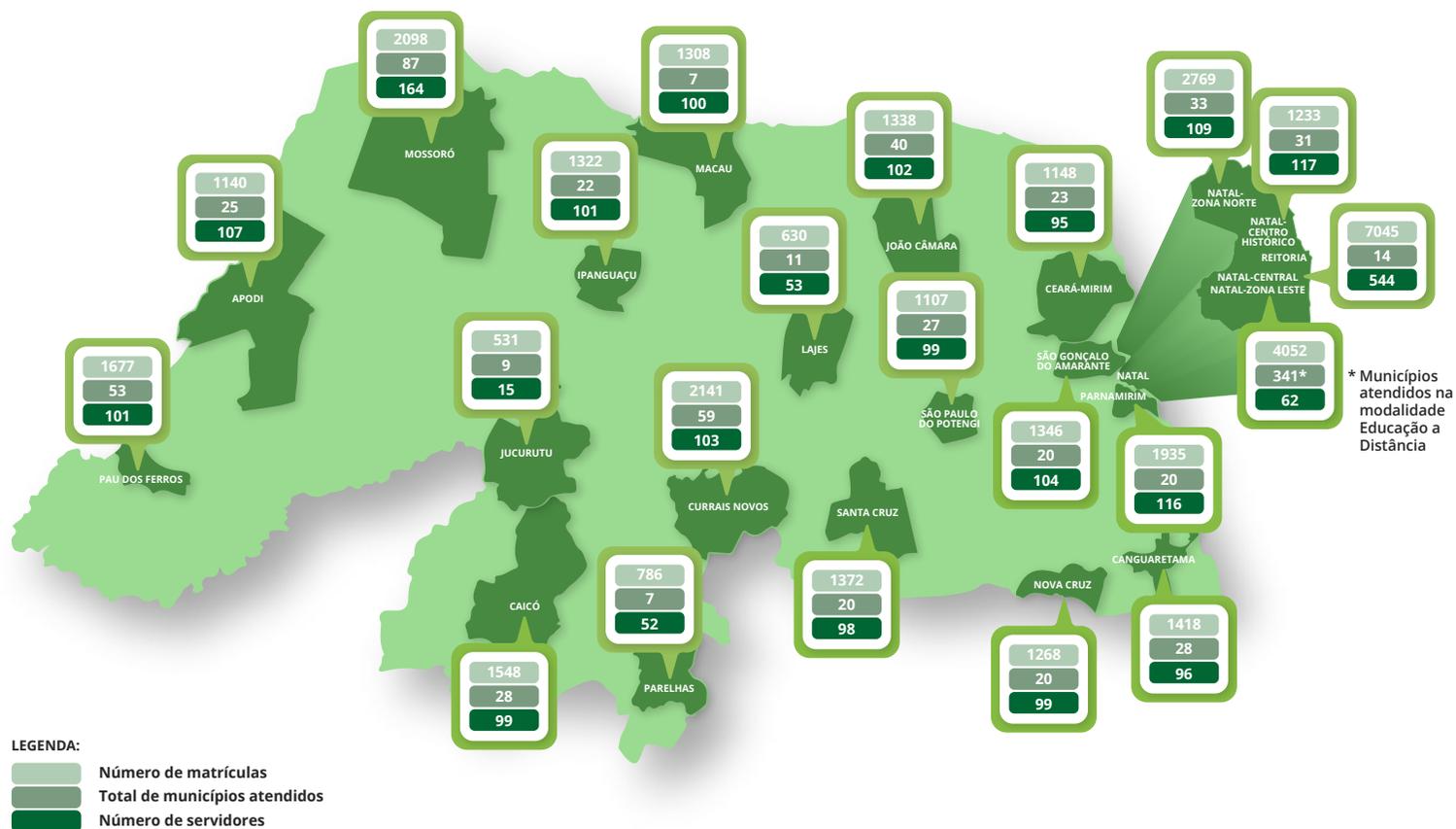


Fonte: Relatório de Gestão do IFRN (2023).

1.7. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O IFRN atua no estado do Rio Grande do Norte, com 22 unidades de ensino implantadas em 17 municípios. Sua área de abrangência, no entanto, atinge os municípios do entorno das unidades, conforme pode ser visto no mapa a seguir.

FIGURA 5: MATRÍCULAS POR CAMPI, NÚMERO DE SERVIDORES E MUNICÍPIOS ATENDIDOS E ATENDIDOS



Fonte: Relatório de Gestão 2024 dos campi, SUAP, 2025.

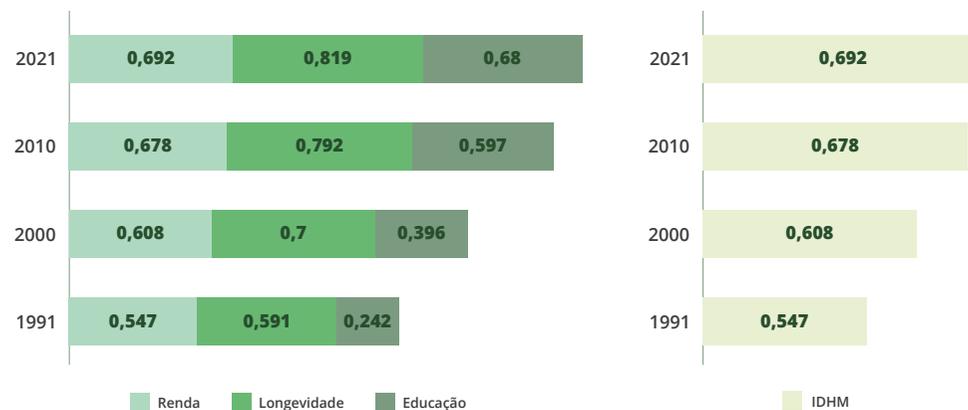
CAMPI NO INTERIOR	Nº MATRÍCULAS	TOTAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	Nº DE SERVIDORES
Apodi	1140	25	107
Caicó	1548	28	99
Canguaretama	1418	28	96
Ceará-Mirim	1184	23	95
Currais Novos	2141	59	103
Ipanguaçu	1322	22	101
João Câmara	1338	40	102
Jucurutu	531	9	15
Lajes	630	11	53
Macau	1308	7	100
Mossoró	2098	87	164
Nova Cruz	1268	20	99
Parelhas	786	7	52
Parnamirim	1935	20	116
Pau dos Ferros	1677	53	101
Santa Cruz	1372	20	98
São Gonçalo do Amarante	1346	20	104
São Paulo do Potengi	1107	27	99
CAMPI SEDIADOS EM NATAL	Nº MATRÍCULAS	TOTAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	Nº DE SERVIDORES
Cidade Alta	1233	31	117
Central	7045	14	544
Zona Leste	4052	341	62
Zona Norte	2769	33	109
TOTAL GERAL	39.248	-	2.536

Fonte: Relatório de Gestão 2024 dos *campi*, SUAP, 2025.

O cenário de atuação do IFRN pode ser reconhecido pelos principais indicadores sociais e econômicos divulgados para o estado, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)^[5]. Quanto à caracterização dos territórios de abrangência dos campi, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM encontra-se na faixa alta (IDHM 0,728 em 2021), para

uma população total de 3.302.729 habitantes, segundo o Censo 2022 do IBGE. A densidade demográfica é de 62,54 hab/km². Apesar do IDHM encontrar-se abaixo do índice nacional (0,766), desde 1991 o IDHM tem crescido em termos totais, como também nos respectivos componentes Renda, Longevidade e Educação, de acordo com o gráfico 1.

GRÁFICO 1: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL PARA O ESTADO DO RN, ANOS 1991 A 2021



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE – Portal Cidades@.

[5] Fonte: IBGE – Portal Cidades@, disponível em [IBGE | Cidades@ | Rio Grande do Norte | Panorama](#), acesso em 17 jan. 2025.

O componente Renda mensurado em 2021 é formado por diversos indicadores, dentre eles o percentual de extremamente pobres (9,32%) e o percentual de pobres (20,90% da população), que superam os índices nacionais (6,80% e 13,43%, respectivamente). O Índice de Gini, medida de desigualdade de renda, encontra-se em queda desde 1991 (0,63), chegando a 0,587 em 2021. Quanto mais próximo de zero, menos desigual é a renda da população.

Para os índices relativos ao tema Longevidade, o Estado apresentava, em 2021, a expectativa de vida ao nascer de 74,16 anos, valor idêntico à média nacional, e a mortalidade infantil de 16,84 óbitos/mil nascidos vivos, em condição inferior ao índice nacional, que era de 15,28 óbitos/mil nascidos vivos. Em 2010, a taxa de fecundidade apresentava-se em queda desde 1991, chegando a 1,98 filhos por mulher (1,89 no Brasil).

Para o tema trabalho, os dados do Censo 2010 apontam o Estado com uma taxa de atividade na faixa populacional de 18 anos ou mais no patamar de 60,20%, abaixo do índice nacional (66,54%). A taxa de desocupação para a mesma faixa populacional era de 9,69%, superior ao índice nacional (7,29%).

Em relação ao contexto educacional, 84,63% da população de 6 a 17 anos do Estado estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série, apresentando crescimento em relação às medições anteriores. Dos jovens adultos acima de 25 anos, 16,49% haviam completado o ensino superior, valor crescente desde o Censo 1991, mas ainda inferior à média nacional (18,63% em 2021). Em 2010, a expectativa de anos de estudo no Rio Grande do Norte era de 9,54 anos. Houve crescimento da parcela da população com estudo em nível fundamental completo, nível médio e superior, com redução das parcelas com fundamental incompleto e analfabetos. Apesar das melhorias apresentadas nesses 30 anos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que busca qualificar a educação recebida, ainda se encontra abaixo das metas estabelecidas para o Estado. Para a categoria de estudantes da 8ª série/9º ano, o IDEB foi de 3,4 em 2017, valor igual ao de 2015.

Conclui-se, portanto, que a área de atuação do IFRN, constituída no território do Estado do Rio Grande do Norte, é uma região que se encontra em processo de desenvolvimento, demonstrando evolução ao longo dos 30 anos de pesquisa para o Índice de Desenvolvimento Humano, para a maioria dos temas. Quando comparada ao contexto nacional, entretanto, ocorre a necessidade de superação de desafios, uma vez que as condições de saúde básica, trabalho e educação ainda se encontram abaixo da média, mesmo que o resultado do IDHM coloque o Estado em uma faixa alta.

1.7.1. IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

QUADRO 2: ANÁLISE SWOT DA INSTITUIÇÃO EM 2024

	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
AMBIENTE INTERNO	FORÇAS <ul style="list-style-type: none">▪ Participação crescente de estudantes e servidores em mobilidade internacional;▪ Desenvolvimento de 424 projetos de extensão e de 528 projetos de pesquisa e inovação;▪ Registro do Qualis Capes em três revistas científicas: Holos – Qualis A1, RBEPT – A2 e Geoconexões – A3;▪ Ampliação da oferta de pós-graduações stricto sensu nos campi Mossoró, Natal Zona-Leste e Pau dos Ferros;▪ 18.496 estudantes atendidos nas ações de assistência estudantil;▪ Consolidação e ampliação dos projetos de ensino visando a reflexão e a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem nos diversos cursos/áreas;▪ Redução de 3,47 pontos percentuais de absenteísmo nos últimos dois anos;▪ Ampliação de 440% na captação de recursos extraorçamentários para execução de projetos;▪ Implementação da ferramenta de acompanhamento da execução orçamentária no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap);▪ Desenvolvimento de ações e atividades para elevar a permanência e o êxito dos discentes, incluindo os processos de gestão pedagógica e desenvolvimento curricular, educação inclusiva e direitos humanos, política de ensino, pesquisa educacional, e programas e projetos de ensino;▪ Desenvolvimento e implementação do módulo dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE, incluindo o PEI);▪ Aprovação da Política de Educação a Distância do IFRN;▪ Substituição de instalações e equipamentos elétricos por alternativas mais eficientes;▪ Adequação da estrutura administrativa ao novo regimento da instituição, a partir dos macroprocessos e atividades definidas, especialmente para a gestão orçamentária.	FRAQUEZAS <ul style="list-style-type: none">▪ Número de estudantes encaminhados para estágio abaixo da meta estabelecida;▪ A troca frequente de servidores à frente das coordenações de extensão dificulta a consolidação de processos e o acompanhamento contínuo das iniciativas;▪ Déficit de servidores para atendimento qualificado e adequado às demandas de secretaria nos cursos de pós-graduação stricto sensu, bem como para atendimento das crescentes demandas da pós-graduação stricto sensu e lato sensu;▪ Baixa Adesão de servidores a Programas Preventivos, como exercícios físicos, consultas periódicas e apoio psicológico;▪ Limitação orçamentária que inviabiliza a ampliação do número de estudantes atendidos em programas de assistência estudantil;▪ Orçamento reduzido e contingenciamento orçamentário, que dificultou a realização de eventos formativos quanto à temática de políticas inclusivas e afirmativas;▪ Insuficiência de dados no SUAP quanto ao registro de estudantes NEE, Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas (PPIQ);▪ Suspensão da oferta de cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) técnico pelos campi, com quantitativo de matrículas insuficiente para cumprimento da meta por meio de cursos PROEJA FIC.

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
<p data-bbox="600 263 835 292">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Aumento de 62,22% da quantidade de escolas apoiadas em programas de melhoria da qualidade da educação básica; ■ Ampliação de parceria com instituições internacionais; ■ Criação de três novos campi do IFRN: São Miguel, Touros e Umarizal; ■ Adesão do IFRN ao Programa pé de meia do Governo Federal; ■ Captação de recursos por meio de editais externos; ■ Ampliação dos convênios e parcerias com o mundo do Trabalho; ■ Participação do IFRN em projetos nacionais vinculadas a programas de permanência na graduação: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Educação Tutorial (PET, Programa Bolsa Permanência (PBP); ■ Implantação do pagamento de bolsas por meio de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho acadêmico e medalhistas nas olimpíadas do conhecimento das diferentes áreas; ■ Aporte de recursos de emendas parlamentares e de recursos extraorçamentários, especialmente para execução de projetos em parceria com outras instituições, a partir da celebração de TEDs. 	<p data-bbox="1541 263 1675 292">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Redução na relação candidato/vaga em relação ao ano de 2023; ■ Cortes orçamentários, reduzindo a capacidade de investimento nos macroprocessos finalísticos; ■ Baixa adesão das empresas ao Programa de Aprendizagem, especialmente no interior do estado, continua sendo um desafio que pode comprometer os esforços de inclusão dos estudantes nessa modalidade de formação; ■ Redução de bolsas PIBITI-CNPq e PIBIC-EM-CNPq, reduzindo a capacidade de inserção dos estudantes em programas de iniciação científica; ■ Mudanças em legislações diversas, especialmente no tocante às compras e contratações de bens e serviços; ■ Aumento nos afastamentos de servidores e estudantes em razão das doenças sazonais (como gripes, viroses e COVID-19), especialmente em períodos de alta transmissão e ainda por Fatores Psicossociais e Estresse Ocupacional; ■ Não garantia do transporte gratuito por algumas prefeituras, dificultando e/ou impossibilitando o deslocamento dos/das estudantes do seu município de residência para o campus de matrícula; ■ Baixa procura por candidatos para preenchimento de vagas dos cursos técnico subsequente, PROEJA e Licenciaturas; ■ Insuficiência do quantitativo de servidores (docentes e técnico administrativos) para desenvolvimento de todas as ações planejadas para alcance das metas estabelecidas no objetivo estratégico; ■ Crescimento vegetativo da folha de pagamento contribui para aumentar o indicador GP e impacta negativamente outros indicadores; ■ Evasão escolar.

Fonte: Elaboração Própria, 2025.

1.8. DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas escolhidos para estarem presentes neste relatório integrado foram determinados a partir do alinhamento entre a função social do IFRN, conceituado como “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais” (PPP, 2012), e conforme as indicações realizadas pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Instrução Normativa N° 84/2020; Portaria TCU N° 52/2024 e Decisão Normativa TCU N° 198/2022, e da cartilha de orientação para a construção de um relatório de gestão na forma de relato integrado.

Os principais eixos do IFRN, que impactam diretamente na geração de valores para a sociedade, são os de ensino, pesquisa e extensão. Estas áreas buscam organizar os seus objetivos estratégicos de uma maneira que gerem valores substanciais para a sociedade, tais como criar oportunidades de emprego, redução da desigualdade social, melhoria de vida dos alunos e de toda comunidade beneficiada com a instituição, melhoria do nível de qualidade do ensino no Estado, dentre outros. Dessa maneira, para a seleção das temáticas a

serem apresentadas neste relatório, anteriormente houve uma interligação ao plano de ação do IFRN, pois no planejamento institucional foram eleitas as principais ações e metas para o alcance dos objetivos estratégicos, sendo estes pontos expostos como importantes neste atual relatório de gestão.

As áreas sistêmicas, cujos gestores são responsáveis pela execução dos objetivos estratégicos institucionais, são as instâncias de governança que determinam a materialidade dos conteúdos a serem apresentados no Relatório de Gestão.

Tal determinação se baseia:

- i) nos conteúdos estabelecidos pelos normativos nos órgãos de controle;
- ii) nas atividades que requerem maior esforço institucional (seja por meio de investimento financeiro e/ou de pessoal); e
- iii) na estrutura do planejamento anual, que prevê as atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano e que serão objeto de análise sobre os resultados no Relatório.

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



Imagem de our-team no Freepik

2.1. ESTRATÉGIA DE GESTÃO

O planejamento estratégico do IFRN tem como principal instrumento norteador o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2026), previsto no Artigo 20 do Decreto no 9.235/2017. O PDI foi elaborado com a participação de toda a comunidade acadêmica e da sociedade, para um período de oito anos com ajustes em datas previamente definidas, e sua construção foi baseada nos fundamentos do Balanced Scorecard (BSC), e referendada pelo CONSUP em 26 de abril de 2019.

O objetivo do PDI é indicar o caminho pelo qual a Instituição deve seguir no intuito de cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos para o período mínimo de cinco anos. O PDI constitui-se de um instrumento de gestão que norteia a instituição quanto às suas diretrizes estratégicas, apresentando-se ainda como um requisito legal para o recredenciamento de Instituições Públicas de Ensino Superior. Para o planejamento estratégico do IFRN, as perspectivas do BSC foram definidas tendo como base outros modelos de planejamento estratégico desenvolvidos em outros Institutos da rede federal de ensino, com as devidas adaptações para a sua realidade. As perspectivas utilizadas neste planejamento foram:

PERSPECTIVA DE ESTUDANTES E SOCIEDADE: para alcançarmos a nossa visão, que resultados devemos gerar para os nossos estudantes e para a sociedade em geral?

PERSPECTIVA DE PROCESSOS ACADÊMICOS: para satisfazermos nossos estudantes, que processos, no âmbito acadêmico, são considerados críticos, demandando melhorias?

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA: para melhorar nossos processos acadêmicos, que aspectos da gestão e da infraestrutura do IFRN são considerados críticos, e deveremos aperfeiçoar?

PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA: para alcançar nossa visão e promover a melhoria das demais perspectivas, que estruturas orçamentárias são consideradas críticas e deveremos seguir?

Uma vez definidas as perspectivas, o segundo passo para a aplicação do BSC foi dado com a construção do mapa estratégico. O mapa estratégico se refere a uma representação visual das relações de causa e efeito dos componentes da estratégia (perspectivas), contemplando os objetivos que devem ser alcançados por cada perspectiva. Cabe destacar que em algumas perspectivas houve a necessidade de definir temas estratégicos, em virtude da complexidade e do conjunto de variáveis distintas a serem consideradas nessas perspectivas. Os temas estratégicos possibilitam a criação de valor, neste caso, para os estudantes e sociedade em geral por meio de um fluxo de valor no mapa estratégico, ajudando o seu alinhamento, ou seja, os temas estratégicos são importantes para promover a integração e o alinhamento entre as diferentes áreas.

FIGURA 6: MAPA ESTRATÉGICO DO IFRN



Fonte: PDI IFRN 2019-2026

2.2. APOIO DA GOVERNANÇA NA GERAÇÃO DE VALOR

A governança pública desponta como elemento crucial na geração de valor para a sociedade, especialmente em instituições de ensino como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O Decreto 9.203/2017, ao estabelecer a política de governança da administração pública federal, traça princípios e diretrizes que moldam a atuação do setor público. Neste contexto, vamos explorar como esses pilares se refletem na estrutura de governança do IFRN, com ênfase nos importantes passos dados em 2024 e nas perspectivas para 2025.

2.2.1. PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA EM AÇÃO NO IFRN

O Decreto 9.203/2017 elenca princípios basilares da governança pública, como:

- **CAPACIDADE DE RESPOSTA:** agilidade e eficácia no atendimento às demandas da sociedade.
- **INTEGRIDADE:** conduta ética e transparente para fortalecer a confiança pública.
- **CONFIABILIDADE:** ações e decisões pautadas em evidências e segurança.
- **MELHORIA REGULATÓRIA:** aperfeiçoamento contínuo de processos e normas.
- **PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIDADE:** transparência e responsabilização por atos e decisões.
- **TRANSPARÊNCIA:** acesso à informação e clareza na gestão pública.

No IFRN, esses princípios ganham vida por meio de uma estrutura de governança robusta, que engloba colegiados superiores e internos, órgãos sistêmicos, núcleos, comissões permanentes e estruturas de integridade. Esses órgãos atuam em conjunto para avaliar, direcionar e monitorar a gestão institucional, assegurando que as políticas públicas e os serviços prestados estejam alinhados com os interesses da sociedade. Essa estrutura pode ser vista na seção 1, que trata das Estruturas de Governança.

2.2.2. DIRETRIZES DA GOVERNANÇA PÚBLICA NA PRÁTICA DO IFRN E OS AVANÇOS DE 2024/2025

O Decreto 9.203/2017 também define diretrizes que orientam a governança pública, tais como:

- **BUSCA POR RESULTADOS:** ações voltadas para o benefício da sociedade.
- **SIMPLIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO:** otimização de processos administrativos.
- **MONITORAMENTO DO DESEMPENHO:** avaliação constante de políticas e ações.
- **INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS:** articulação entre diferentes níveis do setor público.
- **PADRÕES ÉTICOS ELEVADOS:** conduta exemplar da alta administração.
- **CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS:** prevenção e mitigação de riscos.

No IFRN, essas diretrizes se materializam no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documentos que expressam e operacionalizam a função social da instituição, definindo diretrizes e metas para a transformação social por meio da educação.

Em 2024, o IFRN deu passos significativos para fortalecer sua governança:

- **FOI CRIADO O COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL:** um marco para aprimorar a gestão e a tomada de decisões.
- **IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE INTEGRIDADE:** materialização do programa de integridade, reforçando a cultura ética.
- **MAPEAMENTO DOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS:** foi iniciado esse importante trabalho que fortalecerá a gestão de riscos na instituição.
- **PASSOU A VIGORAR O NOVO REGIMENTO GERAL DO IFRN:** trazendo uma nova lógica institucional com a definição dos macroprocessos, seus processos e serviços a eles vinculados.

Para 2025, o IFRN busca dar continuidade e aprimorar esses trabalhos. Além disso, a instituição conta com mecanismos de controle, como a Comissão de Ética, a Ouvidoria, a Corregedoria, a Unidade de Gestão da Integridade (UGI) e a Auditoria Geral (AUDGE), que monitoram e avaliam os riscos, promovendo ações preventivas e corretivas.

2.2.3. O PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO IFRN: UM PILAR DA GOVERNANÇA

O Programa de Integridade do IFRN, em consonância com o Decreto 9.203/2017, é um elemento central da governança da instituição. Ele abrange um conjunto de princípios, normas e procedimentos destinados a prevenir, detectar e remediar práticas de corrupção, fraudes e desvios de conduta. O programa promove a conformidade de condutas, a transparência e a priorização do interesse público, contribuindo para a construção de uma cultura organizacional voltada à entrega de valor público à sociedade.

A governança do IFRN, alicerçada em estruturas e mecanismos bem definidos, e com significativos avanços em 2024, está em sintonia com os princípios e diretrizes do Decreto 9.203/2017. Ao promover a integridade, a transparência e a eficiência, a instituição assegura o cumprimento de sua missão de oferecer educação de qualidade e impulsionar o desenvolvimento social e econômico da região. Dessa forma, a governança fortalece a confiança da sociedade no IFRN e garante a utilização responsável e eficaz dos recursos públicos, gerando valor na perspectiva de entrega de benefícios duradouros para todos os cidadãos.

2.3. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

2.3.1. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS E DE ROTINA

MACROPROCESSOS / PROCESSOS	PLANEJADO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	%
AD - ADMINISTRAÇÃO	9.844.236,91	12.599.985,13	128%
1 - Política de Administração	1.625.651,20	345.883,47	0%
2 - Orçamento	-	605,00	
3 - Contabilidade e Finanças	49.781,74	105.155,54	0%
4 - Compras e Licitações	66.423,27	581.719,16	0%
5 - Contratos	4.176.343,23	5.974.043,72	0%
6 - Material	3.926.037,47	3.095.421,34	0%
7 - Patrimônio	-	2.497.156,90	
AE - ATIVIDADES ESTUDANTIS	18.156.280,57	18.036.502,48	99%
1 - Política de Atividades Estudantis	5.035.214,46	2.663.469,45	0%
2 - Serviço Social	5.296.642,40	6.352.694,17	0%
3 - Saúde Estudantil	857.574,70	544.357,92	0%
4 - Psicologia Escolar	-	-	
5 - Alimentação e Nutrição	6.966.849,01	8.475.980,94	0%
CI - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	559.701,64	701.306,25	125%
1 - Política de Comunicação Institucional	-	-	
2 - Jornalismo e Imprensa	79.000,00	-	0%
3 - Eventos	266.701,64	658.791,65	0%
4 - Promoção Institucional	80.000,00	42.514,60	0%
5 - Audiovisual	30.000,00	-	0%
6 - Programação Visual	104.000,00	-	0%

MACROPROCESSOS / PROCESSOS	PLANEJADO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	%
EN - ENSINO	5.176.078,07	6.448.324,50	125%
1 - Política de Ensino	344.759,34	352.087,46	0%
2 - Programas e Projetos de Ensino	194.776,58	238.986,46	0%
3 - Pesquisa Educacional	22.318,71	28.064,61	0%
4 - Supervisão Técnica do Ensino	-	-	
5 - Gestão Pedagógica e Desenvolvimento Curricular	1.117.098,69	764.927,66	0%
6 - Avaliação e Regulação do Ensino	22.145,68	42.723,06	0%
7 - Educação Inclusiva e Direitos Humanos	2.547.212,98	2.518.271,30	0%
8 - Tecnologias Educacionais e Educação a Distância	282.445,53	535.540,11	0%
9 - Administração Acadêmica	25.190,06	14.769,97	0%
10 - Acesso Discente	402.989,56	1.160.678,22	0%
11 - Apoio ao Ensino	88.860,15	597.031,80	0%
12 - Gestão de Esportes Estudantis	16.570,58	147.725,00	0%
13 - Recursos de Informação e Bibliotecas	111.710,21	47.518,85	0%
EX - EXTENSÃO	1.172.900,00	1.488.700,18	127%
1 - Política de Extensão	137.600,00	166.379,07	0%
2 - Interação com a Sociedade	937.300,00	1.167.643,46	0%
3 - Relações com o Mundo do Trabalho	22.000,00	2.800,00	0%
4 - Difusão e Cultura	66.000,00	93.077,65	0%
5 - Gestão da Formação Inicial e Continuada	10.000,00	58.800,00	0%
GE - GESTÃO ESTRATÉGICA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	22.963.925,69	11.332.129,92	49%
1 - Política de Desenvolvimento Institucional	37.000,00	1.162.769,29	0%
2 - Planejamento Estratégico	22.222.227,96	8.966.344,60	0%
3 - Planejamento Tático	-	-	
4 - Gestão de Processos	-	361.511,10	
5 - Gestão de Projetos	-	-	
6 - Gestão da Unidade de Educação a Distância	-	21.218,92	
7 - Gestão da Unidade Agrícola/ Industrial-Escola	653.265,73	810.316,01	0%
8 - Planejamento e Negócios de Inovação	51.432,00	9.970,00	0%

MACROPROCESSOS / PROCESSOS	PLANEJADO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	%
GO - GOVERNANÇA	773.151,58	859.353,80	111%
1 - Direção da Unidade	20.700,00	33.321,40	0%
2 - Gabinete da Unidade	30.500,00	19.257,25	0%
3 - Secretariado Executivo	21.000,00	5.390,77	0%
4 - Secretariado Técnico	2.400,00	-	0%
5 - Gestão de Diárias e Passagens	698.551,58	801.384,38	0%
6 - Secretariado dos Colegiados	-	-	
7 - Procuradoria	-	-	
8 - Corregedoria	-	-	
9 - Gestão da Integridade	-	-	
10 - Gestão de Riscos	-	-	
11 - Ouvidoria	-	-	
12 - Auditoria	-	-	
GP - GESTÃO DE PESSOAS	726.594.734,19	720.453.427,21	99%
1 - Política de Gestão de Pessoas	312.636,00	2.090,00	0%
2 - Gerenciamento de Riscos de Pessoal	-	-	
3 - Legislação de Pessoal	-	-	
4 - Recrutamento e Movimentação de Pessoal	967.623,02	2.051.778,84	0%
5 - Desenvolvimento de Pessoal	1.365.566,57	1.183.806,57	0%
6 - Administração de Pessoal	635.252.011,00	629.398.035,78	0%
7 - Aposentadorias e Pensões	88.255.469,00	87.504.072,23	0%
8 - Atenção à Saúde do Servidor	441.428,60	313.643,79	0%
IE - INFRAESTRUTURA	43.374.751,38	50.246.778,88	116%
1 - Políticas de Engenharia, Infraestrutura e Segurança do Trabalho	25.000,00	628.583,77	0%
2 - Planejamento e Gerenciamento de Obras de Engenharia	2.903.606,30	2.186.934,11	0%
3 - Regularização e Gerenciamento de Imóveis	400,00	-	0%
4 - Projetos de Arquitetura e Engenharia	118.500,00	370.634,66	0%
5 - Orçamentos	920,00	-	0%
6 - Manutenção Predial de Sistemas Construtivos e Equipamentos	16.590.862,41	21.402.911,06	0%
7 - Urbanização, Sustentabilidade e Gestão Ambiental	353.282,81	189.631,25	0%
8 - Transportes	4.612.852,74	3.792.078,80	0%
9 - Segurança Patrimonial	3.980.981,76	5.828.754,10	0%
10 - Serviços Gerais	14.788.345,36	15.847.251,13	0%

MACROPROCESSOS / PROCESSOS	PLANEJADO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	%
IN - INTERNACIONALIZAÇÃO	485.000,00	458.678,31	95%
1 - Política de Internacionalização	445.000,00	432.969,72	0%
2 - Mobilidade Internacional	-	-	
3 - Políticas Linguísticas	-	-	
4 - Parcerias Internacionais	-	-	
5 - Relações Internacionais	40.000,00	25.708,59	0%
PI - PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	1.651.800,00	1.802.912,29	109%
1 - Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	233.960,00	532.746,75	0%
2 - Inovação Tecnológica	813.440,00	630.470,08	0%
3 - Gestão da Pós-Graduação	211.800,00	225.346,58	0%
4 - Comunicação Científica	392.600,00	414.348,88	0%
TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.936.206,97	2.653.130,78	90%
1 - Política de Tecnologia da Informação e Comunicação	123.010,75	1.387,40	0%
2 - Governança de TIC	731.340,00	297.188,66	0%
3 - Sistemas de Informação	-	-	
4 - Infraestrutura e Operações de TIC	2.081.856,22	2.354.554,72	0%
TOTAL GERAL	833.688.767,00	827.081.229,73	99%

Fonte: Suap, Siafi, Tesouro Gerencial, relatório Plano de Atividades.

2.3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA ESTUDANTES E SOCIEDADE

2.3.2.1. PERSPECTIVA ESTUDANTES E SOCIEDADE

Objetivo estratégico: **ES1 – Elevar a permanência e êxito dos discentes dos cursos ofertados**

INDICADORES

IEAC (TCU) - Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes*	IEI (MEC) - Índice de Eficácia da Instituição*	IEfet - Índice de Efetividade Acadêmica por Modalidade de Ensino*	IEIn (MEC) - Índice de Eficiência da Instituição*
Meta 2024: 66,5%	Meta 2024: 26,7%	Meta 2024: 35,4%	Meta 2024: 71,9%
Resultado 2024: 63,7%	Resultado 2024: 22,3%	Resultado 2024: 30,9%	Resultado 2024: 67,5%
Situação 2024: ALCANÇADO	Situação 2024: PARCIALMENTE ALCANÇADO	Situação 2024: PARCIALMENTE ALCANÇADO	Situação 2024: ALCANÇADO

IPE - Índice de Permanência e Êxito*	IRFE (TCU) - Índice de Retenção do Fluxo Escolar**	RC/A(TCU) - Relação Concluintes/Discentes*	TC - Taxa de Conclusão (por modalidade de ensino)*
Meta 2024: 79,2%	Meta 2024: 10,4%	Meta 2024: 10,4%	Meta 2024: 21,8%
Resultado 2024: 75,9%	Resultado 2024: 11,7%	Resultado 2024: 11,7%	Resultado 2024: 18,7%
Situação 2024: ALCANÇADO	Situação 2024: PARCIALMENTE ALCANÇADO	Situação 2024: PARCIALMENTE ALCANÇADO	Situação 2024: PARCIALMENTE ALCANÇADO

TE - Taxa de Evasão (por modalidade de ensino)**	TMCRg - Taxa de Matrícula Ativa Regular (por modalidade de ensino)*	TMCRt - Taxa de Matrícula Ativa Retida (por modalidade de ensino)**
Meta 2024: 10,4%	Meta 2024: 57,4%	Meta 2024: 13,4%
Resultado 2024: 12,3%	Resultado 2024: 57,2%	Resultado 2024: 11,8%
Situação 2024: PARCIALMENTE ALCANÇADO	Situação 2024: ALCANÇADO	Situação 2024: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Atingimento: 89%

NÃO ALCANÇADO
PARCIALMENTE ALCANÇADO
ALCANÇADO
NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

AD - Administração
EN - Ensino
EX - Extensão
PI - Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
TI - Tecnologia da Informação e Comunicação

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES1

Principais resultados alcançados:

- Desenvolvimento de ações e atividades para elevar a permanência e o êxito dos discentes, incluindo os processos de gestão pedagógica e desenvolvimento curricular, educação inclusiva e direitos humanos, política de ensino, pesquisa educacional, e programas e projetos de ensino.
- Fortalecimento das equipes multidisciplinares dos campi para acompanhamento pedagógico e psicossocial dos/das estudantes.
- Contratação de profissionais especializados, a partir de critérios estabelecidos para atender as necessidades de apoio, atendimento e acompanhamento aos estudantes com necessidades específicas.
- Consolidação e ampliação dos projetos de ensino visando a reflexão e a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem nos diversos cursos/áreas.
- Continuidade do processo de revisão das ofertas educacionais, mais detidamente dos cursos técnicos subsequentes e cursos superiores de tecnologia, com observância ao diagnóstico de análise global, bem como ampla discussão com toda a comunidade acadêmica.
- Fomento de bolsas de estudos para estudantes de cursos PROEJA Técnico.

- Ampliação do quantitativo de bolsas de Tutoria de Aprendizagem e Laboratório (TAL) na modalidade “inclusiva” e continuidade da modalidade “regular”.
- Implantação do pagamento de bolsas através de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho acadêmico e medalhistas nas olimpíadas do conhecimento das diferentes áreas.
- Apoio financeiro aos estudantes finalistas de olimpíadas do conhecimento em diversas áreas.
- Acompanhamento sistêmico e apoio à oferta de cursos FIC EJA-EPT (PROEJA).
- Formação direcionada para os membros da Equipe Técnico Pedagógica de temáticas e pesquisas que versam sobre a EJA-EPT e a sua oferta na instituição.
- Participação em projetos nacionais vinculadas a programas de permanência na graduação: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Educação Tutorial (PET), Programa Bolsa Permanência (PBP).
- Realização do VII Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) na Rede Federal.

Desafios futuros:

- Ampliação de recursos orçamentários e do corpo técnico efetivo, para viabilizar a execução das ações e atividades previstas para o objetivo estratégico.
- Revisão e atualização da Política de Ensino no Projeto Político-Pedagógico (PPP).
- Continuidade do processo de revisão das ofertas
- Desenvolvimento de material didático para os cursos PROEJA.
- Ajustar o calendário acadêmico ao calendário civil.
- Adequação dos projetos dos cursos de Licenciatura e EJA-EPT de modo a contribuir para a melhoria da permanência e êxito dos estudantes.
- Implementação de módulo no SUAP para extração de dados para o acompanhamento dos/das estudantes potencializando a realização qualificada dos Conselhos de Classe.
- Melhoria de módulo no SUAP para o acompanhamento acadêmico sistemático dos estudantes.



- Desenvolvimento e implementação do módulo NAPNE, incluindo o PEI.
- Atualização da política de Ensino no Projeto Estratégico de Acompanhamento da Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN (PEPE).
- Realização de obras de adequações arquitetônicas e de infraestrutura possibilitando a autonomia e acessibilidade de toda comunidade acadêmica
- Fortalecimento das ações do ProITEC, com novo formato e avaliação do material didático atualizado.
- Continuidade do processo de monitoramento institucional, de cursos técnicos e de graduação, com avaliação das condições de ensino, objetivando a melhoria dos indicadores internos e manutenção dos resultados de avaliação externa.
- Reorientação do plano de ofertas de vagas de ofertas educacionais do PDI
- Revisão e atualização da Organização Didática do IFRN
- Regulamentação e fomento à realização e ao desenvolvimento dos centros de aprendizagem.
- Desenvolvimento de materiais didáticos em cursos presenciais e em cursos EAD e autotruccionais de oferta própria

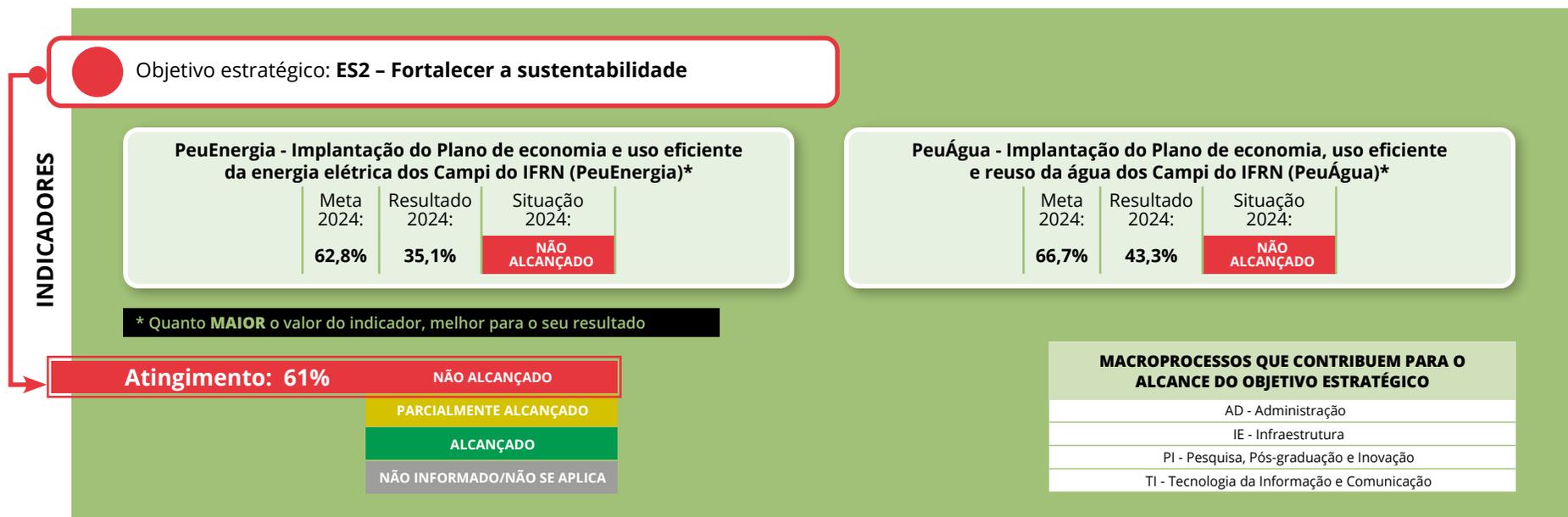
Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Limitação orçamentária que inviabiliza a ampliação do número de estudantes atendidos em programas de assistência estudantil.
- Falta de recurso para ampliação da contratação de profissionais especializados para o atendimento de estudantes com necessidades específicas.
- Não garantia do transporte gratuito por algumas prefeituras, dificultando e/ou impossibilitando o deslocamento dos/das estudantes do seu município de residência para o campus de matrícula.
- Insuficiência do quantitativo de servidores (docentes e técnico administrativos) para desenvolvimento de todas as ações planejadas para alcance das metas estabelecidas no objetivo estratégico.
- Interrupção do calendário acadêmico no período de 08 de abril a 02 de julho em função do movimento paredista, gerando distorção no resultado dos indicadores em função do calendário acadêmico do IFRN do ano letivo de 2024 permanecer em curso até março de 2025.
- Elevado número de remoções no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) comprometendo a continuidade de algumas ações planejadas nos campi envolvidos.

- Contingenciamento de recursos orçamentários, com impacto direto nas ações de ensino.
- Necessidade de revisão dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos subsequentes e dos cursos PROEJA.

Riscos identificados:

- Insuficiência de recursos orçamentários destinados à execução das ações e atividades previstas para o plano de atividades.
- Insuficiência do quantitativo de servidores para composição do corpo técnico efetivo, na Reitoria e nos campi.
- Comprometimento da execução do planejamento e cumprimento do plano de ofertas de vagas planejado para cada campus em função do quantitativo elevado de remoções via SIASS.
- Indisponibilidade de transporte público para os estudantes que se deslocam de diversos municípios do estado aos campi do IFRN.
- Baixa procura por candidatos para preenchimento de vagas dos cursos técnico subsequente, PROEJA e Licenciaturas. ■



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES2

O desempenho abaixo do esperado no Objetivo Estratégico ES2 em 2024 está diretamente relacionado às dificuldades enfrentadas pela Diretoria de Engenharia (DIENG) na implementação de ações sistêmicas. Essas dificuldades decorrem do quantitativo reduzido de servidores e do elevado volume de demandas inerentes à rotina da Diretoria.

Ademais, no primeiro semestre de 2024, houve uma paralisação decorrente da greve no IFRN, seguida pelo envolvimento da equipe na elaboração de documentações para a implantação de três novos campi (Umarizal, Touros e São Miguel). Nesses projetos, a DIENG prestou suporte integral em todas as etapas, o que impactou diretamente na execução de outras

iniciativas. Apesar desse contexto desafiador, a Diretoria manteve suas atividades regulares, incluindo: Fiscalização de obras; Elaboração de documentação técnica e processos licitatórios; Realização de vistorias; Prestação de suporte técnico a todos os campi do IFRN.

Mesmo diante dessas adversidades, a DIENG empreendeu esforços para fortalecer a sustentabilidade institucional. Para isso, promoveu reuniões internas para discutir e aprimorar os conceitos e a atuação nos programas PeuÁgua e PeuEnergia. Como resultado, delineou-se uma nova abordagem para a formulação e implementação de um plano de economia, com foco em: Eficiência no uso e reuso da água; Racionalização e consumo sustentável de energia elétrica.

A cultura institucional do IFRN continua orientada à adoção de medidas para otimizar o uso de recursos hídricos e energéticos nos diversos campi. Entre as iniciativas implementadas, destacam-se: Captação e reutilização de águas pluviais; Aproveitamento de águas provenientes de poços artesianos e de águas servidas; Substituição de lâmpadas convencionais por modelos LED; Ampliação, manutenção e operação de usinas fotovoltaicas para geração de energia renovável.

Dessa forma, por meio da execução de práticas rotineiras e da implantação de novas iniciativas, a sustentabilidade segue consolidada como um compromisso institucional no IFRN.



Principais resultados alcançados:

Em 2024, as iniciativas voltadas para a economia e o uso eficiente de água e energia elétrica foram conduzidas de forma descentralizada, sendo implementadas individualmente pelos campi do IFRN, conforme suas necessidades e especificidades. Paralelamente, foram promovidas ações de conscientização e orientação sobre o uso racional desses recursos, reforçando a importância da sustentabilidade no âmbito institucional. Destaca-se, ainda, a criação do Comitê de Sustentabilidade, responsável pela elaboração da Política de Sustentabilidade do IFRN.

As iniciativas implementadas no período abrangeram os seguintes eixos:

- **Segurança hídrica:** Manutenção e substituição de instalações hidrossanitárias; utilização de água de poços artesianos regularizados para usos gerais; captação e reuso de água proveniente de máquinas de ar-condicionado para limpeza de ambientes e irrigação de jardins; reutilização de água descartada por destiladores em laboratórios; armazenamento de água pluvial em cisternas e uso de água tratada da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) para irrigação. Também foram realizadas ações de limpeza de cisternas e poços, bem como a perfuração de novos poços para ampliar a segurança hídrica nos campi.
- **Eficiência energética:** Substituição de instalações e equipamentos elétricos por alternativas mais eficientes; campanhas educativas para redução do uso desnecessário de energia; otimização do uso de condicionadores de ar, priorizando sua utilização nos momentos mais quentes do dia; substitui-

ção de lâmpadas fluorescentes por LED. Destaca-se, ainda, a ampliação do sistema fotovoltaico e o monitoramento do consumo e da injeção de energia na rede da concessionária em alguns campi, em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

- **Gestão de resíduos sólidos:** Contratação de empresas especializadas para a destinação correta de resíduos hospitalares gerados nos laboratórios; implantação de pontos de coleta de pilhas e baterias, garantindo a destinação adequada desses materiais; fortalecimento da coleta seletiva de resíduos recicláveis, com encaminhamento do material para catadores e associações.

Desafios futuros:

Para os próximos anos, os principais desafios a serem enfrentados incluem:

- Aprimoramento e finalização da Política de Sustentabilidade do IFRN, consolidando diretrizes para o uso eficiente de água e a gestão de resíduos sólidos.
- Elaboração e implantação da diretriz do PeuEnergia, reforçando o compromisso institucional com a eficiência energética.
- Conscientização da alta gestão e da comunidade acadêmica sobre a importância da implementação dessas diretrizes, garantindo que sejam adaptadas à realidade e às necessidades de cada campus.
- A continuidade e o aprimoramento dessas iniciativas são essenciais para o avanço da sustentabilidade no IFRN, consolidando práticas ambientalmente responsáveis e promovendo maior eficiência no uso dos recursos institucionais.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A implementação de ações sistêmicas e planejadas, conforme previsto na primeira versão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2026, tem sido impactada pela ausência de articulação entre as unidades e pela falta de iniciativas coordenadas. Essa lacuna compromete a compreensão e o engajamento de gestores e servidores, resultando na condução de ações de forma isolada, sem alinhamento estratégico às diretrizes institucionais.

Riscos identificados:

- Deficiência na comunicação e articulação entre as unidades e a Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, dificultando o alinhamento das ações às prioridades e orientações técnicas estabelecidas;
- Limitação do corpo técnico, dificultando a execução e o acompanhamento das demandas operacionais e estratégicas;
- Restrição orçamentária, especialmente para investimentos em ações estruturantes voltadas à sustentabilidade; e
- Atraso significativo no cumprimento das metas previstas no PDI, especialmente em relação ao Objetivo Estratégico ES2. ■

Objetivo estratégico: ES3 – Promover a apropriação da institucionalidade pela comunidade interna e pela sociedade

INDICADORES

Apr_dis - Número de discentes encaminhados para Programa de Aprendizagem*			Estg_dis - Número de discentes encaminhados para Estágio*			IS - Índice de satisfação com a instituição*		
Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
1461	372	NÃO ALCANÇADO	1158	945	PARCIALMENTE ALCANÇADO	4,3	60,7	ALCANÇADO
Percep - Percepção sobre a instituição (Portal-externa)*			PMEBas - Quantidade de escolas apoiadas em programas de melhoria da qualidade da educação básica (desdobramento por município)*			RC/V(TCU) - Relação Candidato/Vaga*		
Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
0,0	4911,9	ALCANÇADO	94	73	PARCIALMENTE ALCANÇADO	5,6	3,2	NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Atingimento: 78%

NÃO ALCANÇADO
PARCIALMENTE ALCANÇADO
ALCANÇADO
NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

CI - Comunicação Institucional
EX - Extensão
GO - Governança
TI - Tecnologia da Informação e Comunicação

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES3

Principais resultados alcançados:

Embora o número tenha ficado abaixo da meta, os alunos encaminhados para programas de aprendizagem ainda representam um avanço na inserção profissional de jovens, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Desafios futuros:

Sobre as atividades voltadas ao mundo do trabalho, a baixa adesão reforça a necessidade de estratégias para sensibilizar empresas e alunos sobre os benefícios da Aprendizagem, além de facilitar os trâmites burocráticos para novas adesões.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

O alcance das metas de encaminhamento de discentes para estágio e aprendizagem no IFRN foi impactado por diversos fatores relacionados ao mercado de trabalho, aspectos

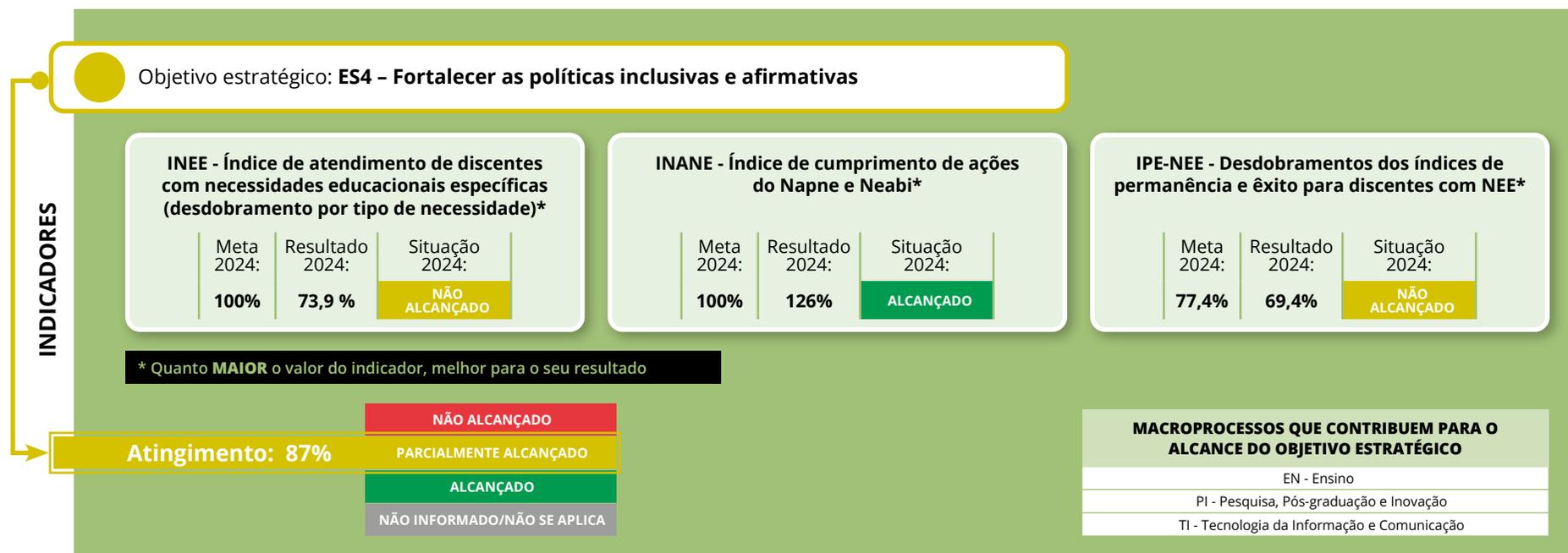


tos institucionais e perfil dos alunos. A baixa oferta de vagas em algumas áreas, a instabilidade econômica e a resistência de empresas à contratação de aprendizes dificultaram a inserção dos estudantes. Além disso, a burocracia no processo de formalização de convênios, a falta de um sistema unificado para gestão de estágios e o desalinhamento entre o calendário acadêmico e as ofertas do mercado também foram entraves significativos.

Riscos identificados:

A não concretização das metas estabelecidas para o encaminhamento de discentes ao Programa de Aprendizagem e ao Estágio pode gerar diversos impactos negativos, tanto para os alunos quanto para o IFRN e suas relações com o setor produtivo. Os principais riscos podem ser categorizados em acadêmicos, institucionais, econômicos e sociais.

- **Desconexão entre teoria e prática:** A experiência profissional é essencial para consolidar a formação dos estudantes. A limitação no acesso ao estágio e à aprendizagem pode comprometer o desenvolvimento das competências práticas exigidas pelo mercado.
- **Dificuldade na conclusão da formação:** Em alguns cursos, o estágio é obrigatório. Caso os alunos tenham dificuldades para encontrar vagas, pode haver atrasos na conclusão do curso.
- **Redução do engajamento dos estudantes:** A falta de oportunidades pode desmotivar os alunos, diminuindo o interesse pela formação e, em alguns casos, aumentando os índices de evasão escolar. ■



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES4

Principais resultados alcançados:

- Desenvolvimento de ações e atividades para fortalecer as políticas inclusivas e afirmativas, incluindo os processos de educação inclusiva e direitos humanos, gestão pedagógica e desenvolvimento curricular, supervisão técnica do ensino, pesquisa educacional, e acesso discente.
- Efetividade das ações planejadas do NEABI e do NAPNE, concretizadas por meio de atividades realizadas no âmbito dos campi, bem como dos Núcleos de Gênero e Diversidade, cuja implantação nos campi teve início em 2024.
- Atuação regular do NAPNE no acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE), através dos profissionais especializados e das equipes multidisciplinares dos campi.
- Fomento a ações e bolsas de Tutoria de Aprendizagem e Laboratório na modalidade “inclusiva”, em todos os campi, com apoio direto a estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE).
- Realização de minicursos de Letramento em Gênero e Diversidade para servidores de seis Campi: Lajes, São Paulo do Potengi, Natal Zona Norte e São Gonçalo do Amarante e Natal Zona Leste.
- Implantação, com publicação de portaria, de cinco Núcleos de Gênero e Diversidade (NUGEDI), sendo um na Reitoria e em quatro campi: Lajes, São Paulo do Potengi, Natal Zona Norte e São Gonçalo do Amarante.
- Desenvolvimento da formação em Liderança Feminina em três módulos: Módulo I – Tornar-se Mulher; Módulo II – Gênero e dispositivo do cuidado; Módulo III – Liderança Feminina
- Análise e preenchimento do questionário do índice de governança organizacional – iESGO do TCU para identificar as ações sistêmicas realizadas que de-



- monstrem a evolução do IFRN como ente público, no que se refere à temática gênero e diversidade.
- Assento no Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres (CEAV).
 - Estabelecimento de diálogos e parcerias entre SECADI/MEC e IFRN, garantindo uma maior presença de educação escolar quilombola, educação para as relações étnico-raciais e educação escolar indígena.
 - Assento na Comissão Estadual de Educação Escolar Quilombola do RN.
 - Diálogo transversal com gestores sistêmicos visando a pulverização das temáticas étnico-raciais e de inclusão e diversidade em toda a instituição.
 - Realização do IV Encontro Sistêmico dos NEABI e II Seminário Escurecendo os Fatos.
 - Fomento a bolsas PAFE visando o fortalecimento dos NEABI e NAPNE.
 - Formação em educação para as relações étnico-raciais oferecida a instituições parceiras: IFAM, IF-SULMG; IFMG; UFRN, UFVJM;
 - Parceria com a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) visando o fortalecimento de Educação Escolar Quilombola (EEQ).
 - Acompanhamento das situações locais dos NEABI e fortalecimento deste espaço nos campi.
 - Elaboração e aprovação do curso superior de Segunda Licenciatura em EEQ.
 - Elaboração e aprovação junto à SECADI de curso em Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) a ser ofertado em 2025 pelo IFRN para 200 professores das redes municipal, estadual e federal do RN.
- Desafios futuros:**
- Construção da Política de Ações Inclusivas do IFRN
 - Ampliação de recursos orçamentários e do corpo técnico efetivo, na Reitoria e nos campi, para viabilizar a execução das ações e atividades previstas para o objetivo estratégico.
 - Realização de obras e adequações arquitetônicas e de infraestrutura em ambientes apoio às ações de Ensino, especialmente acessibilidade para estudantes NEE.
 - Implementação das diretrizes orientadoras para adequação curricular para estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.
 - Implementação dos Núcleos NAPNE, NEABI e NUGEDI na Reitoria e nos campi em que ainda não possuem.
 - Aprovação do Regimento Interno dos Núcleos de Gênero e Diversidade (NUGEDI).
 - Mapeamento de inovação em tecnologia assistiva.
 - Realização de eventos formativos acerca da temática de Educação Inclusiva, Gênero, Diversidades e Direitos Humanos, envolvendo pessoas de todos os segmentos da comunidade educativa.
 - Realização do I SiNAPNES, evento de caráter formativo destinado aos membros dos NAPNE de todos os campi e profissionais de apoio especializado.
 - Realização do Seminário Internacional Brasil-Chile: Pesquisas sobre Estudos de Gênero e Diversidades Sexuais na América Latina.
 - Publicação do calendário de lutas feministas.
 - Destinação de estrutura física para os NUGEDI e NEABI, pelos campi, como espaço para construção de uma identidade e referência para reuniões, acolhimento das pessoas, escuta democrática e fortalecimento político-pedagógico dos debates de gênero e de sexualidade.
 - Ampliação das iniciativas de apoio à diversidade e à inclusão.
 - Mapeamento de todas as ações referentes aos estudos de gênero e diversidade desenvolvidas no âmbito do IFRN.
 - Estabelecimento de parcerias com organizações que trabalham com educação inclusiva, direitos humanos, gênero e diversidade para promover atividades conjuntas, como workshops, palestras e eventos acadêmico-científicos.



- Fortalecimento das ações dos NAPNE através do atendimento educacional especializado pela equipe multiprofissional.
- Entrega de kits psicopedagógicos para todos os NAPNE dos campi do IFRN.
- Implantação do Módulo NAPNE e andamento ao módulo PEI no SUAP.
- Criação de comissões para elaboração e atualização de documentos institucionais, visando a melhoria no atendimento aos estudantes com NEE.
- Campanha e ação formativa, nos campi, em conjunto com a assistência social, para (auto)reconhecimento e registro de estudantes quilombolas, indígenas, negros e com necessidades educacionais específicas.
- Elaboração e aprovação do protocolo antirracista.
- Difusão da ERER em todos os setores da instituição.
- Elaboração de diagnóstico para compreender o efeito do racismo na entrada, permanência e êxito de estudantes PPIQ.
- Realização dos encontros sistêmicos do NEABI e NAPNE.
- Desenvolvimento de campanhas de combate ao racismo; letramento racial; racismo religioso.
- Desenvolvimento de peças gráficas, materiais didáticos voltados para ERER.

- Aquisição de livros voltados para as relações étnico-raciais.
- Estreitamento da relação entre NEABI, ETEP, NAPNE, NUGEDI, NUARTE e Assistência estudantil, visando estratégias de acolhimento que garantam mais pertencimento aos estudantes.
- Ampliação do quantitativo de estudantes indígenas e quilombolas nos cursos da instituição.
- Aprofundamento de parcerias entre IFRN e Ministérios do Governo Federal em prol do aumento de investimentos para desenvolver as temáticas étnico-raciais na instituição e no RN.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Acompanhamento a estudantes que dispõem de laudo médico e que não ingressam por meio das cotas específicas para PCD ou que necessitem de Plano Educacional Individualizado (PEI), o que proporciona que o indicador INEE ultrapasse a meta de 100%, incluindo novos estudantes.
- Orçamento reduzido e contingenciamento orçamentário, que dificultou a realização de eventos formativos, dentre outras ações.
- Insuficiência do quantitativo de servidores para composição do corpo técnico efetivo, na Reitoria e nos campi.
- Deflagração de greve de servidores em nível nacional, o que impossibilitou o cumprimento de agendas e ações do NUGEDI, NAPNE e NEABI.

- Falta de transporte para efetivação de visita aos campi para execução das ações e atividades previstas para o objetivo estratégico;
- A limitação orçamentária tem inviabilizado a contratação do quantitativo necessário de profissionais especializados para o atendimento de estudantes; as adaptações arquitetônicas de acessibilidade dos campi; a aquisição de materiais educativos e mobiliário específico para estudantes NEE; e o acolhimento e acompanhamento de estudantes atendidos pelos NAPNE.

Riscos identificados:

- Falta de recursos orçamentários destinados à execução das ações e atividades previstas para o objetivo estratégico.
- Dificuldades ou distúrbios de aprendizagem dos estudantes que podem resultar em reprovação e/ou evasão, mesmo sendo acompanhados pela equipe multiprofissional do NAPNE.
- Insuficiência de dados no SUAP quanto ao registro de estudantes NEE, Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas (PPIQ). ■

Objetivo estratégico: **ES5 – Desenvolver a internacionalização no IFRN**

INDICADORES

IMI_dis_env - Índice de mobilidade internacional de discentes enviados

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
127	44	NÃO ALCANÇADO

IMI_dis_rec - Índice de mobilidade internacional de discentes recebidos

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
127	344	ALCANÇADO

IMI_serv_env - Índice de mobilidade internacional - servidores enviados

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
127	45	NÃO ALCANÇADO

IMI_serv_rec - Índice de mobilidade internacional - servidores recebidos

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
100	15	NÃO ALCANÇADO

PCI_pesq - Índice de projetos de ensino no âmbito das parcerias internacionais - pesquisa

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
8	0	NÃO ALCANÇADO

PCI_ext - Índice de projetos de extensão no âmbito das parcerias internacionais - extensão

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
8	27	ALCANÇADO

PCI_ens - Índice de projetos de ensino no âmbito das parcerias internacionais - ensino

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
8	0	NÃO ALCANÇADO

PEIB - Índice de participação em eventos acadêmicos-científicos internacionais no Brasil

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
96	189	ALCANÇADO

PEIEx - Índice de participação em eventos acadêmicos-científicos internacionais no exterior

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
95	55	NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Atingimento: 54% NÃO ALCANÇADO

PARCIALMENTE ALCANÇADO

ALCANÇADO

NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

IN - Internacionalização
PI - Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
TI - Tecnologia da Informação e Comunicação

Principais resultados alcançados:

- Número significativo de estudantes (44) de cursos regulares do IFRN em mobilidade internacional, contemplando oportunidades para todos os campi, diferentes ofertas e objetivos: cursar componentes curriculares em instituição estrangeira de ensino superior parceira do IFRN; participar de intercâmbio internacional de curta duração (2 semanas) com programação para estudantes de ensino médio integrado; participar de eventos.
- Expressivo número de estudantes internacionais recebidos no IFRN (344), contemplando diferentes objetivos: participar de intercâmbios de curta duração; participar de eventos; cursar componentes curriculares de curso de ensino superior; aprender Português Brasileiro para Estrangeiros, via Educação a Distância.
- Expressivo número de servidores em mobilidade internacional (45), de diferentes campi com objetivos diversos: realizar visita técnica; formalizar parcerias; participar de eventos; cursar disciplinas ou programas de capacitação em nível de pós-graduação.
- Ampliação das parcerias internacionais (5 novas), oportunizando a realização das diversas atividades da internacionalização, favorecendo tanto a mobilidade internacional de estudantes e servidores quanto o desenvolvimento de projetos no âmbito das relações internacionais.

Desafios futuros:

- Ampliar as oportunidades de mobilidade internacional dos estudantes do IFRN, tanto em função do número de estudantes custeados quanto em relação aos destinos em que eles/as realizam suas atividades.
- Desenvolver o módulo Internacionalização no SUAP para um melhor e mais apurado controle dos registros.
- Realizar atividades de conscientização e capacitação nos campi com o objetivo de fortalecimento de uma cultura da internacionalização que promova o desenvolvimento de atividades de maneira sustentável e contínua.
- Realizar parcerias internacionais a partir de acordos de cooperação internacional com plano de trabalho explícito e viável.
- Ampliar as atividades em parceria com a África.
- Formalizar parcerias internacionais na Ásia e na Oceania.

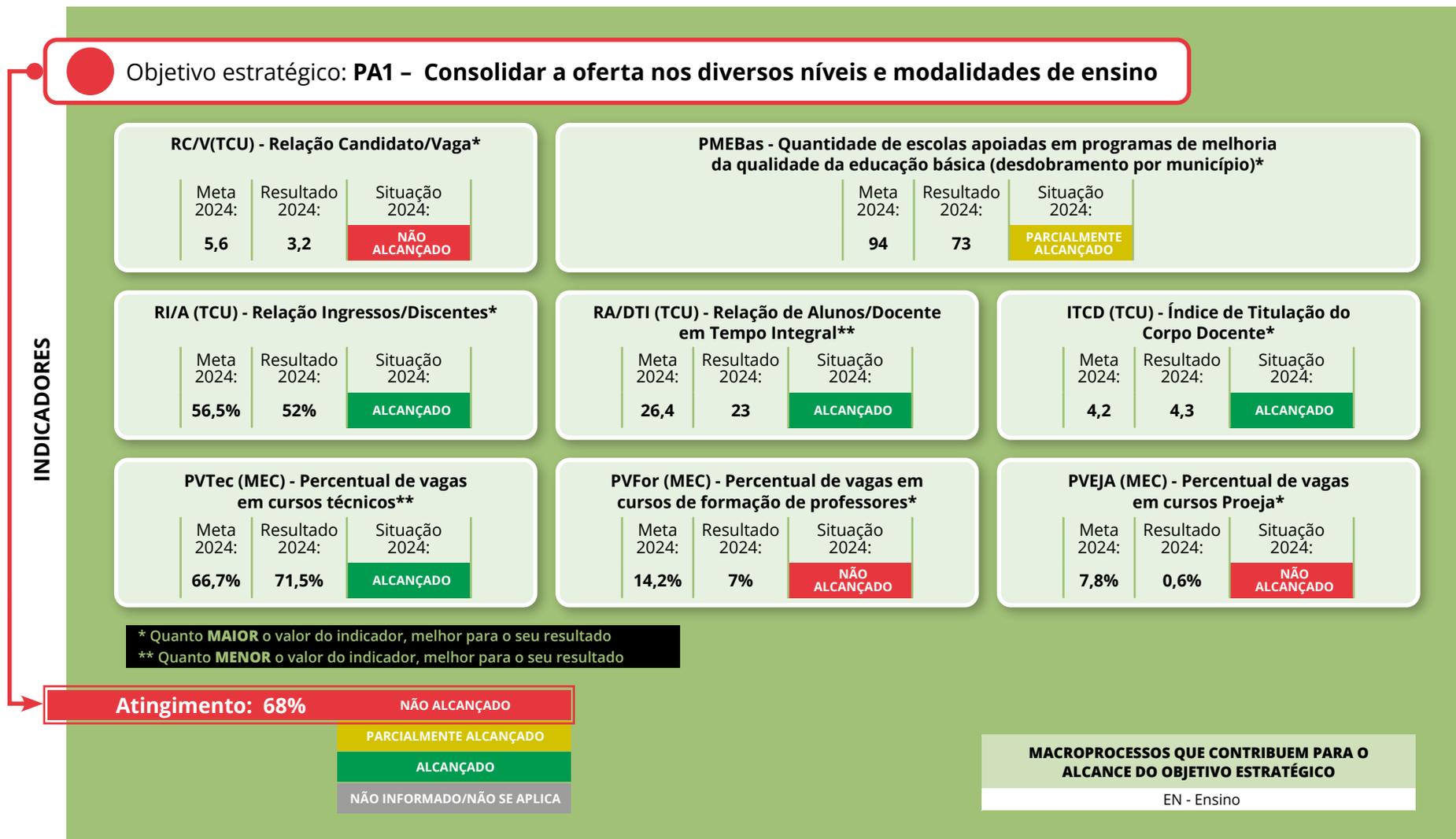
Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Metas muito elevadas e desafiadoras que demandam muito investimento, sobretudo para a realização das mobilidades internacionais presenciais, uma vez que tem havido um aumento significativo dos preços de passagens aéreas assim como uma desvalorização do real frente ao dólar e ao euro.
- A concentração de investimentos para custeio de projetos de extensão com atividades de internacionalização impossibilitou o fomento para o desenvolvimento de projetos de ensino e pesquisa.

Riscos identificados:

- Falta de sistema que favoreça o registro e o controle dos dados, ocasionando a duplicação de dados ou o não registro deles.
- Ausência de um manual que favoreça a interpretação dos dados de modo mais alinhado institucionalmente.

2.3.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS ACADÊMICOS



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA1

Principais resultados alcançados:

- Desenvolvimento de ações e atividades para consolidar a oferta nos diversos níveis, formas e modalidades, incluindo os processos de política de ensino, supervisão técnica do ensino, gestão pedagógica e desenvolvimento curricular, avaliação e regulação do ensino, administração acadêmica, acesso discente, e programas e projetos de ensino.
- Conclusão do processo de revisão das diretrizes orientadoras dos cursos técnicos subsequentes, com participação ampliada e democrática dos campi.
- Monitoramento sistêmico do Sistema de Bibliotecas (SiBi/IFRN) e do Repositório Institucional (Memoria).
- Elaboração ou adequação de projetos pedagógicos de cursos (PPC) e projetos de autorização de funcionamento de cursos (PAFC) previstos no PDI (presencial e EAD), particularmente os cursos técnicos integrados “regulares”.
- Oferta própria e conveniada de 218 cursos, divididos nas modalidades presenciais e EaD, totalizando 39.387 matrículas, divididas em:
 - Cursos técnicos: 13.001 matrículas em 32 cursos técnicos integrados “regulares”, 4.408 matrículas em 28 cursos técnicos subsequentes, e 187 matrículas em 4 cursos PROEJA Técnico;
 - Cursos de graduação: 2.289 matrículas em 10 cursos de licenciatura, 3.196 matrículas em 17 cursos superiores de tecnologia, e 649 matrículas em 4 cursos de engenharia;
 - Cursos de pós-graduação: 184 matrículas em um curso de aperfeiçoamento, 2.110 matrículas em 23 cursos de especialização; 416 matrículas em 5 cursos de mestrado, 139 matrículas em 2 cursos de doutorado;
 - Cursos de formação inicial e continuada (FIC): 12.018 matrículas em 89 cursos de qualificação profissional, e 190 matrículas em 3 cursos PROEJA FIC.
 - Monitoramento, supervisão e assessoramento dos processos regulatórios de avaliação do IFRN junto ao MEC.
 - Realização, pelo INEP, de 11 visitas in loco virtuais para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação. Desse, nove obtiveram conceito 5 e dois obtiveram conceito 4. O Ministério da Educação ainda não publicou o Índice Geral de Cursos (IGC) referente ao ano de 2023.
 - Aprimoramento contínuo dos módulos do Suap-Edu para agilizar a análise e aprovação de cursos, incluindo o plano de ofertas de vagas do PDI (com projeção para novas vagas e controle da evasão e retenção) e os PPC e PAFC eletrônicos.
 - Adaptação do módulo de Convocações do Enade do Suap-Edu para o novo formato do Enade 2024, que inclui avaliação da prática para licenciaturas, além da avaliação teórica.
 - Realização de auditoria de dados do Ensino e alimentação dos sistemas de informação acadêmica do MEC.
 - Planejamento e execução de 39 editais de ingresso de estudantes para os cursos técnicos e superiores de graduação e pós-graduação.
 - Fortalecimento do ProLITEC, por meio do desenvolvimento de ações de reestruturação do material didático, com lançamento previsto para 2025, e da implementação da política de bonificação para ingresso nos cursos técnicos integrados “regulares”.
 - Aprovação da Política de Educação a Distância do IFRN, com o intuito de promover a institucionalização da oferta da modalidade e o uso de tecnologias educacionais e a produção e difusão de recursos educacionais abertos e acessíveis, inclusive em cursos presenciais.
 - Realização do VII Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) na Rede Federal.



Desafios futuros:

- Ampliação de recursos orçamentários e do corpo técnico efetivo, na Reitoria e nos campi, para viabilizar a execução das ações e atividades previstas para o objetivo estratégico.
- Realização de obras e adequações arquitetônicas e de infraestrutura em ambientes apoio às ações de Ensino, especialmente ampliação do número de salas de aulas disponíveis, refeitório para estudantes, acessibilidade e segurança predial.
- Implementação do banco de disciplinas equivalentes para processos de concurso público e de remoção a pedido de docentes.
- Aprovação da Política de Recursos de Informação, revisão das regulamentações do Sistema de Bibliotecas e sobre divulgação científica e elaboração das regulamentações de arquivos e repositórios institucionais.
- Implementação da biblioteca eletrônica nos campi e aquisição para ampliação do acervo bibliográfico.
- Implementação do Arquivo Institucional do IFRN.
- Implementação do módulo do NAPNE para acompanhar os atendimentos a estudantes com deficiência e/ou com necessidade educacionais específicas, como também o desenvolvimento do módulo PEI (Plano Educacional

Individualizado), que estará disponível para a equipe da ETEP e do NAPNE.

- Revisão das diretrizes orientadoras para a oferta de cursos PROEJA (FIC e técnico), de cursos de qualificação profissional, de cursos superiores de licenciatura e formação pedagógica, de cursos superiores de tecnologia, de cursos superiores de engenharia e de cursos de especialização.
- Reorientação do plano de ofertas de vagas do PDI.
- Ampliação do funcionamento do turno noturno nos campi.
- Revisão e atualização da Organização Didática consolidada e da Política de Ensino no Projeto Político-Pedagógico.
- Monitoramento do planejamento e dos riscos do Ensino.
- Acompanhamento do desenvolvimento dos cursos técnicos e de graduação, por meio de ações de avaliação in loco internas em cada campus e da avaliação das condições de ensino.
- Desenvolvimento da revalidação de diplomas de cursos técnicos e de graduação.
- Implementação do monitoramento contributivo institucional e de cursos.

- Cumprimento do acordo de metas estabelecido no PDI 2019-2026 para a ampliação das ofertas dos cursos de formação de professores e PROEJA.
- Ampliação dos recursos orçamentários destinados à consolidação das ofertas educacionais.
- Atualização dos equipamentos dos laboratórios acadêmicos.
- Institucionalização da gestão sistêmica de Apoio ao Ensino.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Limitação orçamentária e de pessoal que inviabiliza a ampliação do número de estudantes atendidos em programas de assistência estudantil; a contratação do quantitativo necessário de profissionais especializados para o atendimento de estudantes; e a ampliação/adequação da infraestrutura física dos campi.
- Insuficiência do quantitativo de servidores para composição do corpo técnico efetivo, na Reitoria e nos campi.
- Comprometimento da ação institucional em função do quantitativo elevado de remoções via SIASS e da requisição de servidores por outros órgãos.



- Distorção no resultado dos indicadores em função do calendário acadêmico do IFRN do ano letivo de 2023 permanecer em curso até março de 2025.
- Baixa procura em processos seletivos para cursos técnicos subsequente e PROEJA e para cursos de especialização.
- Restrições dos recursos destinados ao desenvolvimento de atividades externas, aquisição de materiais para aulas teóricas e práticas/laboratório e de acervo bibliográfico.
- Falta de servidores efetivos, técnicos e docentes, restringindo a capacidade de ampliação de vagas e a oferta dos campi.
- Suspensão da oferta de cursos PROEJA técnico pelos campi, com quantitativo de matrículas insuficiente para cumprimento da meta por meio de cursos PROEJA FIC.
- Ausência de um programa institucional de melhoria da qualidade da educação básica, sendo realizado por meio de ações isoladas, em geral no PIBID.
- Contingenciamento de recursos orçamentários, com impacto direto nas ações de ensino, especialmente a divulgação dos cursos. A falta de recursos para combustível limitou o número de escolas visitadas e, conseqüentemente, o alcance aos alunos, prejudicando a captação de novos estudantes.
- Interrupção do calendário acadêmico no período de 08 de abril a 02 de julho em função do movimento paredista, gerando distorção no resultado dos indicadores relativos a ingresso e conclusão de estudantes em função do calendário acadêmico do IFRN do ano letivo de 2024 permanecer em curso até março de 2025.
- Atraso na contratação de servidores docentes efetivos para os campi, necessário para ampliação do quantitativo de vagas ofertadas e desenvolvimento adequado das ofertas já existentes.
- Divulgação do edital para os cursos técnicos integrados (processo seletivo com o maior número de vagas e inscritos) no mesmo período das campanhas eleitorais de 2024, afetando o indicador candidato/vaga com um número total de inscritos menor que o esperado em função das dificuldades para a difusão das informações ao público específico, principalmente nos campi do interior, e da necessidade de antecipação da aplicação das provas para o dia 20 de outubro por causa das datas eleições e da aplicação nacional das provas do ENEM.
- Não atendimento do percentual exigido para a oferta de cursos PROEJA e de formação de professores, com impacto no orçamento institucional.
- Realização de eleições institucionais, alterando rotinas administrativas, com o objetivo de manter a lisura do processo.

Riscos identificados:

- Falta de recursos orçamentários destinados à execução das ações e atividades previstas para o objetivo estratégico.
- Insuficiência do quantitativo de servidores para composição do corpo técnico efetivo, na Reitoria e nos campi.
- Comprometimento da ação institucional e de ofertas de disciplinas/cursos em função do quantitativo elevado de remoções via SIASS e da requisição de servidores por outros órgãos.
- Diminuição da quantidade de bolsas disponibilizadas pela CAPES no âmbito do PIBID.
- Desatualização das informações institucionais de cursos, campi e polos junto ao e-MEC.
- Baixa procura por candidatos para preenchimento de vagas dos cursos técnico subsequente, PROEJA e Licenciaturas. ■

Objetivo estratégico: PA2 – Estabelecer a Educação à Distância

INDICADORES

CEad (MEC) - Percentual de cursos de oferta ordinária na modalidade EaD*			CPCHEAD - Percentual de cursos presenciais com carga horária a distância*			FE_EAD - Percentual de matrículas EAD (fomento externo)**			FP_EAD - Percentual de matrículas EAD (fomento próprio)*		
Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
49,6%	79,2%	ALCANÇADO	10,1%	2,2%	NÃO ALCANÇADO	64,2%	49,1%	ALCANÇADO	4,2%	4,2%	ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Atingimento: 84%

NÃO ALCANÇADO
PARCIALMENTE ALCANÇADO
ALCANÇADO
NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

EN - Ensino

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA2

Principais resultados alcançados:

- Desenvolvimento de ações e atividades para estabelecer a Educação à Distância (EAD), incluindo os processos de tecnologias educacionais e educação a distância, gestão pedagógica e desenvolvimento curricular, avaliação e regulação do ensino, administração acadêmica, e acesso discente.
- Oferta própria e conveniada de 25 cursos na modalidade EAD, totalizando 4.036 matrículas, divididas em:
 - Cursos de formação inicial e continuada (FIC): 1.607 matrículas em sete cursos FIC.
 - Cursos técnicos: 336 matrículas em um curso técnico subsequente.
- Cursos de graduação: 97 matrículas em dois cursos de licenciatura, e 534 matrículas em três cursos superiores de tecnologia.
- Cursos de pós-graduação: 1.276 matrículas em nove cursos de especialização e 186 matrículas em um curso de aperfeiçoamento.
- Aprovação da Política de Educação a Distância do IFRN, com o intuito de promover a institucionalização da oferta da modalidade e o uso de tecnologias educacionais e a produção e difusão de recursos educacionais abertos e acessíveis, inclusive em cursos presenciais.
- Aporte de recursos orçamentários institucionais para produção de cursos autoinstrucionais para os cursos técnicos integrados “regulares” e de cursos na modalidade EaD para a educação inclusiva e para a formação de servidores em tecnologias educacionais e pesquisa educacional.
- Ampliação das possibilidades de previsão de percentual EaD em cursos presenciais garantida nas diretrizes orientadoras aprovadas para cursos técnicos subsequentes.
- Realização do VI Seminário Internacional de Educação a Distância (SEMEAD 2024), sediado pelo Campus Natal-Zona Leste.



Desafios futuros:

- Ampliação de recursos orçamentários e do corpo técnico efetivo, na Reitoria e nos campi, para viabilizar a execução das ações e atividades previstas para o objetivo estratégico.
- Realização de obras e adequações arquitetônicas e de infraestrutura em ambientes apoio às ações de Ensino, especialmente acessibilidade e segurança predial.
- Adequação do Campus Natal-Zona Leste – principal centro institucional de oferta, detentor da unidade produtiva de EAD no IFRN – à tipologia 40/26 prevista na Portaria SETEC nº 713, de 2021.
- Consolidação da regulamentação institucional da Política de EAD e aprovação de normativos complementares.
- Desenvolvimento e participação de servidores em ações de formação/capacitação em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância.
- Ampliação de percentual de oferta EAD em cursos presenciais.
- Manutenção da oferta de cursos EAD com fomento externo.
- Fomento à ampliação da oferta institucional de cursos EAD, minimizando a dependência de fomento externo para garantir a continuidade e a qualidade da oferta educacional e para contribuir com a estabilidade financeira e operacional dos programas de EAD do IFRN.

- Ampliação do número de cursos de graduação presenciais com previsão de percentual EaD assegurado nas diretrizes orientadoras a serem trabalhadas em 2025.
- Ampliação do fomento ao desenvolvimento de materiais didáticos em cursos presenciais e em cursos EAD e autoinstrucionais de oferta própria.
- Implantação e estruturação da Coordenação de Tecnologias Educacionais em todos os campi, para apoio a cursos presenciais e EAD.
- Implantação e fortalecimento de polos associados UAB no IFRN.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Insuficiência do quantitativo de servidores para composição do corpo técnico efetivo, na Reitoria e nos campi, especialmente considerando a necessidade de adaptação do Campus Natal-Zona Leste à tipologia 40/26.
- Redução da oferta de cursos fomentados pela Universidade Aberta do Brasil.
- Falta de oferta de curso fomentados pela Rede Escola Técnica Aberta do Brasil.
- Adoção restrita de componentes de EAD em cursos presenciais.
- Centralização da oferta de cursos EAD no campus Natal-Zona Leste limita a expansão e a diversifica-

ção da oferta educacional a distância, restringindo o acesso de potenciais estudantes em outras regiões.

- Falta de material didático para educação profissional específico e atualizado para EAD comprometendo a qualidade do ensino e limitando o alcance educacional.
- Falta de informação automatizada no SUAP sobre a previsão de percentual de cursos presenciais com carga horária a distância, distorcendo o resultado indicador.

Riscos identificados:

- Falta de recursos orçamentários destinados à execução das ações e atividades previstas para o objetivo estratégico.
- Insuficiência do quantitativo de servidores para composição do corpo técnico efetivo, na Reitoria e nos campi.
- Centralização da oferta de cursos EAD no campus Natal-Zona Leste.
- Dependência de fomento externo para a oferta de cursos EAD.
- Limitação na integração de componentes de EAD em cursos presenciais.
- Limitação da infraestrutura tecnológica do Campus Natal-Zona Leste para suportar uma expansão significativa da modalidade. ■

Objetivo estratégico: PA3 – Fortalecer as ações de projetos e programas de extensão nos territórios de abrangência

INDICADORES

GEE_dis - Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) por categorias - discente técnico e superior*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
9,3%	8,3%	PARCIALMENTE ALCANÇADO

GEE_doc - Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) por categorias - docente*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
46,2%	37,3%	PARCIALMENTE ALCANÇADO

GEE_TAE - Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) por categorias - TAE*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
24,0%	18,1%	PARCIALMENTE ALCANÇADO

PAS_EX - Percentual de projetos de ação social*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
71%	70%	ALCANÇADO

PEX - Número de projetos de extensão*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
410	424	ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Atingimento: 91%

NÃO ALCANÇADO
PARCIALMENTE ALCANÇADO
ALCANÇADO
NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

EX - Extensão
PI - Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
TI - Tecnologia da Informação e Comunicação

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA3

Principais resultados alcançados:

Em 2024, observou-se um crescimento significativo nas atividades de extensão do IFRN. O número de projetos de extensão (PEX) superou a meta estabelecida, com 424 projetos registrados contra a meta de 410, demonstrando um crescimento consistente na participação institucional em ações de extensão.

- O percentual de projetos de ação social (PAS_EX) manteve-se praticamente estável, atingindo 70%, muito próximo da meta de 71%, o que evidencia o compromisso contínuo com o impacto social das atividades do instituto.
- No entanto, o Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) apresentou resultados variados entre as categorias:
 - Docentes: O GEE dos docentes ficou em 37,3%, abaixo da meta de 46,2%;
 - Discentes (técnico e superior): O GEE foi de 8,3%, levemente abaixo da meta de 9,3%;
 - Técnicos Administrativos em Educação (TAE): O GEE atingiu 18,1%, inferior à meta de 24%.



- Esses resultados refletem a necessidade de incentivar maior participação nas atividades de extensão, especialmente entre os servidores docentes e técnicos, ressaltando que ainda que os números estejam abaixo do esperado, houve um aumento no número de projetos o que indica engajamento nas ações.
- Destaca-se também a publicação da Resolução de Uso do Cartão Pesquisador (04/2024 - CONSUP), bem como a atualização de manuais de uso e criação de FAQ no site institucional, que trouxe melhorias na gestão de recursos para projetos de extensão, facilitando a execução financeira e aumentando a transparência.

Desafios futuros:

- Emissão de documentos regulatórios e manuais de orientação para projetos de extensão, com o objetivo de padronizar processos e facilitar o entendimento de servidores.
- Ampliar a proximidade dos campi com a comunidade externa, promovendo ações que incentivem a participação de públicos externos e reforcem o papel do IFRN como agente de transformação social.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Alta taxa de rotatividade de servidores na coordenação de extensão dos campi, o que gera impacto na execução das atividades do setor. A troca frequente de pessoal dificulta a consolidação de processos e o acompanhamento contínuo das iniciativas.
- Dificuldades dos servidores no registro de projetos de fluxo contínuo, devido à falta de conhecimento da importância do registro, algumas relacionadas a limitações no uso do SUAP, o que impactou negativamente o número de projetos formalmente registrados e o envolvimento efetivo dos participantes, refletindo nos indicadores analisados

Riscos identificados:

- Continuidade na rotatividade de servidores, o que pode comprometer a execução eficiente das atividades do setor e dificultar a manutenção de políticas institucionais de longo prazo.
- Possível diminuição de recursos destinados à extensão devido a cortes orçamentários. Essa redução pode limitar a capacidade de execução de novos projetos e a sustentabilidade de ações em andamento. ■

Objetivo estratégico: **PA4 - Desenvolver a articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais**

INDICADORES

Apr_dis - Número de discentes encaminhados para Programa de Aprendizagem*			EMPCEC - Ações relevantes de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária e criativa *			Estg_dis - Número de discentes encaminhados para Estágio *			VIS - Número de visitas a organizações (cadastradas no Suap)*		
Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:	Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
1461	372	NÃO ALCANÇADO	48	106	ALCANÇADO	1158	945	PARCIALMENTE ALCANÇADO	1104	290	NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Atingimento: **57%**

NÃO ALCANÇADO

PARCIALMENTE ALCANÇADO

ALCANÇADO

NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

EX - Extensão

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA4

A atuação da Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho do IFRN em 2024 foi marcada por avanços significativos, apesar dos desafios enfrentados. Os resultados alcançados refletem tanto o esforço institucional quanto os obstáculos que precisam ser superados para ampliar o impacto das ações voltadas ao estágio, à aprendizagem e à inserção dos estudantes no mundo do trabalho.

Principais resultados alcançados:

Dentre as principais conquistas do ano, destaca-se a elaboração e o compartilhamento de cartilhas sobre estágio e aprendizagem, materiais essenciais para a orientação dos estudantes e das empresas parceiras. Essas cartilhas facilitaram a compreensão sobre os procedimentos e direitos envolvidos, contribuindo para um processo mais transparente e eficiente de encaminhamento dos discentes.

Outro grande marco foi o reconhecimento do IFRN no Prêmio IEL de Estágio, tanto em nível regional quanto nacional, evidenciando a excelência da instituição na intermediação e na qualificação de estudantes para o mercado de trabalho. Esse prêmio reforça o compromisso do Instituto em fomentar a integração entre a formação acadêmica e as demandas profissionais.

Além disso, houve avanços na modernização da regulamentação dos estágios. A elaboração da nova minuta do TAC 293.2013, que trata das normas

de estágio no IFRN, permitiu revisar e flexibilizar requisitos, alinhando-os à legislação vigente e facilitando a inserção dos estudantes no mundo do trabalho.

No campo da capacitação, foram realizados treinamentos com coordenadores de extensão, visando aprimorar a gestão dos estágios e fortalecer a articulação entre os campi e as empresas. Essas formações foram essenciais para garantir que os responsáveis por essa mediação estivessem preparados para atender às novas demandas e otimizar o encaminhamento dos discentes.



Desafios futuros:

Diante desse cenário, alguns desafios precisam ser enfrentados para fortalecer a relação entre o IFRN e o mundo do trabalho. Um dos principais pontos é a emissão de documentos regulatórios, como a Resolução de Prestação de Serviços, que garantirá maior segurança jurídica nas relações institucionais e facilitará a formalização de parcerias.

Outro desafio estratégico é ampliar a proximidade dos campi com a comunidade externa, o que permitirá uma maior captação de oportunidades para estágio, aprendizagem e inserção profissional dos estudantes. Para isso, será essencial fortalecer a articulação com empresas, sindicatos e outras instituições que possam contribuir para a oferta de vagas.

Além disso, é fundamental buscar formas de superar os entraves relacionados ao Programa de Aprendizagem, especialmente no interior do estado, onde há poucas empresas cadastradas para receber aprendizes. Medidas como campanhas de sensibilização e o fortalecimento do diálogo com entidades representativas do setor produtivo podem contribuir para ampliar essa adesão.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

Apesar dos avanços, alguns desafios impactaram o cumprimento de metas institucionais. O número de discentes encaminhados para o Programa de Aprendizagem ficou abaixo do esperado, atingindo apenas 15% da meta estabelecida (372 de 1461

estudantes previstos). Esse desempenho foi influenciado pela baixa adesão de empresas ao programa, especialmente no interior do estado, onde há um número reduzido de empresas habilitadas para receber aprendizes. Além disso, a dificuldade na articulação com as concedentes limita a ampliação dessas oportunidades.

No caso do estágio, o IFRN conseguiu encaminhar 945 estudantes, atingindo 81% da meta de 1158 alunos, um resultado próximo do esperado. No entanto, algumas dificuldades persistiram, especialmente na formalização dos estágios, muitas vezes em razão da burocracia envolvida e do tempo de resposta das empresas concedentes, que impactam diretamente a agilidade do processo.

Por outro lado, as ações de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária e criativa superaram as expectativas, com 106 iniciativas realizadas, ultrapassando a meta de 48 ações. Esse desempenho positivo demonstra o forte engajamento do IFRN na promoção dessas temáticas, refletindo um avanço na diversificação das oportunidades de inserção profissional para os discentes.

Entretanto, a realização de visitas a organizações cadastradas no SUAP ficou muito aquém da meta. Apenas 290 visitas foram realizadas, enquanto o objetivo era atingir 1104. Esse baixo índice foi influenciado por dois fatores principais: a alta rotatividade de servidores na coordenação de extensão dos campi, que dificultou a continuidade das ações estratégicas, e os desafios logísticos para a realização das visitas técnicas, especialmente no que se refere à prospecção de novas parcerias com empresas.

Riscos identificados:

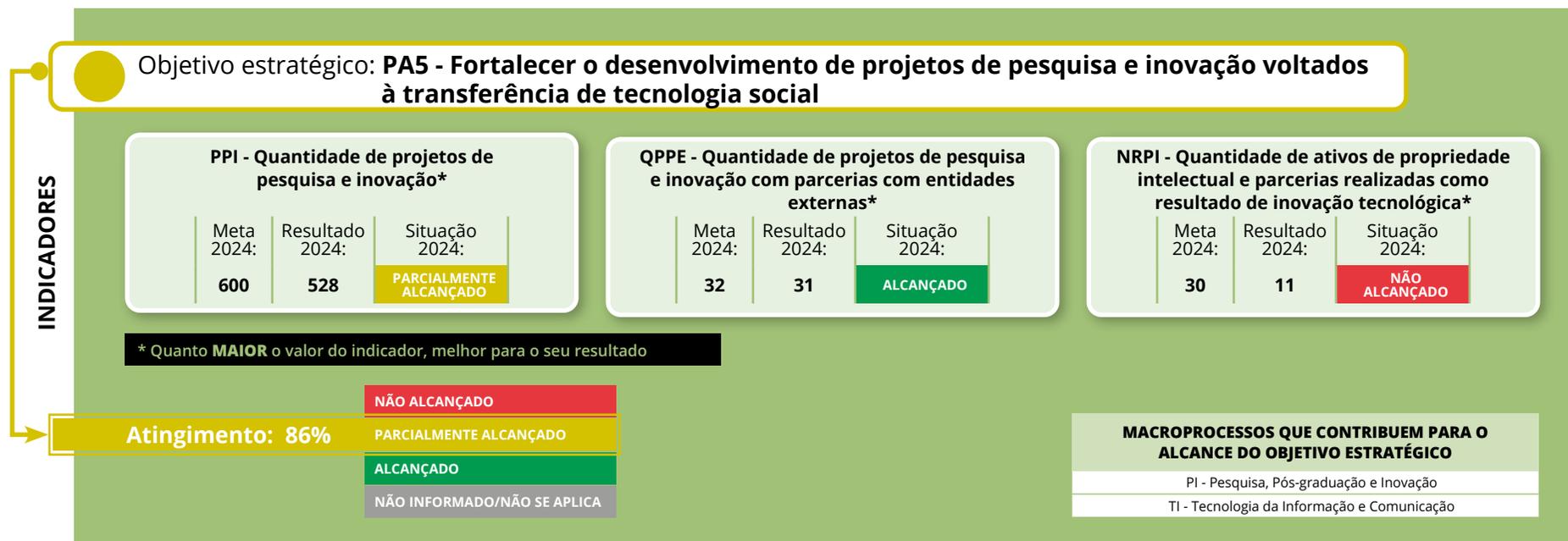
Alguns riscos institucionais devem ser monitorados para evitar impactos negativos nas ações da Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho.

Primeiramente, a rotatividade de servidores na coordenação de extensão dos campi continua sendo um fator crítico, pois compromete a continuidade de iniciativas estratégicas e exige constante reestruturação das equipes.

Outro risco significativo é a dificuldade na realização de visitas técnicas para captação e monitoramento de oportunidades de estágio e aprendizagem. A falta de uma rotina estruturada de visitas impacta diretamente a prospecção de novas parcerias e pode limitar a inserção dos estudantes no mundo do trabalho.

Além disso, a baixa adesão das empresas ao Programa de Aprendizagem, especialmente no interior do estado, continua sendo um desafio que pode comprometer os esforços de inclusão dos estudantes nessa modalidade de formação.

Diante desses fatores, é essencial que o IFRN continue investindo na estruturação de políticas institucionais para mitigar os riscos e garantir que seus discentes tenham cada vez mais oportunidades de inserção no mundo do trabalho. ■



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA5

Principais resultados alcançados:

- Apesar dos desafios enfrentados ao longo do ano, o IFRN obteve um desempenho expressivo nos indicadores de pesquisa e inovação. O número total de projetos de pesquisa e inovação (PPI) atingiu 528 projetos, representando 88% da meta estipulada para 2024 (600 projetos).
- O número de projetos de pesquisa e inovação com parcerias externas (QPPE) também apresentou um desempenho satisfatório, alcançando 31 dos 32 projetos previstos, um índice de 97% da meta anual.

- O indicador NRPI, que mede a quantidade de ativos de propriedade intelectual e parcerias realizadas como resultado da inovação tecnológica, apresentou um resultado inferior ao esperado, com 11 registros frente à meta de 30.

Desafios futuros:

- Recuperar as bolsas do CNPQ reduzidas na Chamada nacional em 2024.
- Captação de recursos externos para mitigar os impactos da redução de bolsas e garantir a quantidade e qualidade dos projetos desenvolvidos.

- Padronização dos processos de transferência de tecnologia, tornando-os mais ágeis e acessíveis, visando aumentar o número de registros de propriedade intelectual e a formalização de colaborações com o setor produtivo.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Longa greve de servidores (85 dias), a paralisação comprometeu a continuidade das atividades acadêmicas e científicas, resultando em atrasos na execução de projetos, na produção científica e na formalização de novas parcerias para inovação tecnológica.



- Redução de 13 bolsas no programa institucional PIBITI-CNPq, cada uma no valor de R\$ 8.400,00.
- Redução de 77 bolsas no programa institucional PIBIC-EM-CNPq, cada uma no valor de R\$ 3.600,00.
- A diminuição do financiamento para bolsas de iniciação científica e tecnológica afetou diretamente a participação de pesquisadores e estudantes nos projetos institucionais, bem como impactou diretamente os indicadores de inovação e proteção da propriedade intelectual, uma vez que os estudantes são fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e para a geração de novas tecnologias dentro da instituição.
- O contingenciamento de recursos dificultou a materialização de algumas ações planejadas impactando no não atendimento total dos indicadores.

Riscos identificados:

- O corte de bolsas e a falta de financiamento externo podem limitar a capacidade do IFRN de manter suas atividades de iniciação à pesquisa e inovação, impactando diretamente os indicadores de produção científica e transferência de tecnologia.
- Baixa quantidade de servidores para assessoramento em transferência de tecnologia: A crescente demanda por proteção intelectual e parcerias tecnológicas requer um suporte mais estruturado para que os processos de inovação possam ser conduzidos com maior eficiência. ■

Objetivo estratégico: **PA6 - Ampliar a produção e a publicação científica, cultural, artística e tecnológica**

INDICADORES

ETC - Número de eventos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos realizados*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
87	931	ALCANÇADO

IPTC - Indicador Acumulado de Publicações técnico-científicas*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
63%	50,9%	PARCIALMENTE ALCANÇADO

PEI_AP - Participações em eventos internacionais com apoio financeiro*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
295	129	NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Atingimento: **83%**

NÃO ALCANÇADO

PARCIALMENTE ALCANÇADO

ALCANÇADO

NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

CI - Comunicação Institucional

PI - Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA6

Principais resultados alcançados:

- Publicação de 591 artigos produzidos por pesquisadores da Instituição, dos quais 179 foram em revistas de estratos A1 ou A2. Esse dado está sendo recuperado de 3009 servidores do IFRN, cadastrados na plataforma Lattes, correspondendo a 85,39% do total de servidores, 3524 servidores.
- Publicação de 462 livros ou capítulos de livros produzidos por pesquisadores da Instituição, dos quais 19 foram publicados pela Editora IFRN, inclusive em coedição com o IFRN Sertão Pernambucano e a UFRN.
- Publicação de 80 resumos em anais de eventos pelo corpo docente da Instituição.
- Publicação de 297 trabalhos completos em anais de eventos, além de 80 resumos, totalizando 377 publicações.
- Publicação de 10 editais com oportunidades para as comunidades acadêmicas interna e externa e recomposição orçamentária para o edital de fomento a eventos científicos.
- Registro do Qualis Capes em três revistas científicas: Holos – A1, RBEPT – A2 e Geonexões – A3.
- Divulgação sistemática das produções técnico-científicas, capacitação de servidores por meio de ações nas redes sociais.
- Elaboração do regimento da Política Editorial de Periódicos, com a aprovação do Comitê Gestor do Portal.
- Ampliação das ações técnico-científicas por meio do projeto Conexão Ciência: fortalecendo o conhecimento científico e tecnológico no RN, aprovado na chamada CNPq/CAPES/MCTI nº 08/2024, linha A – eventos de abrangência estadual, no objetivo de comemorar a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecno-



logia em dez municípios potiguares: Apodi, Jucurutu, Ipanguaçu, Lajes, Santa Cruz, João Câmara, Ceará-Mirim, São Paulo do Potengi, Canguaretama e Nova Cruz.

- Expansão da marca da Editora IFRN por meio de coedições com instituições diversas como UFRN, IFPA, IF Baiano, IFAP, IFGO e IFSP.
- Criação do selo editorial em comemoração aos 20 anos da Editora IFRN.

Desafios futuros:

- Atualização de documentos relacionados à Editora IFRN no Suap e no portal institucional.
- Aumentar o catálogo da Editora IFRN por meio de produção interna e de coedições.
- Continuar ações de capacitação para editores de periódicos do IFRN.
- Melhorar a interface do Portal de Periódicos do IFRN e do Memoria.
- Aumentar a quantidade de revistas ativas hospedadas no Portal de Periódicos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Restrição orçamentária para lançar editais com o objetivo de promover apoio financeiro a servidores e estudantes em eventos, de forma a arcar integralmente com os gastos para diárias e passagens e apoiar mais pessoas da comunidade acadêmica.
- Restrição orçamentária para imprimir livros físicos. Inclusive, nos últimos anos, a predominância foi a produção de livros digitais na Editora IFRN.
- Restrição de servidores que tenham conhecimentos especializados para o desenvolvimento de ações relativas a publicações, especialmente no que diz respeito à área de periódicos, e para o desenvolvimento de audiolivros, a fim de dar acesso às pessoas com deficiências visuais ou dificuldades de leitura. O indicado seria haver servidores, lotados na Editora IFRN, com conhecimentos em Ciências da Informação e em audiolivros.

Riscos identificados:

- A execução das ações relacionadas à produção e à publicação científica, cultural, artística e tecnológica pode ser prejudicada pelas restrições orçamentárias e pela limitação de servidores no setor. Atualmente, a Editora IFRN, responsável por essa dimensão dentro da PROPI, dispõe apenas de um (1) diagramador, um (1) assistente em administração, uma (1) secretária executiva, uma (1) técnica em audiovisual e duas (2) estagiárias.
- Devido às limitações orçamentárias, poderão resultar em atrasos na entrega de produtos e descontinuidade de serviços oferecidos à comunidade acadêmica no âmbito do PA6. ■

Objetivo estratégico: PA7 - Consolidar a oferta de pós-graduação

INDICADORES

APIs - Quantidade de ativos de propriedade intelectual e parcerias realizadas como resultado de inovação tecnológica - PPG *stricto**

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
1	6	ALCANÇADO

DTs - Número de dissertações e teses - PPG *stricto**

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
75	40	NÃO ALCANÇADO

TCCI - Número de TCCs - PPG *lato**

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
1032	553	NÃO ALCANÇADO

ITCDI - Índice de Titulação do Corpo Docente - PPG *lato**

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
4,3	4,5	ALCANÇADO

ITCDs - Índice de Titulação do Corpo Docente - PPG *stricto**

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
3	5	ALCANÇADO

IPTCs - Indicador Acumulado de Publicações técnico-científicas - PPG *stricto**

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
11,5	8,2	PARCIALMENTE ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Atingimento: 77%

NÃO ALCANÇADO

PARCIALMENTE ALCANÇADO

ALCANÇADO

NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

EN - Ensino

PI - Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA7

Principais resultados alcançados:

- Autorização pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de funcionamento do curso de doutorado em Ensino no *Campus* Mossoró no Programa de Pós-graduação em Ensino (POSENSINO), em associação com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).
- Elaboração de proposta para submissão ao Aplicativo de Proposta de Cursos Novos (APCN/CAPES) do Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Profissional (PROFDOCENCIAEPT), na área 51 da CAPES, com oferta sediada nos *Campi* Natal-Zona Leste, Caicó e Canguaretama do IFRN. A oferta será em associação, tendo por sede o IFRN, com IFAM, IFB, IFES e IF-Sul-Rio-Grandense. Faz parte do planejamento do Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), que lançou, em 2024, as Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DGPN-FPEPT-2024), com previsão de funcionamento para o ano de 2026.



- Adesão do IFRN ao Mestrado Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), com sede nos *Campi* Natal-Zona Leste e Pau dos Ferros do IFRN, em implantação no ano de 2025.
- Captação de recursos do Programa de Extensão na Pós-graduação (PROEXT-PG/CAPES) no valor de R\$ 60.000,00 para o fortalecimento de ações de extensão na pós-graduação, tendo promovido o benefício de projetos dos programas de pós-graduação.
- Gerenciamento de recursos de bolsas do CNPq, captados na Chamada 69/2022.
- Captação de recursos no edital Pró-Equipamentos, da CAPES, no valor de R\$ 80.000,00, para os Programas de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) e em Uso Sustentável de Recursos Naturais (PPGUSRN).
- Acompanhamento, junto à Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGPE), dos convênios de qualificação de servidores no país e no exterior.

Desafios futuros:

- Favorecer condições mais adequadas ao trabalho docente na pós-graduação *stricto sensu*.
- Revisar a oferta lato sensu e formatar o Procedimento Operacional Padrão (POP) dos trâmites processuais na PROPI.

- Obter bons resultados na Avaliação Quadrienal da CAPES (2020-2024), com a manutenção ou elevação dos bons conceitos já alcançados pelos programas, a exemplo do conceito 4 e 5.
- Acompanhamento do número de produtos de propriedade intelectual com a oferta do PROFNIT.
- Assessorar a elaboração de propostas das ofertas de cursos lato e stricto sensu planejados no PDI-IFRN (2019-2026).

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Para o ano de 2024, os índices dos IPTCs – Indicador Acumulado de Publicações técnico-científicas – PPG stricto, DTs – Número de dissertações e teses – PPG stricto e TCCI – Número de TCCs – PPG lato foram prejudicados, em virtude da alteração no calendário acadêmico do ano letivo, provocada pela suspensão das atividades entre 8 de abril e 2 de julho do referido ano, correspondente ao período de greve dos servidores federais. Nesse caso, espera-se que esses índices sejam mais representativos no ano de 2025, tempo de conclusão destes produtos intelectuais

Riscos identificados:

- A execução de atividades estratégicas e o alcance dos melhores resultados nos indicadores podem ser prejudicados pelos contingenciamentos e cortes financeiros, os quais dificultam a prospecção de recursos das chamadas e dos editais externos.
- Déficit de servidores para atendimento qualificado e adequado às demandas de secretaria nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.
- Déficit de servidores na PROPI para atendimento das crescentes demandas da pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. ■

Objetivo estratégico: PA8 - Fortalecer as atividades de assistência estudantil

INDICADORES

Vul_q_dis - Percentual de alunos com perfil de vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos programas - alunos afrodescendentes, indígenas e quilombolas + NEE e transtornos funcionais específicos*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
38%	61%	ALCANÇADO

Carac_dis - Percentual de alunos com caracterização atualizada*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
91,9%	93,8%	ALCANÇADO

RFP - Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
-	-	NÃO INFORMADO/ NÃO SE APLICA

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

NÃO ALCANÇADO

PARCIALMENTE ALCANÇADO

ALCANÇADO

NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

Atingimento: 100%

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

AE - Atividades Estudantis

PI - Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA8

Principais resultados alcançados:

Os principais resultados referentes ao projeto AC – Rotinas de Atividades Estudantis são registrados a seguir, conforme dados do SUAP/ Módulo de Atividades Estudantis, acessado em 15/01/2025:

- Atendimentos: 14.543
- Auxílios: 9
- Bolsas: 1.261
- Participantes em programas: 9.420
- Atendimentos de saúde: 7.879
- Total de estudantes atendidos nas ações: 18.496 (Dezoito mil quatrocentos e noventa e seis)

Os programas de assistência estudantil executados atendem, prioritariamente, os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo eles: Auxílio Transporte, Auxílio Moradia, Alimentação Estudantil, Auxílios eventuais e especializados, Programa Apoio à Formação Estudantil.

Os atendimentos realizados pelos profissionais de saúde também corroboram efetivamente para o desenvolvimento da assistência estudantil com ênfase na perspectiva da Educação em Saúde.

Conforme relatórios estatísticos de caracterização socioeconômica dos estudantes

no SUAP, verifica-se que 91,61% dos discentes apresentam renda per capita familiar de até um salário-mínimo e meio, sendo este o parâmetro de renda apontado pelo PNAES (Programa de Assistência Estudantil), Decreto 7.234/2010, para indicar o público prioritário para atendimento na assistência estudantil.

Considerando tal particularidade, verifica-se também que o objetivo estratégico da assistência estudantil foi alcançado em sua totalidade, inclusive, com superação da meta estabelecida de 38% para o indicador “Vul_q_dis - Percentual de alunos com perfil de vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos programas - alunos afrodescendentes, indígenas



e quilombolas + NEE e transtornos funcionais específicos)” o qual alcançou o desempenho de 61%.

Entretanto, conforme dados apresentados, os resultados das ações desenvolvidas pela assistência estudantil em 2024 ainda não obtiveram alcance da meta planejada para o exercício, a qual foi de 25.689 (vinte e cinco mil seiscentos e oitenta e nove) estudantes atendidos.

A execução do quantitativo de 18.496 (dezoito mil quatrocentos e noventa e seis), conforme resultado suso mencionado, representa o alcance de 72% de realização.

No tocante ao projeto estratégico AB - Otimização dos recursos dos programas de alimentação (PNAE e PNAES) todos os 21 (vinte e um) campi do IFRN que receberam recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) executaram o Programa ofertando lanches servidos no intervalo do turno de aula.

A Reitoria descentralizou os recursos aos campi considerando os dados do Censo Escolar do ano de 2023 para o atendimento do total de 16.605 (dezesesseis mil seiscentos e cinco) estudantes.

(Fonte: Censo Escolar 2024 que informa dados do ano anterior)

Desafios futuros:

- O aumento da desproporcionalidade entre o crescimento das demandas de cunho socioeconômico e a diminuição de recursos orçamentários para o respectivo atendimento dos estudantes;
- Atendimento das demandas apresentadas pela comunidade acadêmica caracterizada com perfil de vulnerabilidade socioeconômica indo além dos parâmetros que indicam as situações prioritárias;
- Ampliação do quantitativo de estudantes atendidos pelos programas e demais serviços de assistência estudantil com manutenção de sua qualidade referenciada socialmente como excelente.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Limitação orçamentária;
- Ausência de alguns servidores de carreira específica para composição e/ou completude de algumas equipes assistência estudantil;
- Afastamentos dos servidores por motivos de saúde e outros;

- A ocorrência do movimento grevista com a duração de, aproximadamente, 90 dias culminou na diminuição dos atendimentos aos estudantes em virtude da suspensão do calendário acadêmico.
- Aumento constante dos preços dos alimentos, o que dificulta a realização dos processos licitatórios e o cumprimento dos contratos pelos fornecedores dos gêneros alimentícios.
- O aumento de 28% a 39 %do valor de per capita para o PNAE (Merenda Escolar) não foi suficiente para o atendimento das exigências legais específicas no tocante às alterações nutricionais dos cardápios.

Riscos identificados:

Os desafios sobreditos em contraposição ao teor da política de assistência estudantil, entendida enquanto uma das medidas preventivas às situações de evasão e retenção escolar regida pelo Decreto 7.294/2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e também pela Política de Assistência Estudantil, Lei 14.914, de 3 de julho de 2024, tornam o risco da ocorrência de evasão e retenção escolar ainda mais evidenciado. ■

2.3.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA GESTÃO E INFRAESTRUTURA



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO G11

Durante o processo de revisão da Política de Gestão de Riscos, realizado em 2024, com previsão de aprovação para março de 2025, percebeu-se uma fragilidade nos indicadores do Objetivo Estratégico GI-1, o que inviabilizou seu cômputo no Farol de Desempenho. Assim,

os resultados relacionados à gestão de riscos foram apresentados a partir deste tópico, com atenção ao acompanhamento realizado pela Unidade de Gestão da Integridade dos riscos informados no Plano de Integridade do IFRN.

É importante ressaltar, ainda, que cada área sistêmica responsável pelos macroprocessos institucionais promoveu a identificação dos riscos relacionados aos objetivos estratégicos, os quais estão presentes na análise conjunta de cada objetivo.



Principais resultados alcançados:

A implementação do Plano de Integridade no ano de 2024 viabilizou a identificação total de 101 riscos, dos quais, de acordo com a metodologia de gestão de riscos do respectivo plano, 51 riscos devem ser efetivamente tratados, uma vez que 50 foram avaliados com nível alto e um, com nível extremo, sendo os dois níveis maiores, dentre quatro possíveis.

Entretanto, inúmeras ações preventivas foram planejadas pelos vários setores sistêmicos e da área de integridade, sendo listadas um total de 256 ações preventivas a serem executadas ao longo da vigência do plano, de janeiro de 2024 a janeiro de 2025.

Dessas ações planejadas, listamos algumas em destaque que já foram iniciadas ou concluídas pelas áreas várias áreas:

- Realização de oficinas de Letramento em gênero e diversidade nos Campi por meio da Assessoria de gênero e Diversidade da Pró-Reitoria de Ensino;
- Composição do GT de enfrentamento aos assédios no IFRN para elaboração da política de enfrentamento aos assédios, discriminação e outras formas de violência, com a participação de vários setores sistêmicos e das estruturas de integridade;
- Definição e planejamento para implementação do sistema ForRiscos para acompanhamento dos riscos de integridade e demais riscos de processos institucionais;
- Criação de trilha de conhecimento para a área de integridade;
- Treinamentos nas áreas de transparência e proteção de dados pessoais para as áreas de gestão de pessoas, contratos e atividades estudantis;
- Estruturação da Página de Acesso à Informação a luz do Guia de Transparência Ativa da CGU / LAI.

Desafios futuros:

- Implementação do sistema ForRiscos;
- Aprovação e implementação da nova política;
- Estrutura funcional e física das áreas de integridade de correição, ouvidoria e da gestão da integridade;
- Instalação do Comitê Interno de Governança Institucional;
- Alinhamento entre a área de gestão de processo e gestão de riscos no processo de mapeamento de processos;
- Tratamento dos riscos informados no Relatório de Gestão;
- Identificação e tratamento dos riscos relacionados aos indicadores constantes do Relatório Anual de Avaliação Institucional;
- Operacionalização da política de gestão de riscos;
- Alinhamento das ações de gestão de riscos às ações de planejamento institucional.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Identificação de um problema lógico com os indicadores;

- Ausência de processos mapeados;
- Ausência de um sistema de gestão de riscos, dificultando os subprocessos de identificação, avaliação, planejamento do tratamento e monitoramento dos riscos;
- Política de Gestão de Riscos defasada.

Riscos identificados:

Os riscos identificados e informados a seguir são estão relacionados apenas à área de gestão de riscos:

- Baixa execução das ações planejadas no âmbito dos planos de gestão de riscos;
- Baixo número de processos mapeados;
- Estrutura de gestão de riscos e de integridade deficitária, no que se refere a cargos e funções, pessoal e estrutura física;
- Ausência ou baixo nível de acompanhamento do processo de gestão de riscos pelos setores responsáveis pelos macroprocessos e processos institucionais;
- Dificuldades na operacionalização do Sistema ForRiscos pelos setores responsáveis pelos riscos;
- Ausência de conhecimento da Comunidade Acadêmica acerca das ações de gestão de riscos;
- Baixo nível de alinhamento do processo de gestão de riscos com o processo de planejamento institucional;
- Ausência de alinhamento entre o processo de gestão de riscos e o processo de autoavaliação institucional. ■



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI2

Principais resultados alcançados:

- **Aprovação do Projeto PMP:** em 2024, foi dado um passo importante com a aprovação do projeto de modelagem de processos, focado no desenvolvimento institucional. Este projeto, com duração até 2027, busca mapear e otimizar os processos críticos do IFRN.
- **Construção da Cadeia de Valor Institucional:** graças à colaboração dos representantes dos macroprocessos, criamos a cadeia de valor institucional. Este é um marco significativo, que agora aguarda a validação do CIGI e a aprovação do CONSUP.

- **Expectativas para 2025:** planejamos finalizar o mapeamento da arquitetura de processos no primeiro semestre de 2025. Em seguida, iniciaremos a modelagem e a racionalização dos processos críticos, expandindo gradualmente para todos os processos organizacionais.

Desafios futuros:

- **Conclusão da Modelagem:** nosso maior desafio é concluir a modelagem dos processos críticos até 2027, garantindo entregas de alta qualidade.

- **Engajamento das Lideranças:** precisamos fortalecer o apoio das lideranças, sensibilizando-as para a importância da gestão de processos.
- **Implementação de Sistema Informatizado:** é fundamental integrar o SUAP a um sistema informatizado de gestão de processos, priorizando ferramentas de gestão informatizadas.
- **Alocação de Recursos Humanos:** a criação de estruturas funcionais e a alocação de pessoal dedicado são essenciais para o sucesso do projeto e da gestão de processos.



- **Integração com Gestão de Riscos:** a integração da gestão de processos (BPM) com a gestão de riscos (ERM) fortalecerá nossa governança institucional.
- **Investimento e Capacitação:** precisamos investir mais em gestão de processos e retomar os incentivos à capacitação na área, especialmente em nível *stricto sensu*.
- **Revisão do Indicador PGPr:** Para refletir todas as etapas da gestão de processos, o indicador PGPr precisa ser revisado para refletir o mapeamento, a modelagem, a racionalização e a automação de processos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- **Fatores Culturais e Integração de Sistemas:** a resistência cultural e a falta de integração entre o sistema de gestão de processos e o SUAP foram obstáculos significativos.
- **Integração BPM/ERM e Governança:** a baixa integração entre Gestão de Processos (BPM) e Gestão de Riscos (ERM), juntamente com fragilidades na governança, como a indefinição do proprietário do macroprocesso de governança, dificultaram o progresso.
- **Capacitação Contínua:** a ausência de capacitação contínua em BPM limita nossa capacidade de avançar.
- **Recursos Humanos Limitados:** o número reduzido de servidores dedicados à BPM exige atenção especial.

Riscos identificados:

- **Atraso na Conclusão do Projeto:** existe o risco de não ser concluído o projeto de modelagem dentro do prazo ou de realizarem entregas insuficientes.
- **Ineficácia das Ações:** as ações de gestão de processos podem não atingir os resultados esperados.
- **Falta de Pessoal Capacitado:** a escassez de servidores capacitados em gestão de processos é uma preocupação constante.
- **Resistência à Mudança:** barreiras culturais e resistências internas podem dificultar a adoção da melhoria contínua.
- **Falta de Recursos Econômicos:** a não alocação de recursos necessários pode comprometer a implementação das ações, sejam de ordem financeira, humana ou natural.
- **Falha na Integração e continuidade de Sistemas:** a ausência de uma ferramenta de TIC que integre BPM, ERM e SUAP.
- **Decisões sem Base em Dados:** a tomada de decisões sem análise crítica dos dados de processos pode levar a erros. ■

Objetivo estratégico: **GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores**

INDICADORES

TS_ate15 - Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - até 15 dias**

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
25%	38%	NÃO ALCANÇADO

TS_15mais - Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - acima 15 dias**

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
11%	10%	ALCANÇADO

ITCD (TCU) - Índice de Titulação do Corpo Docente*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
4,2	4,3	ALCANÇADO

COMP - Percentual de servidores com competências mapeadas*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
60%	36%	NÃO ALCANÇADO

ICCEM - Índice de Capacitação em competências estratégicas mapeadas*

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
67%	142%	ALCANÇADO

ADP - Percentual de servidores ativos afastados por acidentes ou doenças profissionais**

Meta 2024:	Resultado 2024:	Situação 2024:
1%	1%	ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado
 ** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

MACROPROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

AD - Administração
EX - Extensão
GE - Gestão Estratégica e Desenvolvimento Institucional
GO - Governança
GP - Gestão de Pessoas
PI - Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
TI - Tecnologia da Informação e Comunicação

Atingimento: **87%**

NÃO ALCANÇADO
PARCIALMENTE ALCANÇADO
ALCANÇADO
NÃO INFORMADO/NÃO SE APLICA

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI3

Principais resultados alcançados:

A) Redução do Percentual de Servidores Ativos Afastados para Tratamento de Saúde - Acima de 15 Dias

Em resposta ao risco identificado relacionado ao alto índice de adoecimento individual e coletivo

dos trabalhadores, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGPE) do IFRN implementou, em 2024, diversas estratégias voltadas para a promoção da saúde e bem-estar dos servidores, resultando na redução do absenteísmo e do afastamento para tratamento de saúde.

Dentre as principais iniciativas, destacam-se:

- Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT 2024): evento que abordou temas como prevenção ao assédio, diversidade e inclusão, além de orientação financeira.
- Curso de Formação para Brigadas de Incêndio: capacitação para prevenção de acidentes, primeiros socorros e evacuação de emergência, promovendo um ambiente mais seguro e reduzindo riscos.



- **Formação de Gestores:** capacitações para dirigentes e gestores sistêmicos, fortalecendo a liderança e a gestão estratégica.
- **I Formação em Liderança Feminina:** programa voltado para o empoderamento e formação de servidoras para a liderança, promovendo um ambiente de trabalho mais equilibrado e inclusivo.
- **Grupo de Apoio aos Servidores Neurodivergentes:** espaço de escuta e apoio para servidores neurodivergentes, contribuindo para a inclusão e redução do absenteísmo.
- **Jogos Intercampi dos Servidores (JICS 2024):** evento esportivo que fortalece a integração, promovendo a saúde física e mental dos servidores.
- **Plantão Psicológico:** serviço de acolhimento inicial para servidores, facilitando o encaminhamento para acompanhamento especializado quando necessário.
- **Atualização da Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Grupo de Trabalho de Combate ao Assédio:** iniciativas que reforçam o compromisso institucional com a melhoria das condições de trabalho.

Os impactos dessas ações são evidenciados pelos indicadores institucionais, que demonstram uma redução progressiva do índice de absenteísmo nos últimos anos:

- 2022: 14,00%
- 2023: 12,25%
- 2024: 10,53%

Essa queda de aproximadamente 3,47 pontos percentuais de absenteísmo em dois anos reflete melhorias nas práticas de gestão de pessoas, nas condições de trabalho e na implementação de políticas de bem-estar organizacional. A DIGPE avalia que fatores como melhoria no ambiente de trabalho, programas de saúde e bem-estar mais efetivos e maior engajamento dos servidores foram determinantes para essa evolução positiva.

B) ITCD (TCU) - Índice de Titulação do Corpo Docente - 4,3

O alcance da meta do Índice de Titulação do Corpo Docente justifica-se pela estratégia de realizar parcerias com programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado com reserva de vagas para servidores do IFRN e pelo aperfeiçoamento do acompanhamento das ações em cursos, como o Mestrado em Gestão de Processos Institucionais na UFRN, o Doutorado em Engenharia Civil e Ambiental na UFPB, e outras ofertas em parceria com a UERN. A reserva de vagas em programas como o RENOEN também demonstra o compromisso da instituição em priorizar o desenvolvimento de seus servidores.

Há expectativa de que esse indicador apresente resultados ainda melhores nos próximos anos, dado ao crescente número de docentes com cursos de mestrado e doutorado em andamento.

C) ICCEM - Índice de Capacitação em competências estratégicas mapeadas - 142%

Em relação ao Índice de Capacitação em com-

petências estratégicas mapeadas, o IFRN realizou 1.204 ações de desenvolvimento, alcançando 1.506 servidores. Essas ações atenderam a 171 das 242 necessidades de desenvolvimento de pessoal previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP 2024, o que corresponde a 71% das necessidades planejadas. Observa-se um crescimento contínuo no percentual de necessidades atendidas ao longo dos anos, refletindo o aperfeiçoamento do processo de planejamento do PDD. Apesar dos avanços, o ano de 2024 apresentou desafios significativos, incluindo limitações orçamentárias e um período de paralisação devido a um movimento grevista.

D) ADP - Percentual de servidores ativos afetados por acidentes ou doenças profissionais - 1%

O alcance dos resultados deve-se a existência do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e aos treinamentos periódicos (locais e sistêmicos) nas áreas de combate a incêndios, prevenção de acidentes, segurança em altura e em eletricidade.

Desafios futuros:

Diante das transformações no mundo do trabalho e das mudanças institucionais em andamento, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGPE) do IFRN enfrentará desafios estratégicos nos próximos anos:

- **Adaptação ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD):** a implementação do PGD traz desafios



na mensuração da produtividade, na adaptação dos servidores ao trabalho remoto e híbrido e na manutenção do engajamento organizacional. Será essencial estabelecer indicadores eficazes de desempenho e garantir que os servidores tenham suporte adequado para atuar nesse novo modelo.

- **Saúde e Bem-estar no Trabalho em um Cenário Pós-Pandemia:** apesar da redução do absenteísmo, o percentual de afastamentos para tratamento de saúde de curta duração ainda é elevado. Fatores como carga de trabalho, condições ergonômicas e saúde mental podem continuar impactando a presença dos servidores. A DIGPE precisará fortalecer programas de promoção da saúde e monitoramento dos fatores de risco ocupacionais, incluindo a relação de exames médicos periódicos.
- **Gestão de Conflitos e Clima Organizacional:** com a diversificação dos regimes de trabalho (presencial, híbrido e remoto), pode haver desafios na comunicação, na coesão das equipes e no alinhamento organizacional. A mediação de conflitos e o fortalecimento da cultura institucional serão fundamentais para garantir um ambiente de trabalho harmonioso.
- **Envelhecimento da Força de Trabalho e Necessidade de Contratação de novos quadros:** o aumento da média etária dos servidores exige um planejamento eficiente, incluindo políticas de capacitação para novos ingressantes e retenção do conhecimento institucional. A DIGPE precisará atuar no desenvolvimento contínuo de competências para garantir a qualidade do serviço público.

- **Inclusão e Diversidade no Ambiente de Trabalho:** a ampliação das políticas de inclusão, como apoio a servidores neurodivergentes e a formação em liderança feminina, deve ser um compromisso contínuo.
- **Impacto das Novas Tecnologias na Gestão de Pessoas:** o avanço da automação e da inteligência artificial na administração pública exigirá atualização constante dos processos de gestão de pessoas. A implementação de ferramentas tecnológicas para acompanhamento de desempenho e capacitação digital será fundamental para a modernização da DIGPE.
- **Saúde e Segurança do Trabalho:** a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos, assim como a e reestruturação das brigadas de incêndio e Comissão Interna de Saúde do Servidor Público são desafios que serão considerados para continuidade das ações nessa área.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

A) TS_ate15 - Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - até 15 dias

Embora tenha havido avanços significativos na redução do percentual de servidores afastados por tratamento de saúde acima de 15 dias, a meta TS_ate15, referente ao percentual de servidores afastados por até 15 dias, ainda não foi atingida. A meta estabelecida para 2024 era de 25%, mas o resultado obtido foi de 38%. Apesar disso, observa-se uma evolução positiva nos últimos dois anos:

- 2022: Meta de 27%, resultado de 55%
- 2023: Meta de 26%, resultado de 44%
- 2024: Meta de 25%, resultado de 38%

Houve uma redução de 55% para 38% no percentual de afastamentos de curta duração, evidenciando progressos, embora a meta ainda esteja distante de ser alcançada. Algumas hipóteses para essa dificuldade incluem:

- **Impactos de Doenças Sazonais:** Aumento nos afastamentos devido a doenças sazonais (como gripes, viroses e COVID-19), especialmente em períodos de alta transmissão.
- **Fatores Psicossociais e Estresse Ocupacional:** Demandas laborais elevadas, sobrecarga de trabalho e pressão psicológica podem levar a afastamentos de curta duração.
- **Dificuldades no Acesso Rápido a Tratamento Médico Adequado:** A demora em atendimentos de saúde pode levar a afastamentos curtos recorrentes, ao invés de tratamentos preventivos eficazes.
- **Baixa Adesão a Programas Preventivos:** Ainda que diversas iniciativas tenham sido implementadas, pode haver dificuldades na adesão dos servidores a atividades preventivas, como exercícios físicos, consultas periódicas e apoio psicológico.

Diante desse cenário, a DIGPE continuará monitorando os indicadores de absenteísmo e fortalecendo suas estratégias de promoção à saúde, com foco na prevenção e no aprimoramento das condições de trabalho.



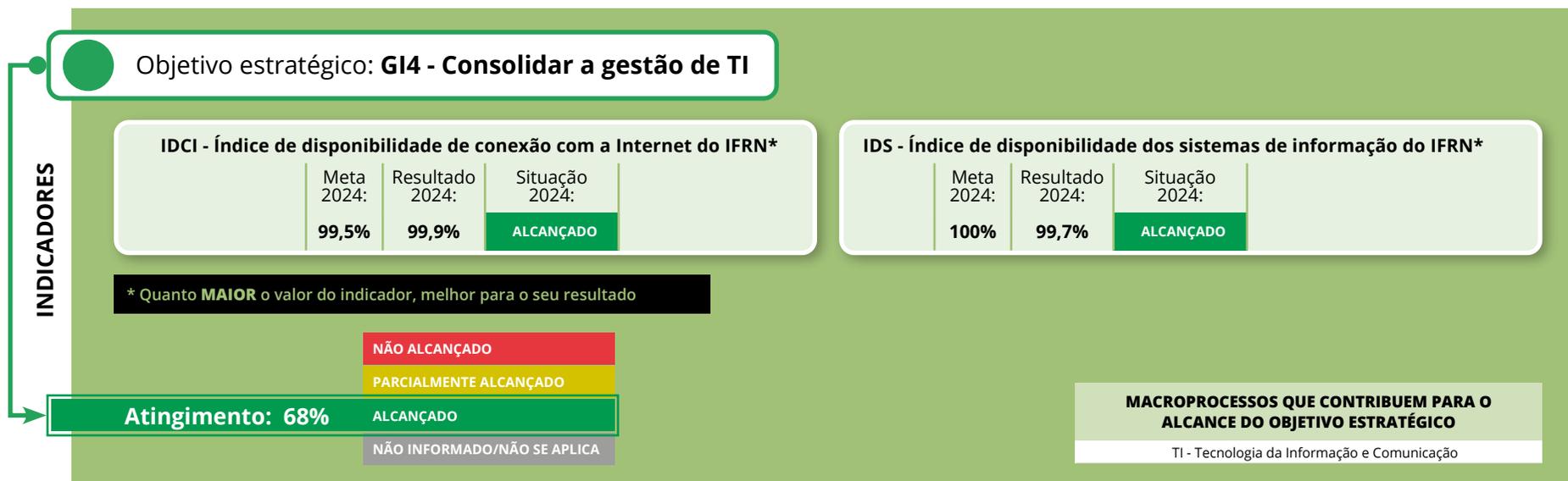
B) COMP - Percentual de servidores com competências mapeadas -36%

O resultado da meta Percentual de servidores com competências mapeadas (COMP) foi afetado pelo encerramento do Projeto Mapeamento de Competências Socioemocionais gerenciado pela FUNCERN. Apesar de ter proporcionado um retrato do momento de execução, permitindo aos servidores que mapeassem suas competências socioemocionais e fossem capacitados para a interpretar os relatórios, o projeto foi encerrado. Com isso, a instituição recebeu novos servidores que não passaram pelo processo de mapeamento, além disso, os perfis dos servidores que participaram da ação estão desatualizados, pois a metodologia utilizada recomenda a atualização anual do mapeamento, o que não ocorreu devido o encerramento do projeto e, conseqüentemente, a inexistência de uma equipe que atue exclusivamente nessa frente de trabalho.

Riscos identificados:

- **Persistência do Alto Índice de Afastamentos por Motivos de Saúde:** apesar dos avanços na redução do absenteísmo, o percentual de servidores afastados por menos de 15 dias ainda está acima da meta. Isso pode indicar desafios na prevenção de adoecimentos relacionados ao trabalho, especialmente em aspectos como saúde mental, ergonomia e carga de trabalho. Caso não haja ações estruturantes, o afastamento recorrente pode comprometer a continuidade dos serviços e aumentar a sobrecarga das equipes.
- **Riscos na Implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD):** a adoção do PGD pode trazer desafios relacionados à adaptação dos servidores, dificuldades na definição de critérios justos para avaliação de desempenho e riscos de aumento da desigualdade entre servidores presenciais e remotos. Caso a transição não seja bem planejada, podem surgir impactos negativos na produtividade, no engajamento institucional e na equidade de oportunidades.
- **Riscos de Conflitos Organizacionais e Deterioração do Clima de Trabalho:** a diversidade de regimes de trabalho (presencial, híbrido e remoto) pode gerar descompasso na comunicação entre as equipes, falta de integração e aumento da sensação de isolamento profissional. Caso a gestão de conflitos e a cultura organizacional não sejam fortalecidas, pode haver queda na satisfação dos servidores e aumento da rotatividade.
- **Falhas na Contratação de novos servidores e na Retenção do Conhecimento Institucional:** o envelhecimento da força de trabalho e a falta de planejamento para as contratações de novos servidores podem levar à perda de conhecimento técnico essencial para o funcionamento da instituição. A ausência de estratégias eficazes para capacitação e transferência de conhecimento pode comprometer a continuidade das atividades e gerar lacunas operacionais.
- **Baixa Adoção e Efetividade de Políticas de Inclusão e Diversidade:** a não institucionalização de políticas voltadas para inclusão e diversidade pode gerar um ambiente de trabalho menos acolhedor e limitar o potencial produtivo de servidores neurodivergentes, mulheres em cargos de liderança e outros grupos em situação de vulnerabilidade. Isso pode impactar a retenção de talentos e a imagem institucional do IFRN.
- **Dificuldades na Transformação Digital e Automação na Gestão de Pessoas:** a necessidade crescente de digitalização dos processos administrativos pode enfrentar resistência interna, falta de capacitação e dificuldades de adaptação por parte dos servidores. Caso a DIGPE não invista em treinamento e integração tecnológica, poderá haver ineficiência nos processos e dificuldades na modernização da gestão.

Nesse aspecto da necessidade de digitalização, o arquivo (ainda físico) dos aposentados, muitas vezes incompleto, danificado e em mau estado de conservação tornará a tarefa de atualização de dados do Sistema COMPREV ainda mais dificultosa.
- **Excesso de Demandas Administrativas e Sobrecarga da DIGPE:** o acúmulo de atribuições, sem reforço adequado no quadro de pessoal e nas ferramentas de gestão, favorece a sobrecarga dos profissionais da DIGPE. Isso pode comprometer a agilidade na tomada de decisão, aumentar o risco de erros administrativos e reduzir a capacidade de resposta da diretoria frente a desafios emergentes. ■



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI4

Principais resultados alcançados:

Em 2024, a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) do IFRN avançou significativamente na modernização da infraestrutura de TIC, ampliação de sistemas institucionais, fortalecimento da segurança da informação e capacitação profissional. Um dos marcos do ano foi a expansão da conectividade do campus Canguaretama, que teve seu link atualizado de 100 Mbps para 1 Gbps, garantindo maior capacidade operacional e desempenho acadêmico e administrativo. Esse avanço foi viabilizado pela substituição dos equipamentos Juniper pelo Huawei NetEngine 8000 M1C, fortalecendo a estabilidade da rede e promovendo um ambiente digital mais robusto para servidores e alunos.

A modernização do Portal Institucional do IFRN representou outro avanço significativo, trazendo melhorias na acessibilidade, segurança e usabilidade. O novo portal incorporou tecnologias modernas, facilitando a navegação e aprimorando a comunicação institucional, garantindo maior transparência e eficiência na divulgação de informações acadêmicas e administrativas. Além disso, novas integrações com sistemas internos ampliaram o suporte à gestão institucional, consolidando o portal como um canal estratégico de comunicação.

No âmbito do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), a DIGTI atuou na internalização de melhorias desenvolvidas por instituições conveniadas, aprimorando funcionalidades e promovendo maior eficiência na gestão acadêmica e administrativa. A expansão do SUAP para novas instituições

também foi um marco importante, fortalecendo parcerias estratégicas e beneficiando diretamente mais de 37 mil alunos de instituições conveniadas.

A segurança da informação foi outro eixo prioritário, com a implementação de novos mecanismos de proteção contra-ataques cibernéticos, revisão das diretrizes internas e ampliação das capacidades voltadas à proteção de dados institucionais. A atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicação (PGSIC) garantiu maior conformidade com a legislação vigente, e novas ferramentas de monitoramento fortaleceram a capacidade de resposta a incidentes.

A política de informativos periódicos da DIGTI consolidou-se como um canal essencial de comunicação, garantindo ampla divulgação das ações insti-



tucionais e recomendações técnicas. Os informativos, disponíveis no Portal Institucional, mantiveram a comunidade acadêmica atualizada sobre os principais projetos, capacitações e boas práticas em tecnologia.

A capacitação de servidores foi ampliada, com a participação de diversos profissionais em cursos oferecidos pela Escola Superior de Redes (ESR) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), cobrindo temas como cibersegurança, gestão de containers, roteamento IP, administração de sistemas Linux e cabeamento estruturado. Além disso, a DIGTI coordenou o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2025, cadastrando ações estratégicas voltadas para segurança da informação, DevOps, gestão de banco de dados, contratos de TIC e governança de dados.

No desenvolvimento de novos serviços, o SUAP recebeu atualizações na interface, otimização do desempenho e novas funcionalidades para gestão acadêmica e administrativa. Foram entregues melhorias na integração com sistemas externos, aprimoramentos no módulo de gestão de contratos e a implementação de um painel de indicadores estratégicos.

A participação da DIGTI na Comissão de Sistemas do FORTI (Fórum de Tecnologia da Informação do CONIF) fortaleceu a governança de TIC no IFRN, contribuindo para a definição de diretrizes estratégicas voltadas à segurança da informação e melhores práticas de gestão. Além disso, a equipe esteve diretamente envolvida no projeto Infovia Potiguar, que busca expandir e fortalecer a conectividade digital no Rio Grande do Norte, beneficiando o IFRN e outras instituições educacionais e órgãos públicos.

Com essas ações, a DIGTI consolidou o IFRN como referência em governança de tecnologia, se-

gurança da informação, capacitação profissional e modernização de sistemas acadêmicos e administrativos, garantindo um ambiente digital cada vez mais inovador e eficiente para toda a comunidade acadêmica.

Desafios futuros:

A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) do IFRN enfrenta desafios cada vez mais complexos para os próximos anos, impulsionados pela necessidade contínua de modernização da infraestrutura de TIC, segurança da informação e inovação tecnológica. A expansão da infraestrutura hiperconvergente e a consolidação do modelo de Desktop Virtual exigem monitoramento constante para garantir alto desempenho e disponibilidade, ao mesmo tempo em que demandam investimentos estratégicos para assegurar escalabilidade e suporte ao crescimento institucional.

A evolução contínua do SUAP é outro desafio estratégico, envolvendo a implementação de novas funcionalidades e integrações com sistemas externos, alinhando o sistema a padrões de interoperabilidade para atender diferentes realidades institucionais. A necessidade de adaptação a exigências de governança digital e interoperabilidade exige planejamento técnico contínuo, garantindo que o SUAP continue sendo um pilar na gestão acadêmica e administrativa do IFRN e de instituições conveniadas.

A segurança da informação e a proteção de dados se tornaram prioridades diante do crescimento exponencial das ameaças cibernéticas e da exigência de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A implementação de políticas mais

rígidas de cibersegurança, aliada à capacitação de servidores e alunos, será fundamental para mitigar riscos e assegurar a integridade dos sistemas institucionais. O volume crescente de dados acadêmicos e administrativos sob gestão da DIGTI exige estratégias avançadas de proteção e monitoramento, além do fortalecimento das diretrizes internas de gestão de acessos e auditoria de sistemas.

A transformação digital no IFRN passa, inevitavelmente, pelo avanço da automação de processos administrativos e acadêmicos, reduzindo retrabalho e otimizando a gestão. A adoção de inteligência artificial e ferramentas analíticas pode aprimorar a tomada de decisões e aumentar a eficiência operacional, mas demanda capacitação da equipe técnica e ajustes tecnológicos para garantir uma implementação eficaz e alinhada às necessidades institucionais.

Outro desafio crítico é a evolução e manutenção do Portal Institucional do IFRN, que exige atualizações constantes para garantir transparência, acessibilidade e integração com sistemas internos. O portal precisa se manter conforme as exigências legais de comunicação pública e governança digital, atendendo aos padrões de acessibilidade e usabilidade que permitam uma experiência intuitiva e inclusiva para servidores, estudantes e a sociedade em geral.

A gestão de pessoas na área de TIC também se torna cada vez mais relevante, visto que a crescente demanda por serviços digitais requer um corpo técnico altamente qualificado e atualizado. A retenção de talentos e a gestão do conhecimento são desafios que exigem modelos eficientes de capacitação e desenvolvimento profissional, garantindo a continuidade das operações e a inovação tecnológica dentro da instituição.



O IFRN também precisa se manter atualizado quanto às mudanças nas políticas de TIC do Governo Federal, especialmente as diretrizes do MEC, MGI e demais órgãos reguladores, que impactam diretamente as estratégias institucionais. A conformidade com as políticas nacionais de governo digital, segurança da informação e infraestrutura tecnológica exige adaptação contínua, planejamento estratégico e investimentos adequados para acompanhar as exigências regulatórias.

A gestão de contratações e orçamento para TIC representa outro grande desafio, dada a complexidade dos processos licitatórios e às exigências da Lei nº 14.133/2021. Modelos inovadores de contratação, como leasing de equipamentos, uso de serviços em nuvem e parcerias estratégicas, precisam ser considerados para equilibrar inovação, eficiência operacional e sustentabilidade financeira.

Diante desse cenário, a DIGTI precisará manter uma abordagem estratégica, focada no fortalecimento da governança de TIC, modernização da infraestrutura, segurança digital e automação de processos. A integração de novas tecnologias, capacitação contínua e otimização da gestão de recursos será essencial para garantir que o IFRN continue sendo uma referência em inovação tecnológica e suporte institucional, preparando-se para os desafios e oportunidades dos próximos anos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) do IFRN enfrentou uma série de desafios que impactaram o alcance de algumas me-

tas estratégicas, exigindo ajustes na execução de projetos e reavaliação de prioridades. Um dos principais impedimentos foi a restrição orçamentária, que limitou investimentos em infraestrutura de TIC, segurança da informação e inovação tecnológica. Essa limitação afetou diretamente a modernização da infraestrutura e a expansão da conectividade institucional, dificultando a implementação de novas soluções e a melhoria dos serviços existentes.

Além disso, a complexidade dos processos licitatórios e as exigências da Lei nº 14.133/2021 resultaram em atrasos na aquisição de equipamentos e serviços essenciais, comprometendo a implementação de melhorias na infraestrutura tecnológica. A necessidade de adaptação a essa nova legislação gerou um aumento na carga burocrática, demandando mais tempo para a conclusão dos processos administrativos e impactando a execução de projetos estratégicos.

Outro fator crítico foi a defasagem e a rotatividade de pessoal na área de TIC. A crescente demanda por serviços digitais exigiu um corpo técnico qualificado e constantemente atualizado, mas a dificuldade na reposição de servidores e a ausência de um modelo estruturado para retenção de talentos e gestão do conhecimento impactaram a continuidade de projetos estratégicos. Essa limitação levou a maior tempo de capacitação das equipes e adaptação a novas demandas, retardando a implementação de iniciativas essenciais para a instituição.

A complexidade e a expansão dos sistemas institucionais, como o SUAP, também representaram desafios significativos. A necessidade de garantir interoperabilidade, integração com sistemas externos e adaptação a diferentes realidades institucionais

demandou esforços contínuos, tornando a implementação de algumas melhorias mais demorada do que o previsto. A crescente adesão de novas instituições ao SUAP também exigiu planejamento e suporte adicionais, ampliando a carga de trabalho da equipe responsável.

A segurança da informação e a conformidade regulatória se destacaram como áreas que exigiram atenção contínua, especialmente diante do aumento das ameaças cibernéticas e das exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A necessidade de implementação de políticas mais rígidas de segurança digital, auditoria de sistemas e monitoramento de vulnerabilidades redirecionou esforços e recursos, impactando o avanço de outras iniciativas planejadas. A ampliação da infraestrutura tecnológica e a necessidade de expandir a conectividade também exigiram investimentos estratégicos e reestruturação técnica, muitas vezes dependentes de fornecedores e prazos de entrega, o que comprometeu cronogramas estabelecidos.

Por fim, a constante adaptação às diretrizes do Governo Federal e às demandas institucionais, incluindo as políticas de TIC emanadas pelo MEC, MGI e demais órgãos reguladores, exigiu frequentes ajustes nas estratégias institucionais. A necessidade de alinhar as iniciativas do IFRN às novas regulamentações impactou a velocidade de execução de projetos, exigindo planejamento contínuo e flexibilidade na gestão de prioridades.

Diante desses desafios, a DIGTI segue atuando no fortalecimento da governança digital, na capacitação dos servidores e na otimização dos processos administrativos e acadêmicos. Além disso, busca modelos inovadores de contratação e



gestão de recursos para garantir maior eficiência e continuidade das ações estratégicas da instituição, enfrentando as limitações e garantindo avanços na transformação digital do IFRN.

Riscos identificados:

A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) do IFRN identificou diversos riscos que podem comprometer a continuidade, a segurança e a eficiência dos serviços de TIC. Para mitigar esses desafios, é necessário um monitoramento contínuo e a adoção de estratégias que garantam a estabilidade e evolução da infraestrutura tecnológica da instituição.

O aumento das ameaças cibernéticas, como phishing, ransomware e acessos não autorizados, exige políticas mais rigorosas de segurança digital, além da capacitação contínua dos servidores. A necessidade de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) torna fundamental a implementação de práticas preventivas, auditorias periódicas e reforço nos controles de acesso para evitar vazamento ou comprometimento de dados institucionais.

A crescente digitalização dos processos acadêmicos e administrativos, juntamente com a expansão do SUAP, demanda investimentos contínuos para garantir escalabilidade e desempenho adequado dos sistemas. Entretanto, a dependência de equipamentos desatualizados e a limitação orçamentária representam riscos à estabilidade e continuidade dos serviços tecnológicos. Além disso, restrições na infraestrutura de conectividade podem impactar diretamente a experiência dos usuários, comprometendo a disponibilidade dos serviços críticos do IFRN.

A alta demanda por serviços digitais exige profissionais qualificados e constantemente atualizados, mas a dificuldade na reposição de servidores e a ausência de um modelo estruturado de retenção de talentos representam desafios significativos. Sem uma equipe técnica estável e devidamente capacitada, há o risco de descontinuidade em projetos estratégicos, aumento no tempo de resposta às demandas e comprometimento da eficiência operacional.

A modernização contínua do SUAP, do Portal Institucional e de outros sistemas internos requer atualizações constantes para manter a segurança, acessibilidade e conformidade regulatória. O risco de descontinuidade de funcionalidades críticas pode comprometer a experiência dos usuários e dificultar a integração com sistemas externos. Sem uma estratégia estruturada para manutenção preventiva e suporte técnico contínuo, a confiabilidade dos serviços pode ser afetada.

Mudanças frequentes nas políticas nacionais de governança digital e exigências do MEC, MGI e demais órgãos reguladores demandam ajustes constantes nas estratégias institucionais. A necessidade de garantir conformidade com normas e regulamentações pode impactar o planejamento de TIC, exigindo maior flexibilidade na execução dos projetos.

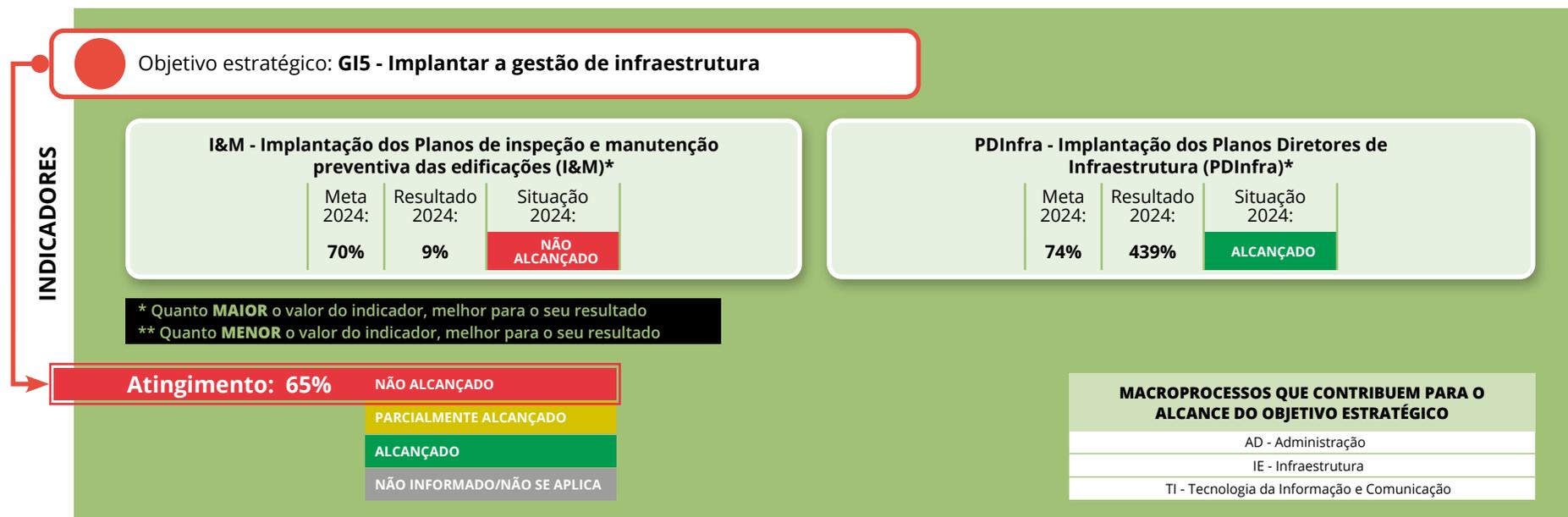
A limitação de recursos financeiros e a complexidade dos processos licitatórios impactam diretamente a capacidade da DIGTI de implementar projetos estratégicos e modernizar a infraestrutura de TIC. A burocracia nos trâmites de contratação e aquisição de equipamentos reduz a capacidade de resposta rápida às demandas institucionais. Modelos inovadores de gestão financeira e parcerias estratégicas são essenciais para garantir a continuidade das ações.

A automação de processos administrativos e acadêmicos pode reduzir burocracia e aumentar a eficiência, mas a resistência à adoção de novas tecnologias e a falta de capacitação específica podem dificultar a implementação de soluções inovadoras. O avanço da inteligência artificial e análise de dados exige planejamento detalhado para evitar falhas na execução e garantir que as tecnologias adotadas realmente otimizem a tomada de decisões.

A ampliação da infraestrutura tecnológica e a expansão da conectividade dependem, em muitos casos, da disponibilidade de fornecedores, o que pode gerar atrasos na implementação de novas soluções. O impacto desses atrasos compromete diretamente a qualidade dos serviços prestados e a efetividade das estratégias de TIC.

A ausência de uma estratégia eficiente de comunicação sobre melhorias, mudanças e capacitações pode comprometer a adoção de novas soluções tecnológicas pela comunidade acadêmica. Para mitigar esse risco, a DIGTI tem fortalecido sua política de informativos periódicos, garantindo a ampla divulgação de atualizações, projetos e boas práticas no Portal Institucional.

Diante desse cenário, a DIGTI segue investindo no fortalecimento da governança digital, capacitação contínua da equipe, otimização dos processos administrativos e modernização da infraestrutura de TIC. O objetivo é garantir que o IFRN esteja preparado para os desafios e oportunidades da transformação digital nos próximos anos, alinhando-se às melhores práticas de gestão e segurança tecnológica. ■



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI5

O desempenho insatisfatório nas metas estabelecidas para 2024, assim como o baixo progresso em relação ao objetivo estratégico GI5, está intimamente relacionado às dificuldades que a DIENG enfrenta para desenvolver ações sistêmicas. Essa situação é amplificada pelo número limitado de servidores e pela elevada carga de trabalho diária da Diretoria.

No primeiro semestre de 2024, a DIENG enfrentou uma paralisação significativa devido à greve no IFRN, seguida pela demanda intensa de elaboração de documentações para a implantação de três novos campi (Umarizal, Touros e São Miguel). A equipe da DIENG atuou de forma integral em todas as etapas desses projetos, o que impactou diretamente a execução de outras iniciativas.

Apesar desse cenário desafiador, a Diretoria conseguiu manter suas atividades regulares, que incluem: Fiscalização de obras; Elaboração de documentação técnica e processos licitatórios; Realização de vistorias; Prestação de suporte técnico a todos os campi do IFRN.

Observa-se que o crescimento lento também se deve à falta de compreensão e ao consequente baixo engajamento dos servidores em relação à elaboração dos Planos Diretores de Infraestrutura (PDInfra) e dos Planos de Inspeção e Manutenção Preventiva das Edificações (I&M). Para abordar essa questão, algumas estratégias já foram iniciadas e outras estão em planejamento para auxiliar cada campus no desenvolvimento de seus próprios planos.

As manutenções prediais na reitoria e nos diversos campi do IFRN, em sua maioria, ainda são realizadas de forma corretiva, através de contratos com servidores terceirizados que atuam com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Os planos diretores devem ser elaborados de maneira individualizada para cada campus, considerando a estrutura, distribuição e utilização do espaço disponível. Quanto ao plano de manutenção e inspeção, os campi já realizam essas atividades, embora sem parâmetros e regularidade específicos, em razão da ausência de um plano de manutenção sistêmica.



Principais resultados alcançados:

A Perspectiva de Gestão e Infraestrutura envolve ações que abrangem todas as unidades da Instituição, exigindo iniciativas duradouras, sistêmicas e de grande escala, tanto para a manutenção das edificações existentes quanto para o planejamento de novas construções.

Durante o ano de 2024, diversas ações foram realizadas em relação ao objetivo estratégico proposto, incluindo: Construção e reforma de refeitórios; Ampliação e construção de novas bibliotecas; Reforma de auditórios e quadras poliesportivas; Revitalização e reforma de estruturas metálicas; Reformas em vários ambientes nos diversos campi, utilizando mão de obra terceirizada; Manutenção de pinturas e limpeza predial; Contratação e gestão de serviços de manutenção para grupos motogeradores, ar-condicionado e elevadores; Implantação e adequação de sistemas de combate a incêndio e de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) em diversos campi; Construção de um minhocário, reforma e recuperação da caixa d'água de alvenaria, e perfuração de poço artesiano em Ipangaçu.

No que diz respeito ao plano diretor, este deve ser elaborado de forma individualizada por cada campus, considerando a estrutura, distribuição e utilização do espaço. O campus Natal Central já possui um plano diretor, mas, com mais de 12 anos, necessita de uma avaliação. O campus Mossoró instituiu, por meio da portaria nº 167/2022-DG/MO, uma comissão interna para a elaboração de seu plano diretor, enquanto os demais campi aguardam diretrizes sistêmicas.

Em relação ao plano de manutenção e inspeção, os campi realizam essas atividades, embora sem parâmetros e regularidade específicos devido à ausência de um plano de manutenção sistêmica.

A Diretoria de Infraestrutura e Engenharia (DIENG) atuou de maneira sistemática nas construções, ampliações, manutenções e restaurações das diversas edificações nos campi do IFRN, especialmente nos que não possuem um servidor(a) no cargo de engenheiro civil, além de fornecer suporte rotineiro ao corpo de engenheiros existente nos demais campi.

Desafios futuros:

Os principais desafios incluem:

- Elaboração de diretrizes para nortear os planos diretores dos campi e desenvolver um plano de manutenção sistêmica.
- Promover a manutenção preventiva das estruturas mecânicas e metálicas, realizar monitoramento permanente de fissuras e rachaduras nas estruturas de alvenaria, e manutenção das esquadrias.
- Implementar o reuso de água para irrigação e fornecimento de água para a piscina, entre outras ações ainda não registradas nos módulos em construção no SUAP.
- Fomentar a participação de mais servidores nas áreas de engenharia e infraestrutura nos campi, seja por meio de cooperação técnica ou novas contratações.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

O elevado volume de demandas enfrentado pelos servidores da Diretoria de Infraestrutura e Engenharia (DIENG) tem interferido significativamente no desenvolvimento das atividades relacionadas à elaboração e implementação dos planos. Essa situação limitou a realização de visitas “in loco” nas unidades por parte das comissões, impossibilitando os levantamentos iniciais necessários para a elaboração dos Planos Diretores de Infraestrutura e a realização dos laudos de inspeção, que são fundamentais para os planos de manutenção. Como resultado, não foi viável realizar um trabalho centralizado, coordenado pela Reitoria, na elaboração e implantação desses planos.

Riscos identificados:

- **Divisão de Atenções:** Os servidores envolvidos na comissão central para a implementação da Gestão de Infraestrutura precisam conciliar suas responsabilidades com as atividades rotineiras. Isso gera o risco de que o progresso dos trabalhos não ocorra conforme esperado, uma vez que não é possível formar grupos dedicados exclusivamente ao desenvolvimento dos Planos Diretores e de Manutenção.
- **Reduções Orçamentárias:** As sucessivas reduções no orçamento ao longo dos anos podem comprometer os recursos necessários para a elaboração de um Plano Diretor completo por campus. Isso inclui gastos com levantamento topográfico, estudos da vegetação, documentação “as built”, entre outras necessidades essenciais.

Portanto, será necessário realizar adaptações e ajustes nas diretrizes em comparação ao que foi inicialmente previsto, a fim de atender às demandas dentro das limitações orçamentárias. ■

2.3.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA ORÇAMENTO



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO OR1

Principais resultados alcançados:

O indicador RCSP superou a meta prevista em 613%, fruto do trabalho realizado na captação de recursos extraorçamentários por meio de celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED GRU) visando a execução de projetos diversos. Dentre estes, destacamos:

- Gerenciamento de recursos e execução do projeto - formação de agentes territoriais de cultura no âmbito do programa nacional dos comitês de cultura, na região nordeste;
- Gerenciamento de projeto: solução tecnológica integrada de gestão do regimento geral da atividade pesqueira de pescadores profissionais, financiado por intermédio do ministério da pesca e agricultura;
- Gerenciamento de recursos e execução do projeto jovem potiguar, financiado por intermédio da secretaria de qualificação, emprego e renda do ministério do trabalho;
- Gerenciamento de Recursos e Execução do Projeto de Automação e Inteligência Artificial.

O indicador RCIP apresentou redução de 75% em relação a meta prevista, consequência da arrecadação de receitas próprias via Guia de Recolhimento da União (GRU) abaixo do esperado.

Desafios futuros:

- Aperfeiçoar o IFRN para captar recursos extraorçamentários por meio de recebimento de recursos via TED junto ao governo federal, utilizando a estrutura do Escritório de Projetos como uma dessas estratégias;



- Aperfeiçoar o IFRN para captar recursos na fonte de receitas próprias por meio de arrecadação de recursos via GRU junto à iniciativa privada, utilizando a estrutura do Escritório de Projetos como uma dessas estratégias.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

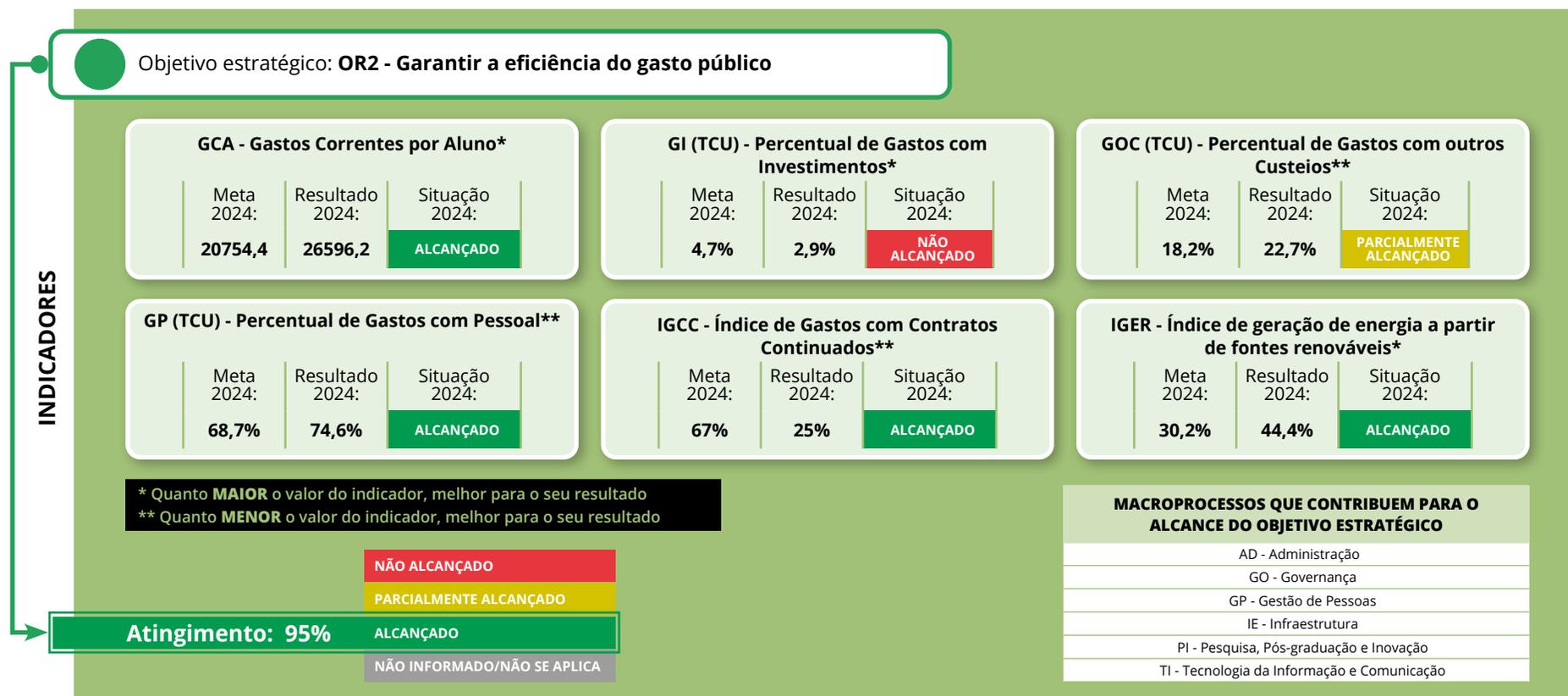
- O Governo Federal não dispõe de orçamento suficiente para atender a todas as demandas orçamentárias das suas instituições da rede federal via aporte na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em função dessa realidade, as unidades de ensino da rede federal buscam sobreviver e atender as suas necessidades via captação de recursos extraorçamentários por meio de recebimento de TEDs.

- Os esforços foram direcionados para a celebração de Termos de Execução Descentralizada, visando a captação de recursos dentro do próprio poder público, em detrimento de parcerias com a iniciativa privada. Esse perfil na captação de recursos a partir de parcerias resultou na superação da meta prevista para o indicador RCSP, influenciado pelo recebimento de destaque orçamentário, e o não alcance do indicador RCIP, influenciado pela arrecadação de recursos próprios via GRU.

Riscos identificados:

- A elevada participação de recursos extraorçamentários para atender as condições de funcionamento normal e cumprir a sua função social merece atenção, pois gera a incerteza em relação à continuidade da alocação de recursos e dificulta o planejamento a médio e longo prazo para atender a missão institucional, que é de oferecer um ensino público gratuito e de qualidade para população de jovens do RN;

- Dificuldade em conciliar a execução de projetos com as atividades regulares nas unidades;
- Falta de padronização nas rotinas e no fluxo processual referentes à execução de projetos que captam recursos extraorçamentário;
- Dificuldade no controle para prestação de contas dos recursos recebidos para a execução de projetos previstos a partir da celebração de TED;
- Sobrecarga de processos e rotinas para os setores voltados diretamente na execução orçamentária e financeira das unidades;
- Limitação no controle institucional sobre a execução dos projetos devido à recorrente contratação direta da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN (FUNCERN) para suporte à execução destes. ■



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO OR2

Principais resultados alcançados:

- **GCA - gastos Correntes por aluno:** esse indicador quantifica para a sociedade o custo do aluno na instituição. Em 2024, o IFRN estabeleceu como meta prevista o investimento anual por aluno de R\$ 20.754,40. O indicador apurou que houve um acréscimo de R\$ 5.841,10 e esse crescimento se deu em fun-

ção do aumento das despesas com pessoal e custeio, fruto dos esforços da instituição em garantir o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas e das melhorias na infraestrutura física e de TI. O gasto médio foi de R\$ 2.216,35, valor condizente com o praticado no mercado de ensino médio e superior;

- **GOC (TCU) - Percentual de gastos com outros Custeios:** o percentual ficou 25% acima da meta prevista. O aumento nas despesas de custeio foi impactado de forma significativa com a captação de recursos através de TEDs;



- **GI (tCU) - Percentual de gastos com investimentos:** o percentual indica que a meta prevista ficou 38% abaixo, resultado de redução na destinação de recursos para obras;
- **GP (tCU) - Percentual de gastos com Pessoal:** a meta foi superada em 9% e indica que parte significativa do orçamento da instituição está comprometido com gastos de pessoal. Essas despesas acompanham o crescimento vegetativo da folha de pagamento e reposição de força de mão de obra em função de aposentadorias. Esse é um indicador que mostra a política pública do Governo Federal, e não do IFRN;
- **IGCC - Índice de gastos com Contratos Continuados:** esse indicador observa o nível de comprometimento do orçamento anual em relação aos gastos com contratos fixos e necessários ao funcionamento da Instituição. O percentual ficou 63% abaixo da meta prevista, representando uma redução no comprometimento orçamentários anual dos custos com contrato continuados. Essa redução é expressiva e sinaliza que a Instituição dispõe de um orçamento limitado para atender demandas de custeio no exercício. Em suma, essa redução é consequência de uma busca pela eficiência do gasto público e pela captação de recursos extraorçamentários para execução de projetos.

Desafios futuros:

- Otimização dos gastos com mão de obra especializada (terceirização);
- Fomento à captação de recursos extras;
- Contratar serviço de locação de veículos e diminuir a dependência da frota envelhecida para o transporte de passageiros.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Crescimento vegetativo da folha de pagamento contribui para aumentar o indicador GP e impacta negativamente outros indicadores;
- Aporte significativo de recursos de emendas parlamentares e de recursos extraorçamentários, especialmente para execução de projetos em parceria com outras instituições, a partir da celebração de TEDs, contribuiu para a superação da meta no Percentual de gastos com investimentos e nos gastos correntes por aluno.

Riscos identificados:

- O Orçamento Anual da Instituição nos últimos exercício tem recebido recursos orçamentários oriundos de Emendas Parlamentares, e extraorçamentários oriundos de TEDs, recursos bem-vindos para organização, porém a sua origem gera incertezas em relação à sua continuidade para os próximos exercícios;
- Os recursos orçamentários de Emendas Parlamentares e de TED podem sofrer oscilação significativa de um ano para outro. Nesse sentido, o planejamento institucional de médio e longo prazo fica comprometido. ■

3. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO



Imagem de mindandi no Freepik

3.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1.1. PERFIL DO GASTO DO IFRN

DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (LOA) - EM R\$

2024

826.628.178,72

780.695.687,20

695.936.202,83

2023

785.197.026,77

731.848361,31

651.704.061,58

2022

703.012.767,93

648.377.712,48

594.860.244,77

Empenhado

Liquidado

Pago

DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

2024

87.090.101,30

29.714.882,43

29.030.586,92

2023

40.046.274,91

11.948.225,99

11.026.840,04

2022

16.502.581,74

9.038.619,66

6.899.412,54

Empenhado

Liquidado

Pago

3.1.2. ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DO GASTO

O montante empenhado na instituição em 2024 foi superior em aproximadamente 11% em comparação ao ano anterior, e 27% em comparação com 2022, consequência do crescimento nos valores executados em três Grupos de Despesas: Pessoal, Outras Despesas Correntes e Investimentos. A elevação nos gastos ocorreu especialmente com: crescimento vegetativo da folha de pagamentos dos servidores ativos e inativos (Pessoal); despesas com locação de mão de obra e contratação de terceiros – Pessoa Jurídica (Outras Despesas Correntes). Nos investimentos, houve redução nas contratações de obras e aquisição de material permanente.

Ao analisar os recursos orçamentários oriundos de Lei Orçamentária Anual (LOA) no período de 2022 até 2024, constatou-se que as despesas empenhadas cresceram. O crescimento de 2022 para 2023 foi de 11,69% e de 2023 para 2024, o percentual de acréscimo foi de 5,28%, resultando em um acumulado de 16,97%. Em relação à execução financeira, a instituição apresenta uma capacidade de liquidação e de pagamentos anual expressivos, com percentual de despesas liquidadas em função das despesas empenhadas supe-

rior a 90% e percentual de despesas pagas em função das despesas empenhadas superior a 80%.

Ao analisar os recursos extraorçamentários oriundos de Termos de Descentralização Orçamentária (TED) no período de 2022 até 2024, o montante empenhado é expressivo e importante para nossa organização, considerando que esses recursos foram destinados a atender demandas que o orçamento anual não permitia. Esse montante se refere a recursos de outras instituições da administração pública federal movimentados e executados pelo IFRN e contribuem significativamente para a elevação das despesas empenhadas. Em 2024, o total empenhado de recursos extraorçamentários representou 10,5% do total empenhado com orçamento LOA, percentual superior ao encontrado nos anos de 2023 e 2022, com 5,10% e 2,35%, respectivamente. Cerca de R\$ 87 milhões foram empenhados em 2024 com recursos extraorçamentários, R\$ 47 milhões a mais do que em 2023, e R\$70,5 milhões a mais do que 2022. Esse aumento é fruto do fomento à captação de recursos a partir da realização de projetos em parcerias com outras instituições

e da liberação de recursos de investimentos do MEC para melhoria da infraestrutura física e equipamentos das unidades.

A respeito da execução financeira de recursos extraorçamentários, a instituição apresenta percentuais menores de despesas liquidadas e pagas frente às despesas empenhadas em relação à execução de recursos do orçamento LOA. Essa execução mais restrita se deve a uma maior complexidade na regularidade das liberações de recursos financeiros.

Em relação à gerência na inscrição de empenhos em restos a pagar em 2024 para o exercício seguinte, o saldo inscrito em restos a pagar não processados (diferença entre o empenhado e o liquidado) aumentou em relação a 2022 (R\$ 21,8 milhões), somando um montante de R\$ 103,3 milhões. Em 2023, o montante foi de R\$ 81,5 milhões e, em 2021, de R\$ 62 milhões. Os maiores saldos, empenhados, mas não liquidados, foram identificados para despesas com: outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, locação de mão de obra, obras e material permanente.

DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (LOA) - EM R\$

2024

2023

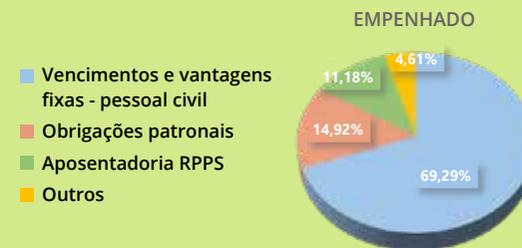
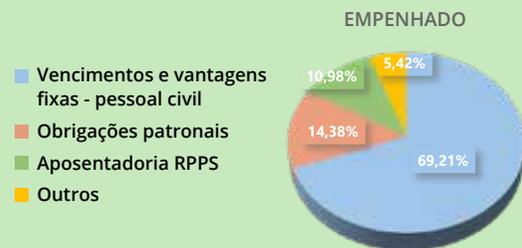
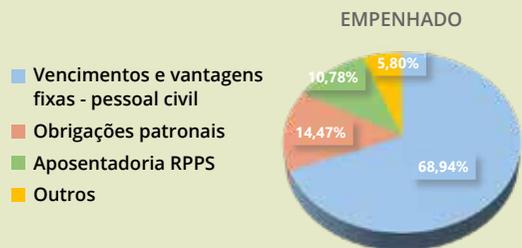
2022

1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Empenhado	Liquidado	Pago
666.522.746,04	666.522.746,04	589.531.563,13

Empenhado	Liquidado	Pago
631.408.607,34	631.408.607,34	556.630.412,27

Empenhado	Liquidado	Pago
577.585.040,68	575.930.927,62	528.524.621,83



3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Empenhado	Liquidado	Pago
143.127.129,66	110.482.806,87	102.797.898,64

Empenhado	Liquidado	Pago
36.289.836,76	94.109.503,87	88.833.104,59

Empenhado	Liquidado	Pago
110.228.178,32	70.345.293,56	64.293.464,62

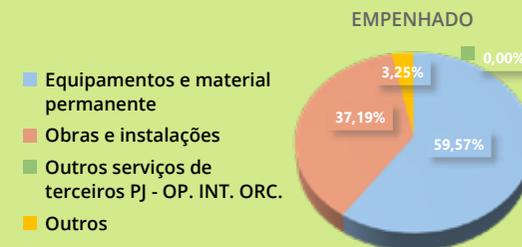
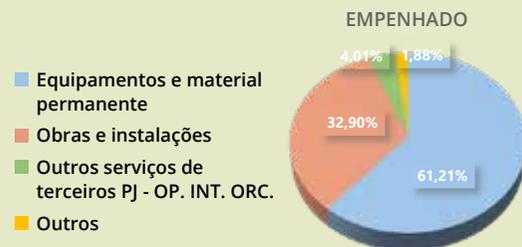


4 - INVESTIMENTOS

Empenhado	Liquidado	Pago
16.978.303,02	3.690.134,29	3.606.741,06

Empenhado	Liquidado	Pago
15.199.548,93	2.101.491,30	2.042.158,32

Empenhado	Liquidado	Pago
15.199.548,93	2.101.491,30	2.042.158,32



DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

2024

2023

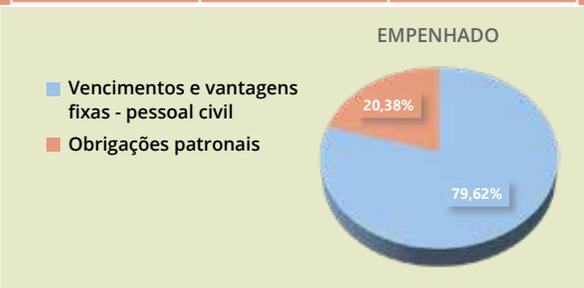
2022

1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Empenhado	Liquidado	Pago
1.114.694,10	1.114.694,10	227.191,92

Empenhado	Liquidado	Pago
0,00	0,00	0,00

Empenhado	Liquidado	Pago
0,00	0,00	0,00

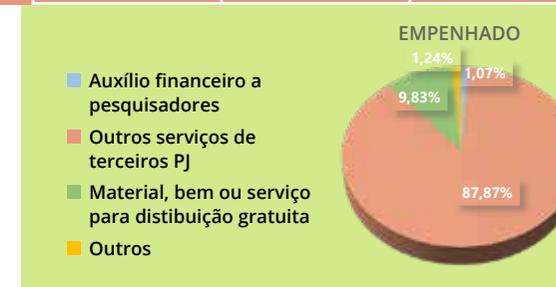
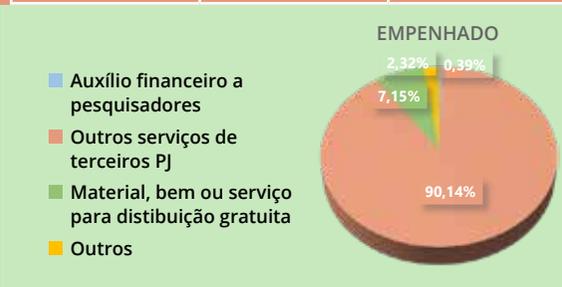
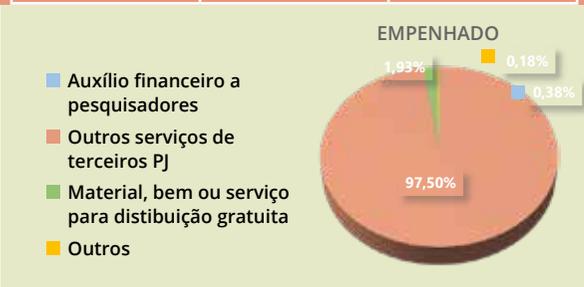


3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Empenhado	Liquidado	Pago
85.580.380,10	29.652.899,69	28.972.230,17

Empenhado	Liquidado	Pago
22.757.948,78	8.704.507,77	8.686.779,00

Empenhado	Liquidado	Pago
12.132.330,06	8.915.086,32	6.775.879,20

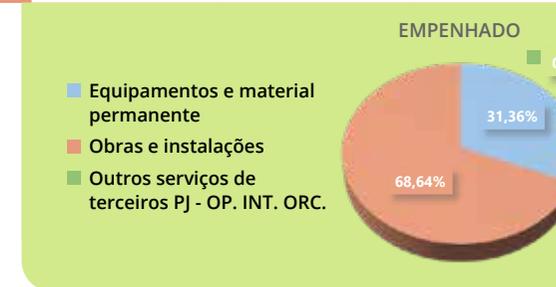
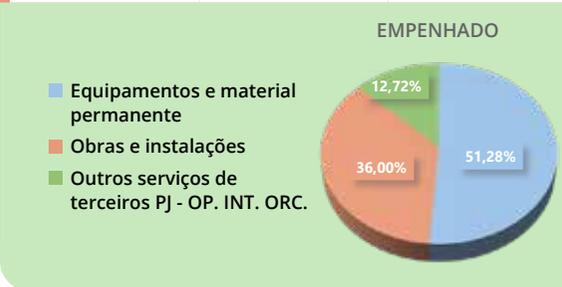
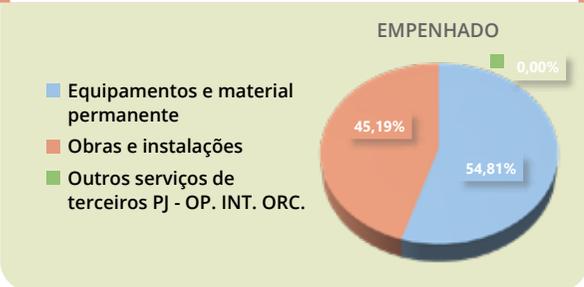


4 - INVESTIMENTOS

Empenhado	Liquidado	Pago
1.509.721,20	61.982,74	58.356,75

Empenhado	Liquidado	Pago
16.173.632,03	2.129.024,12	2.112.869,12

Empenhado	Liquidado	Pago
4.370.251,68	123.533,34	123.533,34



DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LOA) - EM R\$

	2024			2023			2022		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20TP	485.981.360,07	485.981.360,07	411.882.654,90	459.213.270,02	459.213.270,02	387.275.798,52	415.871.854,01	415.857.239,07	370.012.705,58
09HB	93.037.313,74	93.037.313,74	93.037.313,74	88.140.594,00	88.140.594,00	88.140.594,00	84.176.560,00	82.537.061,88	82.537.061,88
0181	87.504.072,23	87.504.072,23	84.611.594,49	84.054.743,32	84.054.743,32	81.214.019,75	77.536.626,67	77.536.626,67	75.974.854,37
20RL	73.735.065,04	46.632.577,88	45.233.076,66	95.193.830,11	50.638.920,35	49.322.934,45	64.518.940,30	28.112.300,72	27.120.606,81
212B	40.532.901,73	40.532.901,73	36.897.977,14	29.100.498,19	29.100.498,19	26.530.672,18	23.204.702,25	23.204.702,25	21.169.443,78
2994	21.702.220,48	13.520.830,91	11.853.717,57	20.362.920,72	12.206.039,48	11.347.431,17	28.224.684,46	12.955.509,25	10.520.828,01
20RG	11.394.722,16	1.626.449,05	1.573.504,75	691.671,68	400.116,70	400.116,70	770.727,11	98.177,27	77.947,27
2004	9.724.551,24	9.724.551,24	8.787.123,52	7.416.322,48	7.416.322,48	6.804.303,35	7.412.581,01	7.412.581,01	6.792.832,71
21B3	1.749.999,80	1.141.333,70	1.071.717,09						
4572	1.137.173,34	865.497,76	858.724,08	934.636,80	589.317,32	579.652,01	1.211.960,12	579.382,36	569.832,36
00PW	128.798,89	128.798,89	128.798,89	88.539,45	88.539,45	88.539,45	84.132,00	84.132,00	84.132,00
TOTAL	826.628.178,72	780.695.687,20	695.936.202,83	785.197.026,77	731.848.361,31	651.704.061,58	703.012.767,93	648.377.712,48	594.860.244,77

DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

	2024			2023			2022		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
213M	38.812.720,00	0,00							
2000	12.788.597,76	3.590.055,56	3.590.055,56	303.476,25					
20Y2	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00						
20Z1	4.200.000,00	4.200.000,00	4.200.000,00						
21B6	4.054.628,48	3.679.524,50	3.679.524,50	589.555,56					
210V	3.369.523,00	1.704.443,16	1.704.443,16	172.386,67	172.386,67	172.386,67			
21B4	2.181.360,00	1.896.728,00	1.896.728,00	3.032.640,00	2.160.000,00	2.160.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00
20RJ	1.814.632,36	942.850,36	583.127,73	1.104.223,10	718.649,37	716.896,48	335.554,14	295.554,20	113.054,20
219U	1.800.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	2.803.519,77	1.826.673,64	1.826.673,64	2.966.378,98	1.916.707,04	1.391.370,00
20RL	1.731.079,11	1.731.079,11	1.731.079,11	1.720.803,06	1.006.824,63	1.006.824,63	169.973,29	169.973,29	168.580,81
00PI	1.652.263,45	103.087,65	102.730,90	1.627.767,70	142.684,22	126.708,34	1.192.161,91	61.831,54	61.831,54
21B9	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00						
210T	1.059.157,39	327.797,72	243.172,72	261.028,35	249.808,35	249.808,35	642.854,00	618.254,00	270.256,00
20ZF	934.004,55	564.893,44	329.294,44	735.106,56	0,00				
210X	799.960,00	799.960,00	799.960,00						

DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

	2024			2023			2022		
	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
21GE	741.026,50	741.026,50	741.026,50						
21BP	695.266,00								
15R4	682.218,79	61.982,74	58.356,75	14.891.946,03	2.126.954,12	2.110.799,12	4.337.401,68	90.683,34	90.683,34
214V	677.637,50	677.637,50	677.637,50						
20YA	599.913,85								
21FZ	500.000,00	500.000,00	500.000,00						
20RK	478.292,93	245,73	245,73	190.828,42	186.120,00	186.120,00	85.872,76	85.872,76	85.872,76
215F	294.585,56								
8622	242.000,00								
20VB	206.098,31	206.098,31	206.098,31	1.722.250,40	372.875,26	372.875,26	372.875,27	372.875,27	372.875,27
2399	175.550,00								
20RH	152.429,00			1.151.610,00	498.525,00	498.525,00			
21GG	120.000,00								
0487	55.506,84	15.962,38	15.596,24	45.162,06	39.629,21	39.629,21	31.114,38	28.268,98	28.268,98
4086	32.702,40	32.702,40	32.702,40						
21B3	19.424,99	19.284,84	19.284,84						

DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

	2024			2023			2022		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
4572	14.629,64	14.629,64	14.629,64	794.156,22	12.324,46	12.324,46	12.998,70	12.998,70	11.019,10
20U9	4.625,04	4.625,04	4.625,04	1.500,20			5.600,54	5.600,54	5.600,54
21CO	267,85	267,85	267,85						
00T2				1.086.684,41	1.086.684,41	1.086.684,41			
09HB				227.191,92	227.191,92	227.191,92			
20TP				887.502,18	887.502,18				
20UQ				500.000,00					
20V6				400.000,00					
20YJ							1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00
20ZG				5.437.543,50					
211C				207.392,55	207.392,55	207.392,55			
21AR				100.000,00					
2994				52.000,00	26.000,00	26.000,00			
8708							2.049.796,09	1.080.000,00	
8873							1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
TOTAL	87.090.101,30	29.714.882,43	29.030.586,92	40.046.274,91	11.948.225,99	11.026.840,04	16.502.581,74	9.038.619,66	6.899.412,54

3.1.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Em 2024, a execução das despesas no IFRN apresentou elevação nominal em todos os grupos de despesa, demonstrando uma tendência de crescimento (nominal) no período avaliado. Todavia, uma análise técnica aprofundada pode ser efetuada, no sentido de apurar mais adequadamente a evolução real das receitas despesas, isto é, considerando-se as perdas relativas à inflação acumulada nos respectivos períodos, medida pelo IPCA-Geral. As despesas de pessoal passaram de R\$ 577,6 milhões, em 2022, para R\$ 631,4 milhões, em 2023 – o que representou uma variação nominal de 9,32% e real de 4,7%; e para R\$ 666,5 milhões em 2024 – representando uma variação nominal de 5,56% e real de apenas 0,73% (vide planilha de cálculos), fruto do crescimento vegetativo com a folha de servidores ativos e do aumento no número de aposentadorias, que eleva a quantidade de inativos. As despesas correntes com custeio registraram um montante empenhado de aproximadamente R\$ 122 milhões em 2022, passando para R\$ 159 milhões em 2023 e depois para R\$ 228 milhões em 2024. Ao analisar o crescimento da ordem de R\$ 36 milhões de reais de 2022 para 2023, constata-se que a maior contribuição é fruto de Emendas Parlamentares da ordem de R\$ 10,9 milhões e de recursos descentralizados através de Termo de Execução Descentralizada - TED, aproximadamente R\$ 22,7 milhões. A respeito dos R\$ 69,6 milhões de crescimento de despesas empenhadas de 2023 para 2024, a

maior contribuição foi com a maior captação de recursos provenientes de TEDs, um incremento de R\$ 62,8 milhões nas despesas “extraorçamentárias”. Para os “investimentos”, o total empenhado em 2024 representa uma redução de R\$ 15,2 milhões em relação a 2023 e aumento de R\$ 1,1 milhões em relação a 2022, consequência de uma captação menor de recursos extraorçamentários para despesas de capital. Ambos os grupos de despesas foram impactados positivamente com a aporte orçamentário de emendas parlamentares, cerca de R\$ 10 milhões, o que contribui para um total executado superior em relação ados dois anos anteriores, no entanto, cumpre destacar que em 2024 a destinação total de recursos de emendas parlamentares foi inferior a 2023 (R\$ 21 milhões) e 2022 (R\$ 13,4 milhões).

Ao analisar os números dos orçamentos no período de 2022 até 2024 por ações restritas apenas às ações 20RL e 2994, por entender que nessas ações é possível propor a distribuição e definição de gastos de uma forma mais discricionária e significativa em relação ao volume de recursos empregados, considerando que a outras ações são executadas em função da política geral do Governo federal, para custear as despesas com pessoal ativo, inativo, pensionistas, obrigações sociais e benefícios, portanto, recursos orçamentários carimbados. Com relação a ação 20RL, no período de 2022 para 2024, houve redução da ordem de R\$ 21,4

milhões em despesas empenhadas em relação a 2023 e acréscimo de R\$ 10,7 milhões em relação a 2022, consequência da recomposição ordinária e de Emendas Parlamentares. Para esta ação, é possível identificar elevação no ritmo da execução orçamentária, percentual de valores pagos em relação aos valores empenhados em cada exercício. O percentual de execução orçamentária dos valores pagos em relação aos valores empenhados passou de 42% em 2022 para 52% em 2023 e 61% em 2024, indicando crescimento na execução financeira dentro exercício corrente para as despesas na ação de governo voltada para o funcionamento das unidades. Com relação à ação 2994, no período de 2022 para 2024 houve um acréscimo da ordem de R\$ 1,4 milhões em despesas empenhadas em relação ano anterior e redução de R\$ 6,5 milhões relação a 2022. Ao analisar-se o percentual de valores pagos em relação aos valores empenhados em cada exercício, é possível identificar uma execução semelhante em comparação ao ano anterior, 54% em 2024 e 55% em 2023, e superior em relação a 2022 (37%), indicando o desempenho da execução financeira da instituição dentro exercício corrente para as despesas na ação de governo voltada para a Assistência Educacional.

Em relação às despesas extraorçamentárias, o montante de recursos de outras instituições da administração pública federal movimentado e executado pelo IFRN apresentou

crescimento para gastos com outras despesas correntes no período considerado e oscilação para os investimentos. Em 2024, as despesas com custeio superaram em R\$ 62,8 milhões comparado ao ano de 2023 e R\$ 73,4 milhões em relação a 2022. Para os investimentos, as despesas de capital em 2023 diminuíram em R\$ 14,6 milhões comparado ao ano de 2023 e R\$ 3,8 milhões em relação a 2022. Esse aporte extraorçamentário contribuiu especialmente para obras de melhorias para a infraestrutura física e atualização de equipamentos de TI nos campi e Reitoria do IFRN. Cumpre destacar que os recursos extraorçamentários apresentaram baixa execução financeira no período. Em 2024 33% das despesas empenhadas foram liquidadas e pagas, em 2023 o percentual foi de 28%, e 41% em 2022. A execução desses recursos é mais sensível à movimentação de créditos orçamentários e repasses financeiros tardios ou fora dos prazos esperados, acarretando prejuízos na regularidade das liberações de financeiro para cumprimento dos compromissos firmados.

3.1.4. DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS

- Buscar a manutenção de emendas parlamentares no orçamento LOA do IFRN;
- Padronizar rotinas e fluxo processual para execução de projetos vinculados a Termo de Execução Descentralizada e posterior prestação de contas;
- Otimizar a força de trabalho disponível para, a partir do contexto do teletrabalho com jornada integral, mitigar a distribuição desequilibrada da força de trabalho nos setores envolvidos diretamente na execução orçamentária e financeira.

AÇÕES FUTURAS

- Diálogo permanente com a bancada federal para sensibilizar acerca da importância das emendas parlamentares para o funcionamento dos campi do IFRN;
- Adequação da estrutura administrativa ao novo regimento da instituição, a partir dos macroprocessos e atividades definidas, especialmente para a gestão orçamentária;
- Gerenciamento da execução de projetos com captação de recursos em conjunto com setores demandantes e auxílio ao escritório de projetos em relação à padronização de rotinas e fluxos processuais.
- Fomento, no âmbito do macroprocesso “Administração”, à atuação de servidores para o atendimento de atividades intercampi visando mitigar o desequilíbrio na força de trabalho nos setores subordinados às Diretorias de Administração.

3.2. GESTÃO DE PESSOAS

3.2.1. CONFORMIDADE LEGAL

A Gestão de Pessoas do IFRN é órgão seccional, subordinada ao órgão setorial na área de pessoal no MEC, que é a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP/MEC, a qual é subordinada ao órgão central do SIPEC, que é atualmente a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo

Digital. A legislação que trata do regime jurídico único dos servidores é a Lei nº 8.112/90, e todas as demais legislações expostas na área do CONLEGIS, que é de competência do órgão central do SIPEC. No que se refere às formas de atendimento aos requisitos legais da Instituição, em matéria de gestão

de pessoas, são utilizadas as Resoluções do CONSUP, Deliberações do CODIR e a regulamentação interna específica segue as Notas Técnicas, Notas Informativas e Orientações Normativas, as quais estão disponíveis no Portal IFRN.

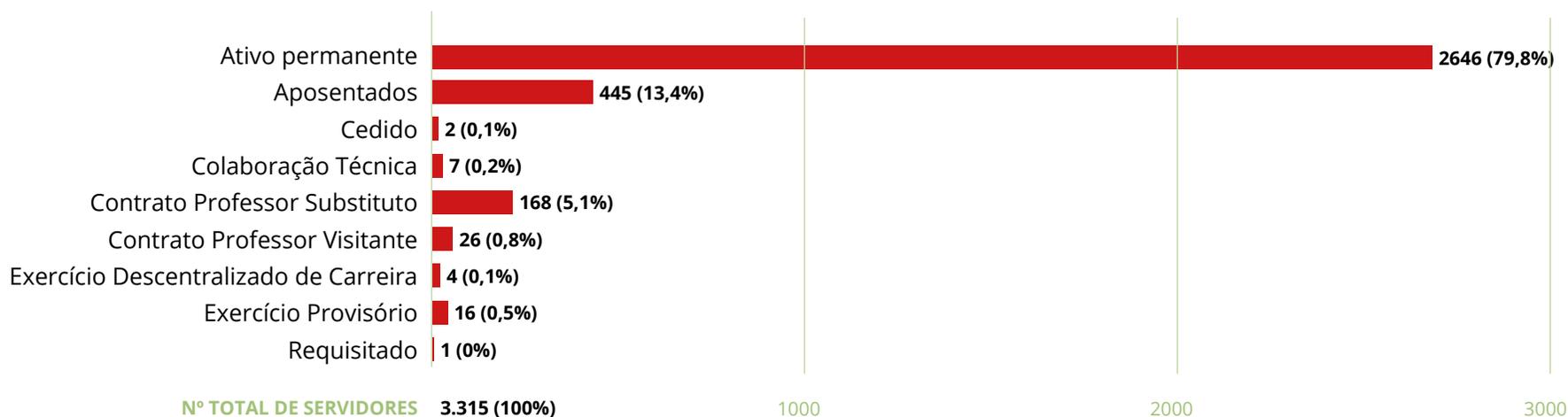
3.2.2. FORÇA DE TRABALHO

QUADRO 3: NÚMERO DE SERVIDORES POR CATEGORIAS E SEXO, COM FUNÇÃO COMISSIONADA

TIPOLOGIA	Nº DE SERVIDORES POR SEXO		% EM RELAÇÃO AO TOTAL		Nº DE OCUPANTES DE FUNÇÕES COMISSIONADAS POR SEXO		% EM RELAÇÃO AO TOTAL	
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
Servidor docente efetivo	1034	483	27,6%	12,9%	172	61	32,1%	11,4%
Servidor técnico-administrativo efetivo	655	474	17,5%	12,6%	199	104	37,1%	19,4%
Servidor em exercício provisório/cooperação técnica/colaboração	6	17	0,2%	0,5%				
Professor substituto	92	76	2,5%	2,0%				
Estagiário de nível superior	62	66	1,7%	1,8%				
Estagiário de nível médio	9	11	0,2%	0,3%				
Terceirizado	465	302	12,4%	8,0%				
TOTAIS	2.323	1.429	61,9%	38,1%	371	165	69,2%	30,8%

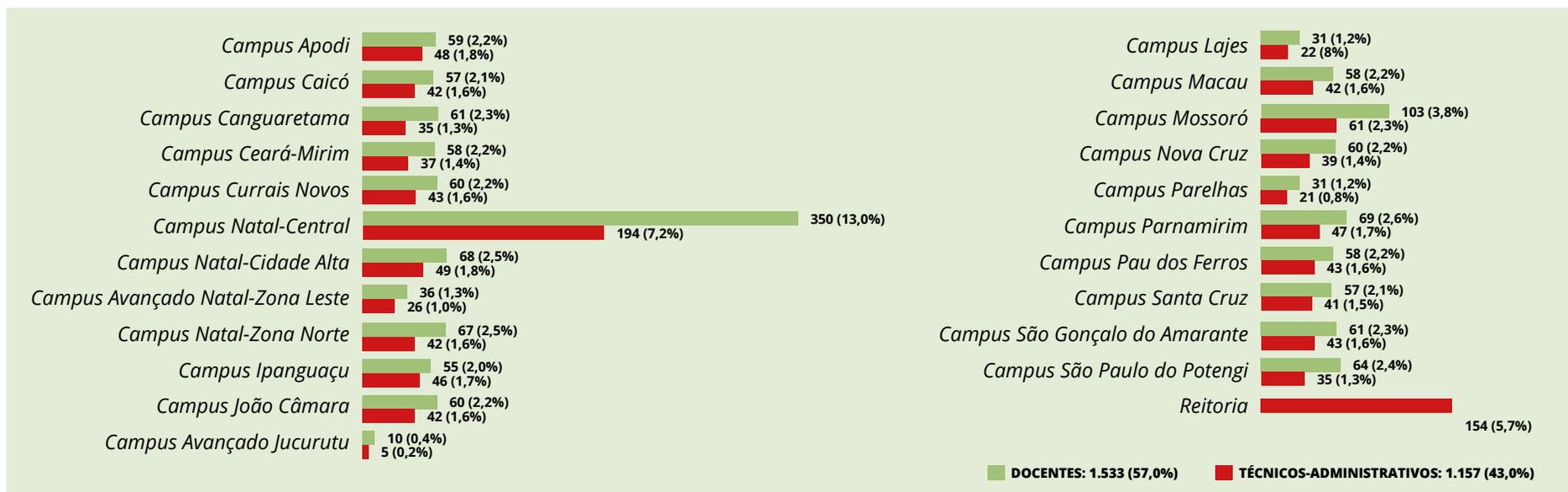
Fonte: Suap - Gestão de Pessoas, Relatórios.

QUADRO 4: SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL



Fonte: Suap - Gestão de Pessoas, Relatórios.

QUADRO 5: SERVIDORES POR UNIDADES ADMINISTRATIVAS E PERCENTUAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL



Fonte: Suap - Gestão de Pessoas, Relatórios.

3.2.3. ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

O recrutamento de servidores para o IFRN ocorre prioritariamente por concurso público. Alternativamente, outras formas de mobilidade, como redistribuições e alteração de exercício para composição de força de trabalho, também foram utilizadas.

Em 2024, um grande esforço institucional resultou no provimento de 71 servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE), da lista de aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 07/2023 – RE/IFRN, com a integração de novos servidores ao quadro do IFRN. Além disso, foi iniciado o processo de contratação de banca para realização de concurso público para o cargo de Professor EBTT, em função disso foi necessário suspender, por cerca de seis meses, todos os processos de aproveitamento de concursos de outros órgãos, assim como as redistribuições.

No ano de 2024, o concurso público foi priorizado para fins de provimento de códigos de vaga desocupados para cargos de Técnicos-Administrativos em Educação e Professor EBTT. Em razão disso, a Diretoria de Gestão de Pessoas, por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, tem empreendido esforços na expectativa de que estes resultem na rápida realização de novos concursos para TAES ou Professores EBTT, caso haja necessidade.

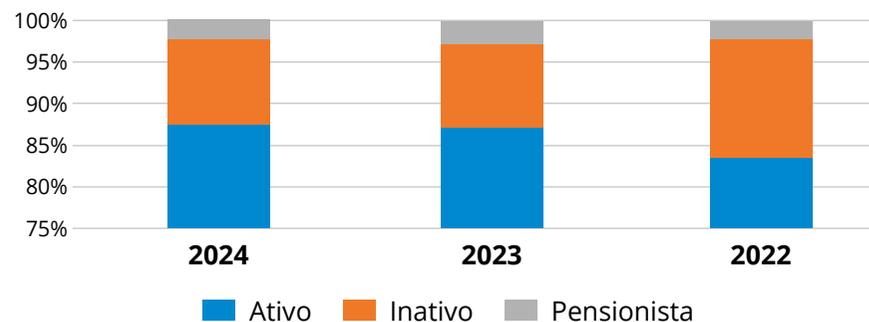
No que se refere à estratégia de alocação de pessoal, especialmente no que diz respeito à possibilidade de movimentação entre unidades, o IFRN dispõe de uma sólida e democrática política de remoção interna, atualmente regulada pela Resolução 31/2024-CONSUP/IFRN. Entretanto, há, por parte da equipe que compõe a Diretoria de Gestão de Pessoas, uma percepção de que tal política carece de ajustes, no sentido de permitir uma mobilidade mais rápida, que pode ser alcançada por meio de editais de fluxo contínuo e listas de espera permanentes, assim como a necessidade de promoção de estratégia de mobilidade de servidores ocupantes de cargos extintos e com provimento vedado. Os estudos para esses ajustes em relação aos Técnico-Administrativos já estão em andamento com perspectiva de implementação em 2024.

Deve-se destacar ainda que há um esforço da Diretoria de Gestão de Pessoas, a partir da atuação da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, no sentido de dimensionar a força de trabalho do IFRN. Nessa perspectiva, pretende-se promover o reequilíbrio de nossa força de trabalho priorizando a recomposição das unidades com maior déficit de pessoal em relação ao modelo de dimensionamento estabelecido na Portaria 713/2021-MEC.

3.2.4. DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	2024	2023	2022
Ativo	579.018.673,81	547.353.864,02	415.871.854,01
Inativo	72.414.011,36	69.962.875,83	64.757.411,83
Pensionista	15.090.060,87	14.091.867,49	12.779.214,84

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



3.2.5. JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO/DIMINUIÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

O aumento da despesa de pessoal ativo, apurado no ano de 2024, se justifica pela admissão de 71 novos servidores em razão de concurso público para provimento de cargos Técnico-Administrativos, divulgado pelo Edital nº 07/2023-RE/IFRN, mas também pelos seguintes fatores: concessão de progressão funcional aos servidores; concessão de Incentivos à Qualificação (IQ), Retribuição por Titulação (RT) e Reconhecimento de Saberes e Competências

(RSC)); pagamento de despesas de exercícios anteriores; concessão de adicionais laborais; contratação de professores substitutos e visitantes; acertos de término e rescisão de contrato; pagamento de auxílio natalidade e pré-escolar; pagamento da assistência à saúde suplementar. Já o aumento da despesa com aposentados foi um pouco menor em relação ao de 2023, o que decorreu do acréscimo de 5 (cinco) novas aposentadorias em 2024, número

menor em relação àquele ano. Esse número poderia ter sido bem maior, uma vez que foram concedidos 16 abonos de permanência. Já o aumento de despesas referente a pensionistas foi consequência da instituição de 15 (quinze) novas pensões civis por morte. A aplicação, cada vez mais frequente, do redutor constitucional quando da acumulação de benefícios previdenciários é um fator que provavelmente atenuou a referida despesa.

3.2.6. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos é regida por:

- a) Lei nº 11.091/2005, que trata do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, regulamentada pelo Decreto nº 5.825/2006, com nova redação dada pela Lei nº 11.784/2008; e
- b) Resolução nº 15/2007-CD/CEFET-RN, de 27 de junho de 2007, que regulamenta a Avaliação de Desempenho.

Essa avaliação é operacionalizada por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), que notifica os servidores sobre a necessidade de preenchimento dos formulários de autoavaliação, bem como da avaliação de membros da equipe e pares, quando aplicável.

No que se refere aos servidores docentes, a avaliação de desempenho é disciplinada pela Lei nº 12.772/2013 e regulamentada pela Resolução nº 06/2014-Consup. Contudo, é urgente a revisão dos normativos que tratam da avaliação de desempenho, especialmente no

que diz respeito aos docentes, visando aprimorar os instrumentos avaliativos e garantir maior eficiência nos processos de progressão funcional.

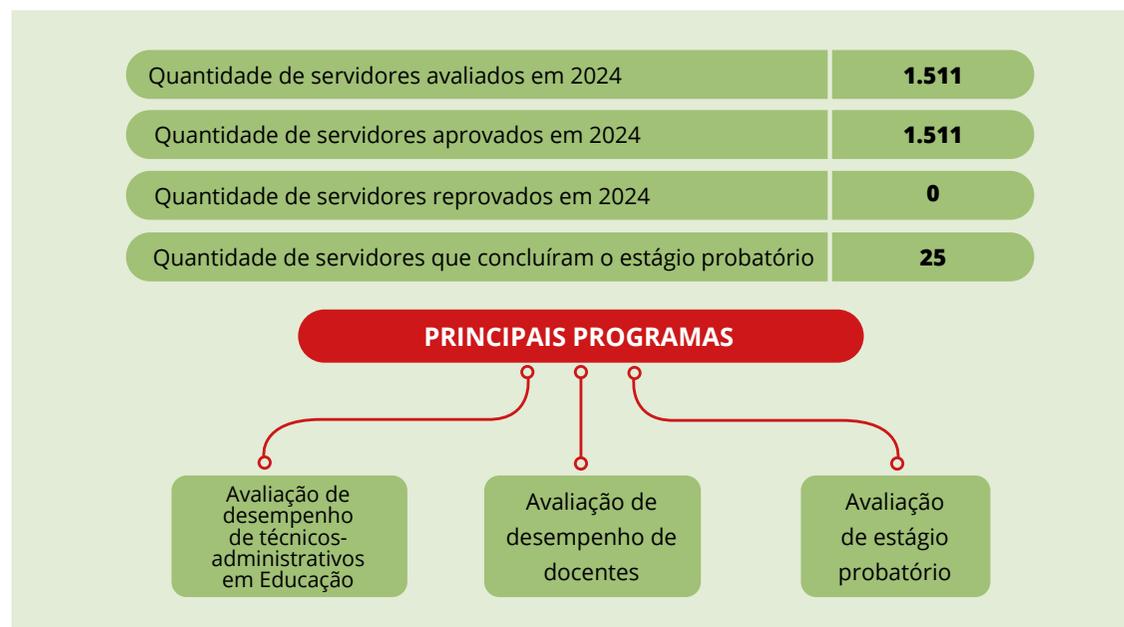
Nesse contexto, é fundamental destacar que o governo federal, por meio do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), tem sinalizado a construção de regras unificadas para a avaliação de servidores públicos. Essa iniciativa, além de padronizar os processos avaliativos, trará maior celeridade e transparência, beneficiando não apenas o IFRN, mas também outros órgãos e instituições pú-

blicas. Para acompanhar essas mudanças, é imprescindível que o SUAP seja adaptado para permitir o preenchimento das avaliações de desempenho por usuários externos, ampliando a acessibilidade e a eficiência do sistema.

Um avanço significativo ocorreu em 2024, com a implantação do módulo de progressão docente no SUAP, que eliminou definitivamente o uso de fichas avaliativas físicas. Esse novo módulo, já em pleno funcionamento, representa um marco na modernização dos processos avaliativos, garantindo maior agilidade, transparência e redução de atrasos e inconformidades. Vale ressaltar que o IFRN já adota processos eletrônicos desde 2017, o que facilitou a transição para sistemas mais integrados e eficientes.

Portanto, a modernização e o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação de desempenho são essenciais para garantir a qualidade e a efetividade dos processos de progressão funcional, alinhando-se às diretrizes nacionais e às necessidades específicas do IFRN. A implementação dessas melhorias, embora desafiadora, representa um passo estratégico para a consolidação de uma gestão pública mais eficiente e transparente.

3.2.7. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM NÚMEROS



3.2.8. REMUNERAÇÃO

Conforme estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987; contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745/1993; estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, de que trata a Lei nº 11.091/2005; Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre o Plano de Carreiras do Magistério do Ensino Básico Federal e altera a remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; a remuneração inicial das categorias ocorre como descrita a seguir:

Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

- Dedicção exclusiva: R\$ 4.875,18
- 40 horas: R\$ 3.412,63
- 20 horas: R\$ 2.437,59

Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação:

- Nível A: R\$ 1.446,12
- Nível B: R\$ 1.750,99
- Nível C: R\$ 2.120,13
- Nível D: R\$ 2.667,19
- Nível E: R\$ 4.556,92

3.2.9. OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

A qualificação da força de trabalho é um pilar fundamental para o aprimoramento contínuo dos serviços prestados pelo IFRN, contribuindo para a excelência acadêmica e administrativa da instituição. Em 2024, apesar das restrições orçamentárias que persistem, o IFRN manteve seu compromisso com o desenvolvimento de seus servidores, buscando alternativas criativas e parcerias estratégicas para garantir oportunidades de capacitação e qualificação.

A Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN, estabelecida pela Resolução nº 18/2021-CON-

SUP, continua a orientar as ações de desenvolvimento, assegurando que as oportunidades sejam concedidas de forma equânime e alinhadas às necessidades institucionais. As modalidades de participação incluem desde a concessão de Horário Especial de Estudante e Licença Capacitação até o afastamento para programas de pós-graduação e estudos no exterior, além da participação em cursos, palestras, congressos e outras atividades de capacitação.

No entanto, a significativa redução no orçamento disponível para a ação 4572, que financia as atividades de desenvolvimento, tem imposto desafios consideráveis. Em 2024, o IFRN contou com menos de 50% do orçamento que já teve em anos anteriores para qualificação de servidores, o que limitou a oferta de novas oportunidades. Apesar disso, a instituição conseguiu garantir a execução de 100% dos recursos disponíveis, superando mais uma vez a meta (física) projetada ao oportunizar a capacitação e qualificação de 1.506 servidores. Contudo, a baixa execução do orçamento de capacitação pelos campi, com cerca de 25% dos recursos não utilizados até dezembro de 2024, demanda atenção e a elaboração de estratégias para evitar a repetição desse cenário em 2025.

A internacionalização tem sido uma prioridade para o IFRN, com destaque para as parcerias firmadas com instituições de renome, como a Universidade de Coimbra e a Universidade do Minho, em Portugal.

O diálogo constante entre a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CODEPE), a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e a Assessoria de Relações Internacionais (ASERI) tem sido essencial para a consolidação dessas parcerias. Temos a expectativa de enviar um novo grupo de servidores para cursar Doutorado em Ciências da Educação e Psicologia na Universidade de Coimbra. De igual modo pretende-se em 2025 retomar o envio de servidores para cursos de Mestrado e Doutorado na Universidade do Minho.

A interlocução com os programas de pós-graduação do próprio IFRN também rendeu frutos em 2024, com a oferta de vagas exclusivas para servidores em cursos de mestrado e doutorado. Essa iniciativa, aliada ao acompanhamento sistemático dos servidores envolvidos em programas de qualificação, tem sido fundamental para garantir o sucesso das iniciativas e o retorno dos investimentos em desenvolvimento.

Além disso, o IFRN continuou a acompanhar as ações em curso, como o Mestrado em Gestão de Processos Institucionais na UFRN, o Doutorado em Engenharia Civil e Ambiental na UFPB, e outras ofertas em parceria com a UERN. A reserva de vagas em programas como o RENOEN também demonstra o compromisso da instituição em priorizar o desenvolvimento de seus servidores.

Apesar dos avanços, as restrições orçamentárias continuam a comprometer o pleno desenvolvimento da Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN. A gestão eficiente dos recursos disponíveis e a busca por novas parcerias e fontes de financiamento são essenciais para superar esses desafios. Em 2024, a instituição reforçou sua reputação como referência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelos investimentos em desenvolvimento de pessoal, mas é necessário ampliar esses esforços para garantir a sustentabilidade das ações no longo prazo.

Em síntese, as oportunidades de desenvolvimento em 2024 refletem o compromisso do IFRN com a qualificação de sua força de trabalho. A continuidade do diálogo com instituições parceiras, o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e a busca por novas fontes de recursos serão fundamentais para consolidar os avanços alcançados e enfrentar os desafios futuros.

3.2.10. PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)

AÇÕES EMPREENDIDAS (ATIVIDADES FÍSICAS, PALESTRAS, CAMPANHAS DE SAÚDE, ETC.)	Nº DE SERVIDORES/ ESTAGIÁRIOS/TERCEIRIZADOS PARTICIPANTES
EIXO ESTILO DE VIDA	
Jogos Intercampi dos Servidores do IFRN (JICS)	644
Práticas esportivas para os servidores durante o ano	242
Práticas de exercícios físicos para os servidores durante o ano, exceto práticas esportivas	435
Avaliação física e funcional dos servidores	29
Trilhas e caminhadas ecológicas	31
Oficina de defesa pessoal	42
Oficina de maquiagem e autocuidado	15
Mindfulness	60
EIXO SAÚDE INTEGRAL	
Grupo de Apoio para Servidores Neurodivergentes	12
Plantão Psicológico para Servidores	29
Encontro de promoção à saúde com prestadores de serviço	40
Palestra - "Vamos falar mais sobre alimentos ultraprocessados"	19
Campanha "Água é Vida"	40
Palestra sobre saúde mental e prevenção ao suicídio	45
Meses de combate ao colesterol e à obesidade	602

AÇÕES EMPREENDIDAS (ATIVIDADES FÍSICAS, PALESTRAS, CAMPANHAS DE SAÚDE, ETC.)	Nº DE SERVIDORES/ ESTAGIÁRIOS/TERCEIRIZADOS PARTICIPANTES
EIXO POLÍTICA ORGANIZACIONAL	
Brigada de Incêndio	107
SIPAT	369
Eventos integrativos em datas comemorativas	1036
Adaptação de novos servidores nos campi	16
Homenagem aos prestadores de serviço	40

O Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do IFRN sofreu uma diminuição dos recursos orçamentários disponíveis para o seu financiamento em 2024. Neste contexto, foi priorizada a realização da maior ação do Programa, que são os Jogos Intercampi dos Servidores do IFRN (JICS). Os JICS foram realizados no mês de outubro de 2024 e contaram com a participação de 644 servidores. Trata-se de uma ação sistêmica cujo objetivo é estimular a adoção de um estilo de vida saudável por meio da prática de atividades físicas e esportivas, bem como fomentar a integração de servidores de diferentes campi do instituto.

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) e o Curso de Formação em Brigada de Incêndio foram

realizados entre os meses de outubro e novembro de 2024, sendo que o evento contou com a participação de 369 pessoas (entre servidores e alunos) e o curso teve 107 servidores inscritos.

A priorização de ações sistêmicas fez com que as ações locais nos campi fossem reduzidas, uma vez que o orçamento disponível para este tipo de ação ficou bastante restrito. O único campus que solicitou descentralização de recursos em 2024 foi o de Currais Novos, tendo por objetivo a realização de ações nos eixos “Estilo de Vida” e “Saúde Integral”. Os demais campi realizaram as suas ações sem a necessidade de descentralização de recursos e, em alguns casos, com o apoio da COASS, por meio da doação de materiais esportivos e de brindes promocionais.

3.2.11. ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO

Apesar dos avanços alcançados, as limitações orçamentárias continuam a representar um desafio crítico para a plena efetivação da Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN, instituída pela Resolução nº 18/2021-CONSUP e alinhada à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) – regulamentada pelo Decreto nº 9.991/2019 e atualizada pelo Decreto nº 10.506/2020, bem como pela Instrução Normativa SGP-ENAP/SE-DGG/ME nº 21/2021. Para superar essas barreiras, o planejamento estratégico e o diálogo institucional emergem como ferramentas fundamentais, garantindo que os recursos sejam otimizados e as parcerias ampliadas, mesmo em um cenário de restrições financeiras.

A construção do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do IFRN é fruto de um processo colaborativo, que envolve servidores, gestores e unidades em todas as etapas – do diagnóstico de necessidades à execução das ações. Em 2024, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGPE), por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CODEPE), reforçou a importância do diálogo com os campi e as pró-reitorias para definir prioridades de forma equânime e alinhada às demandas institucionais. Essa abordagem participativa, que inclui reuniões técnicas e consultas às unidades, assegura que as ações de desenvolvimento – sejam de qualificação (mestrado, doutorado, internacionalização) ou capacitação (cursos, workshops) – atendam às especificidades locais e aos objetivos estratégicos do IFRN.

A distribuição dos recursos orçamentários, por exemplo, segue critérios transparentes e proporcionais ao número de servidores por campus, garantindo equidade. No entanto, o êxito desse modelo depende diretamente do engajamento contínuo das unidades na elaboração e execução do PDP, com monitoramento rigoroso para evitar subutilização de recursos – como ocorreu em 2024, quando 25% dos fundos destinados aos campi permaneceram sem execução até dezembro.

As iniciativas de desenvolvimento são organizadas em duas vertentes complementares:

Qualificação: Gerida centralmente pela CODEPE/DIGPE em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRO-PI) e a Assessoria de Relações Internacionais (ARI), inclui convênios com instituições como a Universidade de Coimbra (UC) e a Universidade do Minho (UMinho), além de programas de pós-graduação internos e externos. Em 2024, destacou-se a consolidação de vagas exclusivas para servidores em cursos de mestrado e doutorado do próprio IFRN, reforçando a sinergia entre formação acadêmica e necessidades institucionais.

Capacitação: Descentralizada e operacionalizada pelos campi, abrange ações de curta duração, como cursos e eventos, que são planejados localmente a partir de demandas identificadas coletivamente.

Embora o IFRN tenha mantido sua posição de referência na Rede Federal pelos investimentos em desenvolvimento de pessoal, a sustentabilidade dessas ações depende da superação de obstáculos estruturais. Para isso, é essencial:

- Fortalecer o planejamento antecipado, com cronogramas realistas e alocação eficiente de recursos;
- Ampliar o diálogo com programas de pós-graduação internos e externos, garantindo vagas exclusivas e financiamento compartilhado;
- Implementar mecanismos de monitoramento contínuo para evitar subexecução orçamentária.

A construção do PDP do IFRN em 2024 reforçou que o planejamento colaborativo e o diálogo institucional são indissociáveis do sucesso das políticas de desenvolvimento. Apesar das restrições, a execução do PDP atingiu 71% das necessidades planejadas. A instituição demonstrou que é possível avançar por meio de gestão eficiente, parcerias estratégicas e participação ativa das unidades. Manter esse modelo exigirá, contudo, esforços contínuos para integrar todas as instâncias na construção de um plano dinâmico, adaptável e focado no crescimento coletivo.

3.2.12. CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS

**NÚMERO DE SERVIDORES
CAPACITADOS**

1.506

**TOTAL DE HORAS DE
CAPACITAÇÃO**

9.850

**CUSTOS DE
CAPACITAÇÃO**

R\$ 1.332.469,30

PRINCIPAIS PROGRAMAS

Termo de Execução Descentralizada com UFRN

- Programa de Mestrado em Gestão de Processos Institucionais;
- Programa de Doutorado em Administração.

Convênio com a UERN

- Programa de Mestrado em Ciência da Computação (PPGCC);
- Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem (PPCL);
- Programa de Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS);
- Programa de Mestrado em Educação (POSEDUC);
- Programa de Doutorado em Física (PPGF);
- Programa de Mestrado em Saúde e Sociedade (PPGSS);
- Programa de Mestrado em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH);
- Programa de Doutorado em Letras (PPGL);
- Programa de Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES);
- Programa de Mestrado em Ensino (PPGE).

Termo de Execução Descentralizada com a UFPB

- Programa de Doutorado em Engenharia Civil e Ambiental.

Acordo com a Universidade do Minho

- Doutorado (Instituto de Educação, Instituto de Ciências Sociais);
- Mestrado (Instituto de Educação).

Acordo com a Universidade de Coimbra

- Doutorado e Pós-Doutorado (FCTUC – Faculdade de Ciência e Tecnologia);
- Doutorado e Pós-Doutorado (FPCE – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação).

Termo de Execução Descentralizada com a UFERSA

- Programa de Mestrado em Administração.

Convênio com Universidade de Marília

- Programa de Doutorado em Direito.

Ações de aperfeiçoamento com a oferta de cursos externos

Ações de aperfeiçoamento por meio da promoção de cursos ofertados pela própria instituição

3.2.13. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adesão dos Campi à Política de QVT: Dificuldade de alinhamento e engajamento dos Campi com as diretrizes da Política de QVT. ▪ Redução orçamentária que é destinada a Política de QVT. ▪ Recomposição das CISSPs, Brigadas e Comissões de QVT: A rotatividade e alta demanda/sobrecarga de membros das comissões impactam a efetividade dessas estruturas. ▪ Licitação para Exames Médicos Periódicos: A falta de contratação de empresas especializadas compromete a regularidade dos exames. ▪ Fortalecimento do SIASS: Escassez de servidores limitam a capacidade de atendimento, seja para atendimento dos servidores do IFRN, bem como de outros órgãos no âmbito do executivo. ▪ Regulamentação de Perícias: A falta de normas claras para perícias documentais e a distância geram incertezas operacionais. ▪ Treinamento de servidores para a alimentação do Sistema de Compensação Previdenciária (COMPREV). Dada a necessidade de atualizar o máximo de informações quanto possível até dezembro de 2025, evitando a prescrição de valores a serem recolhidos pela União a partir de sua adesão ao Sistema, tarefa que demandará muito tempo e esforço empreendido. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação da Nova Política de QVT: Formalizar e divulgar as diretrizes para uniformizar as ações nos Campi. ▪ Contratação de Empresas para Exames Médicos: Realizar licitações para garantir exames periódicos de qualidade. ▪ Realização do Fórum de QVT: Promover diálogo e troca de experiências entre as comissões dos Campi. ▪ Capacitação e Sensibilização: Investir em treinamentos para membros das CISSPs, brigadas e comissões de QVT, bem como, discutir, institucionalmente, sobre a destinação de carga horária para os membros dessas comissões realizarem as atividades. ▪ Buscar soluções com os órgãos competentes sobre a implementação das perícias documentais e a distância ▪ Fortalecimento do SIASS: Ampliar recursos e integrar equipes com servidores da própria Instituição para melhorar o atendimento. ▪ Refinamento de dados inseridos no SIAPE referentes ao tempo de contribuição dos servidores, para que o batimento com as funcionalidades do SouGov seja cada vez mais efetivo. ▪ Implementação, no Projeto Aposentação, de ações mais diretamente voltadas à inclusão digital dos aposentados, principalmente no que se refere ao uso de dispositivos móveis para o acesso à aplicativos atinentes à vida funcional do servidor, como o SouGov, o Gov.br e o próprio SUAP.

3.3. GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

3.3.1. CONFORMIDADE LEGAL

O IFRN atende aos requisitos legais para execução de suas licitações e contratos, sendo os principais normativos os que seguem: Leis nºs. 8.666/93, 10.520/2002 e 12.462/2011; Lei Complementar nº 123/2006; Decretos nºs. 7.892/2013; diversas Instruções Normativas editadas pela SLTi, a exemplo da mais recente, que trata das contratações de serviços continuados, ou seja, IN nº 05/2017. Quanto aos órgãos de controle, são editados normativos, a exemplo de Acórdãos (TCU) e Portarias (AGU), muitas vezes no sentido de esclarecer dúvidas a respeito das interpretações legais.

3.3.2. PERFIL DOS GASTOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS



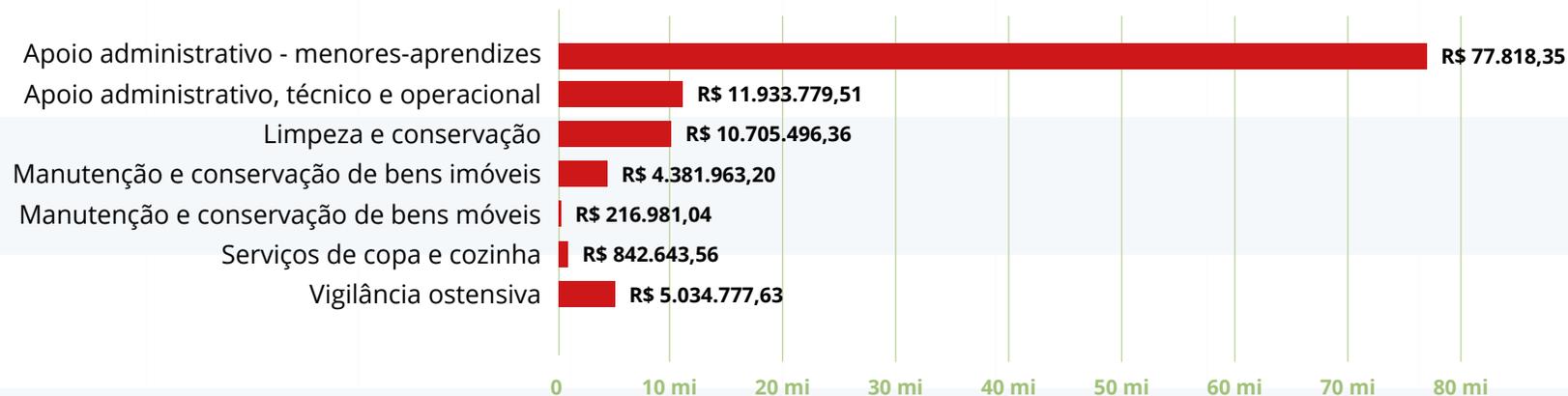
CONTRATOS POR NATUREZA DE DESPESA

Valores em R\$ (milhões)



CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Valores em R\$ (milhões)



3.3.3. PRINCIPAIS CONTRATOS DE FUNCIONAMENTO

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALOR GASTO EM 2023 (R\$)
Funcionamento/unidade administrativa	Apoio administrativo, técnico e operacional		15.161.792,10
	Combustíveis		1.040.879,59
	Limpeza e conservação		7.279.940,20
	Locação de máquinas e equipamentos		421.470,72
	Manutenção e conservação de bens imóveis	ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados	9.365.773,55
	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		1.336.467,13
	Manutenção e conservação de veículos	GI5 - Implantar a gestão de infraestrutura	561.132,44
	Passagens aéreas	OR2 - Garantir a eficiência do gasto público	732.789,02
	Seguros em geral		284.384,42
	Serviço de Copa e Cozinha		1.389.423,08
	Serviços de apoio ao ensino		526.577,70
	Serviços Técnicos Profissionais		1.353.306,36
	Vigilância ostensiva		4.963.284,82
Assistência ao estudante	Fornecimento de alimentação	PA8 - Fortalecer as atividades de assistência estudantil	2.895.105,02
	Gêneros de alimentçãõ		306.486,69
Capacitação de Servidores	Passagens aéreas	GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores	361.954,62
Tecnologia da Informação	Locação de softwares	GI4 - Consolidar a gestão de TI	418.212,20

3.3.4. CONTRATAÇÕES DIRETAS

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALOR GASTO EM 2023 (R\$)
Funcionamento/unidade administrativa	Serviços técnicos profissionais	ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados	27.293.426,63
	Serviços de apoio ao ensino		14.160.869,05
	Serviços de energia elétrica		9.046.089,86
	Serviços de limpeza e conservação	GI5 - Implantar a gestão de infraestrutura	3.608.578,91
	Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		1.401.874,28
	Serviço de água e esgoto	OR2 - Garantir a eficiência do gasto público	811.644,95
	Manutenção e conservação de bens imóveis		1.855.953,81
	Serviços gráficos e editoriais		610.816,42
	Exposição, congressos e conferências		1.10.239,50
Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica		1.243.086,80	
Capacitação de Servidores	Serviço de seleção e treinamento	GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores	3.349.690,88
Assistência ao estudante	Fornecimento de alimentação		267.530,20
	Mercadorias para doação	PA8 - Fortalecer as atividades de assistência estudantil	746.246,50
	Material destinado a assistência social		536.240,60

3.3.5. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

PRINCIPAIS DESAFIOS

AÇÕES FUTURAS

LICITAÇÕES

- | PRINCIPAIS DESAFIOS | AÇÕES FUTURAS |
|--|---|
| LICITAÇÕES | |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Embora a Lei nº 14.133/2021, já tenha entrado em vigor, sendo a lei maior nas contratações, ainda temos algumas dificuldades de aplicação. A DILIC tem cumprido seu papel de acordo com as normas legais. ▪ Permanecemos na busca da padronização dos processos de compras e contratações. ▪ O setor perdeu servidores experientes, mas a equipe que temos está se dedicando ao máximo possível para atender as demandas. ▪ Estruturar o setor responsável pela coordenação das ações que envolvem a fase preparatória do processo de licitação, a Coordenação de Compras. A referida coordenação necessita de mais servidores para atender seu papel dentro do esperado pela gestão, registrando que esse desejo não é de hoje. ▪ Melhorar a divulgação das informações das licitações do IFRN no SUAP. Contamos com o apoio da TI, mas principalmente com a nova gestão à frente da PROAD, esperamos uma ferramenta no SUAP visando facilitar as informações a todos os campi para acompanhamento efetivo do cumprimento do Calendário de Compras. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação dos servidores, inclusive no quesito prático devido à atualização dos módulos do sistema Comprasnet. Participamos de algumas capacitações no exercício 2024, no entanto, novas interpretações surgem quase que diariamente, sendo, pois, importante prosseguir se capacitando. ▪ Monitoramento do desempenho dos processos de compras e licitações. Estamos reforçando através de uma nota técnica, por recomendação da AUDGE, já tínhamos orientado, a qual enviaremos aos campi referentes a alguns procedimentos, mas especificamente em relação a contratação de empresas prestadoras de serviços com mão de obra exclusiva. ▪ Reforçaremos junto as DIADs, por recomendações da auditoria interna, orientações aos campi referentes quanto aos procedimentos por ocasião das contratações. |

PRINCIPAIS DESAFIOS

AÇÕES FUTURAS

CONTRATOS

- Estruturação da Diretoria de gestão de Contratos e consolidação da segregação dos tipos de fiscalização de contratos;
- Padronização de rotinas e procedimentos, fornecendo subsídios para avaliação do acompanhamento dos contratos, possibilitando a adoção de estratégias para a obtenção de melhores resultados;
- Estímulo ao desenvolvimento da cultura institucional de planejamento da contratação;
- Melhoramento da divulgação das informações dos contratos do IFRN e da capacidade de resposta frente a maior rotatividade de fornecedores para os serviços continuados com mão de obra com dedicação exclusiva.
- Integração maior entre fases de planejamento da contratação e gestão contratual.

- Proceder atualizações do módulo Suap visando a melhoria do módulo de acompanhamento dos contratos;
- Fomento à elaboração de manuais e fluxogramas sobre rotinas e processos gestão e fiscalização de contratos, a partir de projetos de pesquisas;
- Realização de reuniões e encontros periódicos com as equipes de planejamento e contratações das unidades administrativas que compõem o IFRN;
- Acomodação do ambiente de consulta dos contratos no Suap e orientação sobre como consultar os dados do IFRN no portal da transparência;
- Migração dos setores de contratos nos Campi para a centralização na Reitoria da Diretoria de Gestão de Contratos e coordenações por serviços especializados;
- Celebração de contratos centralizados na Reitoria para todas as unidades por tipo de serviço especializado, sempre que oportuno.

3.4. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

3.4.1. CONFORMIDADE LEGAL

Com relação à gestão do patrimônio institucional, o IFRN cumpre toda a legislação vigente quanto a aquisição via certames licitatórios, em cumprimento à Lei nº 14.133/21 e demais normativos. Para efetivar o controle patrimonial, a instituição dispõe de módulo no SUAP que acolhe o registro de todos os itens com os respectivos tombamentos, depreciações, transferências e baixas. A conciliação desses registros é realizada mensalmente, com os saldos registrados no SIAFI.

Em relação à gestão de infraestrutura, o IFRN, ao desenvolver seus projetos arquitetônicos, adota critérios de sustentabilidade, baseando-se na Lei nº 12.349/2010, que tem

a finalidade protecionista e de desenvolvimento nacional, incluindo o desenvolvimento sustentável como diretriz governamental. Segue priorizando as contratações públicas sustentáveis, conforme Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Fundamenta-se ainda nas diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais normas vigentes. Com relação aos orçamentos dos projetos, estes são preparados de acordo com o disposto no Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência

de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. No tocante à gestão da infraestrutura, o IFRN visa garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, normatizada pelo Decreto 5.296/2004. Além disso, todos os projetos devem estar de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis, reunidas na NBR 5090, que tem como foco a acessibilidade em um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações.

3.4.2. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

TIPO DE INVESTIMENTO: OBRA - VALOR INVESTIDO EM 2024: R\$ 8.697.860,57

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO ESPERADO
Construção do Museu da Mulher em Lajes	O Museu da Mulher do RN, no IFRN – Campus Lajes, celebra o protagonismo feminino na política e cultura do estado. Destaca-se por valorizar figuras históricas, como Alzira Soriano, e promover ações educativas e artísticas. Com acesso gratuito, será um espaço de pesquisa, extensão e ensino para a comunidade. e oferecendo programas educativos para a comunidade, fortalecendo o papel do IFRN como gestor e difusor do conhecimento.
Construção de blocos de sala de aula no campus Mossoró	Considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional e a crescente demanda por novos cursos técnicos, superiores, de mestrado e doutorado, torna-se essencial a ampliação do número de salas de aula. Essa expansão permitirá mais vagas, melhor infraestrutura para ensino, pesquisa e extensão, além de otimizar o espaço acadêmico, acompanhando o crescimento institucional.
Construção do Centro de Tecnologias em Águas em São Paulo do Potengi	A implantação do CT-Águas no IFRN – Campus São Paulo do Potengi fortalecerá a pesquisa e inovação no uso e tratamento de águas do semiárido, beneficiando a sociedade, o setor produtivo e órgãos públicos. Além de impulsionar a produção científica, promoverá formação qualificada para estudantes em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

TIPO DE INVESTIMENTO: EQUIPAMENTOS - VALOR INVESTIDO EM 2024: R\$ 10.774.763,69

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO ESPERADO
Aquisição de computadores para renovação do parque tecnológico do IFRN	2.147.590,53
Aquisição de contêineres para transformação em laboratórios no campus Caicó	1.038.400,00
Aquisição de Switch topo de rack para parque tecnológico do IFRN	420.000,00

TIPO DE INVESTIMENTO: VEÍCULOS - VALOR INVESTIDO EM 2024: R\$ 219.900,00

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO ESPERADO
Aquisição de veículo tipo <i>pick up</i> para o centro de tecnologia mineral	219.900,00

3.4.3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

MACROPROCESSO / ORIGENS DE RECURSOS SUAP	IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS
AD – Administração (AD.20RL.231796.4)	<p>Principais Áreas de Investimento</p> <p>Os investimentos foram direcionados principalmente para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição de equipamentos e materiais permanentes: Como computadores, purificadores de água, centrais eletrificadoras, aparelhos de ar-condicionado, móveis e utensílios para laboratórios e setores administrativos. ▪ Infraestrutura e manutenção: Incluindo reforço estrutural de muros, aquisição de equipamentos para manutenção de bens imóveis e materiais para melhorias na infraestrutura física dos <i>campi</i>. ▪ Tecnologia e segurança: Compra de equipamentos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), como notebooks e firewall para segurança da rede. ▪ Apoio ao setor acadêmico: Equipamentos para laboratórios de multimídia, audiovisual e áudio/vídeo. <p>Alguns Impactos por Campus</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Campus</i> Natal-Cidade Alta: Receberam investimentos significativos em aparelhos de ar-condicionado, purificadores de água, equipamentos de áudio e vídeo, além de mobília para modernização de suas instalações. ▪ <i>Campus</i> Parnamirim: Teve aporte financeiro para aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e equipamentos para o setor de manutenção. ▪ <i>Campus</i> Nova Cruz: Investimentos em cadeiras giratórias, equipamentos de proteção, segurança e bebedouros. ▪ <i>Campus</i> Ceará-Mirim: Destacou-se pela aquisição de condicionadores de ar para melhoria das salas e ambientes acadêmicos. ▪ <i>Campus</i> Currais Novos: Recebeu equipamentos de informática e audiovisual para aprimorar a infraestrutura tecnológica da unidade. ▪ <i>Campus</i> Lajes: Investimentos em cadeiras de rodas para acessibilidade e equipamentos de comunicação. ▪ <i>Campus</i> Mossoró: Além de melhorias na infraestrutura (reforço estrutural do muro), recebeu equipamentos para climatização dos ambientes. 	<p>Benefícios Observados</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria no conforto e ambiente acadêmico: A aquisição de ar-condicionado e mobiliário promove maior bem-estar para alunos e servidores. ▪ Atualização tecnológica: A compra de computadores e equipamentos de TIC fortalece a qualidade do ensino e pesquisa. ▪ Segurança e infraestrutura: Com reforço de estruturas físicas e aquisição de equipamentos de proteção, os <i>campi</i> se tornam ambientes mais seguros. ▪ Maior eficiência administrativa: A aquisição de veículos e equipamentos auxilia nos serviços internos, garantindo melhor funcionamento das atividades do IFRN. ▪ Considerações Finais ▪ Os investimentos realizados refletem um esforço contínuo para modernizar a infraestrutura do IFRN, tornando seus <i>campi</i> mais adequados às demandas acadêmicas e administrativas. O impacto positivo se traduz na melhora das condições de trabalho, aprendizado e pesquisa.

MACROPROCESSO / ORIGENS DE RECURSOS SUAP	IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS
<p>GE - Gestão Estratégica e Desenvolvimento Institucional.</p> <p>(Reserva Técnica do IFRN e Emendas Parlamentares:</p> <p>GE.20RG.239421.4, GE.20RG.239423.4, GE.20RG.247357.4, GE.20RL.231796.4, GE.20RL.239420.4)</p>	<p>Os investimentos realizados nos diferentes campi do IFRN impactaram diretamente a infraestrutura e os recursos disponíveis para estudantes e servidores. Com base nos valores investidos em cada unidade administrativa, é possível observar que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Houve um significativo aporte financeiro para aquisição de equipamentos e melhoria da infraestrutura nos campi. ■ Os investimentos foram direcionados para a atualização tecnológica, incluindo aquisição de computadores e equipamentos de TIC. ■ Melhorias na climatização dos ambientes acadêmicos com a aquisição de aparelhos de ar-condicionado. ■ Investimentos em mobiliário e laboratórios, permitindo melhores condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. <p>Os investimentos em obras (natureza de despesa 449051) realizados nos campi do IFRN tiveram impactos diretos na melhoria da infraestrutura física das unidades. Os principais destaques incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Expansão e Modernização: Diversos campi receberam investimentos significativos para ampliação de suas instalações, permitindo melhor acomodação dos estudantes e aprimoramento das condições de ensino. ■ Destaque para o Campus Avançado de Lajes: Recebeu um dos maiores investimentos em obras, indicando possíveis construções ou reformas estruturais significativas. ■ Melhorias na Infraestrutura Básica: Campi como Apodi, João Câmara e Canguaretama também receberam recursos para aprimoramento da infraestrutura, o que pode incluir reformas, acessibilidade e manutenção de prédios. 	<p>Para avaliar o custo-benefício dos investimentos realizados nos campi do IFRN, podemos considerar os seguintes pontos:</p> <p>Análise dos Custos (Investimentos Realizados)</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Os investimentos foram direcionados principalmente para equipamentos, infraestrutura tecnológica, mobiliário, climatização e obras. ■ O total investido varia significativamente entre os campi, com algumas unidades recebendo aportes expressivos para obras e aquisição de equipamentos. <p>Benefícios Observáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Melhoria na Infraestrutura: Ampliação e modernização dos espaços físicos, proporcionando melhores condições de ensino, pesquisa e extensão. ■ Atualização Tecnológica: A aquisição de equipamentos de TIC, como computadores e itens para laboratórios, melhora a qualidade da aprendizagem e do suporte acadêmico. ■ Conforto e Eficiência Energética: A climatização dos ambientes contribui para maior conforto dos alunos e servidores, impactando positivamente a produtividade e o bem-estar. ■ Expansão da Capacidade de Atendimento: Com reformas e novas construções, há maior possibilidade de atender novos estudantes e melhorar os serviços prestados à comunidade acadêmica.

MACROPROCESSO / ORIGENS DE RECURSOS SUAP	IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS
<p>IE – Infraestrutura (IE.20RG.231795.4; IE.20RL.231796.4)</p>	<p>Com o objetivo de garantir a conservação e a modernização das infraestruturas institucionais, foram realizadas diversas ações de reforma, ampliação e adequação em ambientes acadêmicos, administrativos e de uso geral em diferentes campi. As principais iniciativas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Instalações de Segurança: Adequação e melhorias nos sistemas de prevenção e combate a incêndios, bem como na instalação e modernização do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) nos campi. ■ Energia Sustentável: Ampliação da usina fotovoltaica em diversos campi, contribuindo para a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental da Instituição. ■ Infraestrutura Esportiva: Continuidade das obras de construção de três areninhas nos campi Caicó, Lajes e Ipanguaçu, além da quadra de areia em Parelhas. ■ Infraestrutura Acadêmica e Administrativa: <ul style="list-style-type: none"> ■ Continuidade da obra do refeitório e construção de um setor de saúde no campus Parnamirim. ■ Conclusão da construção da garagem no campus Canguaretama. ■ Ampliação de salas de aula e reforma do parque poliesportivo no campus da Zona Norte. ■ Continuidade da obra do Núcleo de Tecnologia (NUTEC) no campus Pau dos Ferros. ■ Construção de novos blocos de salas de aula no campus Mossoró. ■ Essas ações visam aprimorar a infraestrutura física dos campi, garantindo melhores condições para ensino, pesquisa e atividades administrativas, além de contribuir para a segurança e o bem-estar da comunidade acadêmica. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Os investimentos realizados contribuem diretamente para a materialização da missão e visão do IFRN, proporcionando melhorias significativas na infraestrutura institucional. Esses investimentos beneficiam os estudantes, garantindo espaços acadêmicos mais adequados, modernos e acessíveis, além de viabilizar a conclusão da obra de uma nova unidade do IFRN, ampliando a oferta de ensino e fortalecendo a qualidade da educação na Instituição

**MACROPROCESSO
/ ORIGENS DE
RECURSOS SUAP**
IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS
**AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO DOS
INVESTIMENTOS REALIZADOS**

Com base no relatório de investimentos do IFRN no macroprocesso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), os principais impactos dos investimentos nos campi do IFRN podem ser analisados da seguinte forma:

Principais Áreas de Investimento

Os investimentos em TIC foram direcionados para:

- **Aquisição de computadores:** Reforço na infraestrutura tecnológica de diversos campi e da Reitoria, proporcionando maior eficiência para atividades acadêmicas e administrativas.
- **Segurança da Informação:** Implementação de soluções de controle de acesso e videomonitoramento, especialmente no Campus São Paulo do Potengi.
- **Reforço na infraestrutura de rede:** Compra de switches e equipamentos para otimização da conectividade e estabilidade das redes institucionais.
- **Aprimoramento da infraestrutura energética:** Aquisição de nobreaks e equipamentos energéticos para garantir a continuidade das operações tecnológicas em unidades como o Campus João Câmara.

Impactos por Campus

- **Reitoria:** Recebeu significativos investimentos na aquisição de computadores e switches de topo de rack, fortalecendo a infraestrutura de TIC para gestão e operação administrativa.
- **Campus Avançado de Parelhas:** Um dos mais beneficiados, com a aquisição de computadores no valor de R\$ 100.099,56, contribuindo para a modernização dos laboratórios e setores administrativos.
- **Campus Apodi:** Investiu na aquisição de switch (R\$ 45.000,00) para reforçar a conectividade e estabilidade da rede interna.
- **Campus São Paulo do Potengi:** Implementou uma solução de controle de acesso e videomonitoramento (R\$ 1.384,00), aumentando a segurança patrimonial e acadêmica.
- **Campus João Câmara:** Investiu em no-breaks (R\$ 28.683,00), garantindo a continuidade dos serviços de TIC em casos de oscilação de energia.

Benefícios Observados

- **Melhoria no desempenho acadêmico:** Com a renovação de equipamentos de TIC, alunos e servidores passam a contar com computadores mais modernos, promovendo melhor produtividade e aprendizado.
- **Maior segurança digital e física:** A aquisição de soluções de segurança, como videomonitoramento e controle de acesso, reduz riscos de incidentes e protege a infraestrutura dos campi.
- **Estabilidade na infraestrutura de rede:** A compra de switches e nobreaks fortalece a conectividade e evita quedas de energia que possam prejudicar serviços essenciais.

Conclusão

- Os investimentos no macroprocesso de TIC modernizaram significativamente a infraestrutura tecnológica do IFRN, resultando em maior eficiência administrativa, segurança aprimorada e melhor suporte ao ensino e pesquisa.

TI - Tecnologia da Informação e Comunicação
(IE.20RG.231795.4;
IE.20RL.231796.4;
IE.20RG.239423.4)

3.4.4. LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Não houve locação de imóveis. Na locação de equipamentos se destaca a contratação de ilhas de impressão em diversos andares das unidades do IFRN para uso compartilhado entres setores administrativo e acadêmico.

3.4.5. MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES E DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Não houve mudanças e desmobilizações relevantes e desfazimento de ativos.

3.4.6. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

PRINCIPAIS DESAFIOS

AÇÕES FUTURAS

PATRIMÔNIO

- | PRINCIPAIS DESAFIOS | AÇÕES FUTURAS |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a movimentação de patrimônio, através das requisições de transferências. ▪ Manter atualizados os termos de responsabilidade dos servidores responsáveis por carga patrimonial, bem como a localização atual dos bens inventariados. ▪ Gerenciar novas formas de aquisição de materiais, como almoxarifado virtual e aquisições através da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantendo os controles necessários. ▪ Controlar a transferência de cargas com a movimentação de pessoal intercampi. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construir, junto ao sistema informacional do órgão, um mecanismo de controle mais eficaz quanto à responsabilidade atribuída aos servidores que detêm carga patrimonial. ▪ Organizar fluxo interno e procedimentos para integrar Suap e o sistema que venha a centralizar as informações do Governo Federal. ▪ Elaborar uma sistemática, por meio de cronograma, para que sejam loteados os itens ociosos enquanto aguardam a baixa num período trimestral, ou de acordo com o tipo de material, ou de acordo com o valor do bem. |



INFRAESTRUTURA

- **Elaboração e Implementação de Planos Diretores:** Estruturar diretrizes sistêmicas para que cada campus desenvolva seu próprio Plano Diretor de Infraestrutura (PDInfra), considerando a distribuição e utilização dos espaços físicos.
- **Desenvolvimento de um Plano de Manutenção Sistêmica:** Padronizar e estabelecer parâmetros para inspeção e manutenção preventiva das edificações, garantindo maior durabilidade e segurança das instalações.
- **Gestão da Alta Demanda de Infraestrutura:** Lidar com o grande volume de atividades da Diretoria, equilibrando demandas emergenciais com ações estratégicas de longo prazo.
- **Limitações Orçamentárias:** Superar os desafios impostos pelas restrições financeiras, garantindo a execução de obras e manutenções prioritárias.
- **Engajamento dos Servidores:** Ampliar a participação dos servidores na elaboração e execução dos planos de infraestrutura e manutenção, promovendo capacitações e suporte técnico.
- **Implantação de Novas Tecnologias:** Incorporar metodologias inovadoras, como o uso da tecnologia Building Information Modeling (BIM) nos projetos, visando otimizar processos, reduzir custos e aumentar a eficiência na execução das obras.
- **Fortalecimento da Estrutura Técnica:** Intensificar e estruturar os Núcleos de Engenharia nos campi, proporcionando maior suporte técnico local e aprimorando a gestão da infraestrutura.

- **Definição de Diretrizes e Normas para os Planos Diretores:** Criar orientações detalhadas para auxiliar os campi na elaboração dos seus respectivos PDInfra.
- **Implementação do Plano de Manutenção Preventiva:** Estruturar e orientar os campi na execução de inspeções e manutenções sistemáticas das edificações.
- **Expansão e Melhoria da Infraestrutura:** Continuar a execução de reformas, ampliações e construções, garantindo ambientes mais seguros e adequados para a comunidade acadêmica.
- **Sustentabilidade e Eficiência Energética:** Promover ações de eficiência energética, como a ampliação da geração de energia fotovoltaica e a otimização do consumo de água e eletricidade.
- **Capacitação Técnica:** Oferecer treinamentos e orientações para os servidores sobre fiscalização de obras, manutenção predial e aplicação das normativas de infraestrutura.
- **Otimização dos Recursos:** Desenvolver estratégias para melhor alocação dos recursos financeiros, priorizando demandas críticas e buscando alternativas para reduzir custos operacionais.
- **Implantação do Uso da Tecnologia BIM:** Adotar a modelagem BIM nos projetos da DIENG, permitindo maior precisão nas execuções, integração entre disciplinas e melhor gerenciamento das obras.
- **Intensificação dos Núcleos de Engenharia:** Estruturar e fortalecer os Núcleos de Engenharia nos campi, garantindo maior autonomia e eficiência na gestão da infraestrutura local.

Essas ações visam aprimorar a gestão da infraestrutura do IFRN, garantindo qualidade, segurança e eficiência na utilização dos espaços institucionais, além de modernizar processos e otimizar recursos.

3.5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3.5.1. CONFORMIDADE LEGAL

A gestão de tecnologia da informação no IFRN segue rigorosamente os mecanismos de conformidade legal, garantindo que todas as contratações e processos relacionados à TIC estejam alinhados às normativas vigentes. Além disso, a DIGTI atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas para dar suporte aos processos institucionais, em conformidade com legislações e decretos federais.

Desde 2018, destaca-se a implantação do processo eletrônico no IFRN, em atendimento ao Decreto 8.539/2015, que trata da digitalização e eliminação do uso de papel na tramitação de documentos oficiais. Atualmente, todos os processos administrativos

são conduzidos eletronicamente, garantindo maior eficiência, transparência e celeridade, com um volume acumulado superior a 76.375 processos eletrônicos.

Em relação ao Decreto 8.777/2016, que estabelece a Política de Dados Abertos do Governo Federal, o IFRN mantém em funcionamento o Portal de Dados Abertos (dados.ifrn.edu.br). Esse portal promove a transparência ativa, disponibilizando informações institucionais de forma automatizada, reduzindo a necessidade de intervenção manual e garantindo a atualização contínua dos dados definidos no Plano de Dados Abertos.

No âmbito das contratações de TIC, a DIGTI tem implementado processos alinhados à Lei nº 14.133/2021, que substituiu a Instrução Normativa 04/2014. A adequação às novas diretrizes tem exigido um esforço contínuo na capacitação das equipes e na adaptação dos processos de aquisição, visando maior eficiência e segurança jurídica. Exemplos dessas adequações incluem a adesão a atas de registro de preços para a contratação de serviços de TIC e a atualização dos instrumentos de planejamento, como o Plano de Contratações de TIC (PCTIC), essencial para garantir alinhamento estratégico e orçamentário.

3.5.2. MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

A governança de TIC no IFRN está estruturada com base em instrumentos normativos e estratégicos que garantem a gestão eficiente dos recursos tecnológicos. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) passou por revisões periódicas para se adequar às novas demandas institucionais, incluindo a incorporação de elementos do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano de Capacitação de Servidores de TI.

A estrutura de governança de TI conta com o apoio do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), responsável por deliberar sobre prioridades e investimentos na área. No entanto, a dificuldade na realização de reuniões regulares devido a restrições orçamentárias e sobrecarga operacional tem sido um desafio para a efetividade desse comitê.

O IFRN conta atualmente com uma força de trabalho de TI composta por 104 profis-

sionais, distribuídos entre a Reitoria e os campi. A DIGTI centraliza a gestão dos serviços sistêmicos, como SUAP, e-mail institucional, Portal do IFRN, autenticação centralizada e infraestrutura de redes, enquanto os campi gerenciam serviços locais, como suporte técnico e gestão de equipamentos. Em algumas unidades, há apenas um servidor de TI, o que gera sobrecarga e demanda soluções alternativas para garantir o suporte adequado.

Para a capacitação dos servidores de TI, o IFRN tem utilizado cursos da Escola Superior de Redes (ESR/RNP), incluindo formações financiadas via contratos de gestão e programas da SETEC/MEC. Além disso, a DIGTI estruturou programas internos de capacitação, abordando temas como segurança da informação, monitoramento de redes, virtualização e boas práticas de gestão de TIC.

O processo de desenvolvimento do SUAP passou por melhorias significativas, consolidando o módulo de Demandas como

ferramenta oficial para gestão de solicitações de desenvolvimento e manutenção. Essa sistematização possibilita melhor acompanhamento das requisições, maior transparência nas liberações de novas funcionalidades e otimização do trabalho das equipes de desenvolvimento.

A gestão dos atendimentos de TI é realizada por meio da Central de Serviços, onde todas as solicitações dos usuários são registradas, classificadas e monitoradas. Essa abordagem permite a escalabilidade dos aten-

dimentos, garantindo maior controle sobre os prazos de resposta e a qualidade dos serviços prestados.

Por fim, a DIGTI segue investindo na modernização da infraestrutura tecnológica, na expansão da conectividade e na adoção de novas soluções de segurança e automação, alinhadas às melhores práticas de governança digital. O objetivo é fortalecer a transformação digital no IFRN, promovendo inovação, eficiência e acessibilidade nos serviços oferecidos à comunidade acadêmica.

3.5.3. MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI - 2024			
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2024
Investimento	1.245.699,72	0,00	181.136,24
Custeio	1.407.431,06	573.953,51	996.219,80
TOTAL	2.653.130,78	573.953,51	1.177.356,04

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.5.4. GASTOS DE TI POR PLANO INTERNO

OBJETIVO ESTRATÉGICOS ATENDIDOS	PLANOS INTERNOS	VALOR EMPENHADO (R\$)
ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados		
ES2 - Fortalecer a sustentabilidade	L20RLP99TIN	1.691.661,09
ES3 - Promover a apropriação da institucionalidade pela comunidade interna e pela sociedade	DIGTI-ACOES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO_20RL	
ES4 - Fortalecer as políticas inclusivas e afirmativas		
ES5 - Desenvolver a internacionalização no IFRN		
GI2 - Implementar a Gestão de Processos		
GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores	L20RLP60TIN	814.986,13
GI4 - Consolidar a gestão de TI	DIGTI-MATERIAL DE CONSUMO E PERMAN DE TI 20RL	
GI5 - Implantar a gestão de infraestrutura		
OR2 - Garantir a eficiência do gasto público		
PA3 - Fortalecer as ações de projetos e programas de extensão nos territórios de abrangência	L20RGP60TIN	146.483,56
PA5 - Fortalecer o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação voltados à transferência de tecnologia social	DIGTI-MATERIAL PERMANENTE DE TI - ACAA 20RG	

3.5.5. CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Nº CONTRATO	OBJETO DO CONTRATO (DETALHAR)	VALORES PAGOS EM 2024
192/2021	Subscrição de licenças educacionais do Microsoft 365 Education A3	R\$ 408.282,20
170/2021	Contratação de link dedicado de 1 Gbps para o datacenter do IFRN	R\$ 28.800,00
022/2021	Aquisição de solução de firewall de próxima geração (NGFW) com suporte de 60 meses	R\$ 0,00
224/2023	Manutenção da infraestrutura do datacenter, incluindo UPS, refrigeração e combate a incêndio	R\$ 521.095,00
10/2023	Fornecimento de solução de hiperconvergência para virtualização de desktops	R\$ 3.817.050,00

3.5.6. PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
<p>GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores</p> <p>GI4 - Consolidar a gestão de TI</p> <p>GI2 - Implementar a Gestão de Processos</p>	<p>TA - Aplicação de tecnologias disruptivas para apoio e aprimoramento da gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução do tempo médio de atendimento e aumento da satisfação dos usuários. ▪ Maior controle e transparência na gestão de demandas de TIC. ▪ Maior estabilidade e desempenho dos serviços digitais. ▪ Maior previsibilidade e alinhamento das contratações às necessidades institucionais. ▪ Redução de riscos operacionais e jurídicos nas aquisições de TIC. ▪ Maior eficiência na gestão de recursos e planejamento de investimentos. ▪ Redução de burocracia e tempo de tramitação de processos administrativos. ▪ Melhor uso de dados institucionais para planejamento estratégico e monitoramento de indicadores. ▪ Maior capacidade de análise e visualização de dados institucionais. ▪ Redução de vulnerabilidades e aumento da proteção dos dados institucionais.



OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
<p>ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados</p> <p>ES2 - Fortalecer a sustentabilidade</p> <p>GI4 - Consolidar a gestão de TI</p>	<p>TB - Contratação de Desktop Virtual</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da experiência dos estudantes e professores no uso dos sistemas institucionais. ▪ Maior eficiência na gestão acadêmica e suporte à permanência estudantil. ▪ Redução do consumo de energia nos datacenters institucionais. ▪ Maior eficiência no uso de recursos computacionais. ▪ Modernização da infraestrutura para acesso remoto e virtualização de desktops, reduzindo custos com aquisição e manutenção de equipamentos físicos.
<p>GI4 - Consolidar a gestão de TI</p>	<p>TC - Suap Framework</p> <p>TD - Execução do PDTI</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualização e padronização do framework do SUAP, garantindo maior desempenho, segurança e facilidade de manutenção e evolução do sistema. ▪ Implementação das ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), promovendo maior governança e alinhamento estratégico das iniciativas de TIC no IFRN.

3.5.7. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Com o objetivo de garantir a proteção eficaz dos dados, informações e conhecimentos produzidos no IFRN, a DIGTI tem aprimorado suas práticas de Segurança da Informação por meio da adoção de novas políticas, tecnologias e capacitação de sua equipe. A atuação da DIGTI ocorre em colaboração com a RNP e instituições da Rede Federal, fortalecendo a resposta a incidentes de segurança e a mitigação de ameaças cibernéticas.

Os incidentes e vulnerabilidades detectados pela RNP na rede acadêmica do IFRN continuam sendo registrados no SGIS (Sistema de Gestão de Incidentes de Segurança), permitindo um acompanhamento detalhado e respostas ágeis. Em 2024, a DIGTI tratou incidentes de segurança e vulnerabilidades críticas, com destaque para casos envolvendo tentativas de *phishing*, *ransomware* e acessos não autorizados a sistemas institucionais.

Foram adotadas medidas preventivas como reforço na autenticação em dois fatores, implementação de monitoramento avançado e atualização das diretrizes internas de segurança digital e a quantidade desse tipo de atendimento foi relacionada no Quadro 6.

QUADRO 6: SERVIÇOS MAIS DEMANDADOS NA ÁREA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

#	SERVIÇO	QUANTIDADE DE CHAMADOS
1	Requisitar Políticas e Procedimentos de Segurança	15
2	Informar incidente de segurança da informação	13
3	Requisitar Gestão de Patch e Atualizações	4
4	Requisitar Avaliação de Risco e Vulnerabilidade	2
5	Requisitar configuração de Firewall e Proteção de Perímetro	2
6	Realizar Pentestes e Avaliação de Segurança	1

Fonte: Suap. 2025.

No contexto de governança da Segurança da Informação, o IFRN avançou no processo de formalização do Centro de Tratamento e Respostas a Incidentes de Segurança da Informação (CTIR/CSIRT), uma iniciativa conjunta com a RNP. Esse centro atua na identificação, análise e mitigação de ameaças cibernéticas, garantindo uma resposta rápida a incidentes como comprometimento de credenciais, ataques de negação de serviço (DDoS) e tentativas de exploração de vulnerabilidades em aplicações web. A formalização do CTIR fortalece a capacidade do IFRN de bloquear acessos suspeitos, desativar máquinas comprometidas e adotar políticas de contenção de incidentes em tempo hábil.

Além disso, houve investimentos estratégicos em capacidade técnica e treinamento

dos servidores de TI, com participação ativa nas capacitações oferecidas pela Escola Superior de Redes da RNP (ESR/RNP). Em 2024, foram realizados treinamentos focados em pentest (teste de invasão), auditoria de segurança, operação de firewalls e análise forense digital, preparando as equipes para lidar com ameaças cada vez mais sofisticadas. Como resultado dessas ações, foi possível aumentar a resiliência dos serviços institucionais, reduzindo a superfície de ataque e melhorando a resposta a incidentes.

A modernização da infraestrutura de segurança também foi um marco deste período, com a expansão das soluções de firewall, implementação de novas regras de detecção de intrusão (IDS/IPS), aprimoramento das políticas de controle de acesso e segmentação

de rede. Essas medidas contribuíram significativamente para aumentar a proteção dos ativos institucionais e garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Por fim, a DIGTI segue atuando para fortalecer a cultura de Segurança da Informação no IFRN, promovendo campanhas internas de conscientização sobre boas práticas digitais, reforçando políticas de senhas e acessos, e estimulando o uso seguro dos serviços institucionais. Esses esforços garantem que a instituição esteja cada vez mais preparada para enfrentar desafios na área de cibersegurança e manter a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações institucionais.

3.5.8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

PRINCIPAIS DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
PATRIMÔNIO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restrições orçamentárias para investimentos em infraestrutura e modernização de TIC. ▪ Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e fortalecimento da segurança da informação diante do aumento de ameaças cibernéticas. ▪ Modernização e escalabilidade do SUAP, incluindo a melhoria de desempenho e ampliação de funcionalidades para atender demandas institucionais. ▪ Capacitação e retenção de pessoal técnico, diante da alta demanda por profissionais qualificados e a crescente complexidade dos serviços de TI. ▪ Expansão da infraestrutura de conectividade e datacenter, acompanhando o crescimento da demanda por serviços digitais e ensino remoto. ▪ Aprimoramento da governança de TI e alinhamento com as diretrizes do Governo Federal, incluindo novas regulamentações do MEC e MGI. ▪ Eficiência nos processos de aquisição e contratação de TIC, considerando as exigências da Lei nº 14.133/2021 e a burocracia associada. ▪ Fortalecimento da integração entre TIC e áreas acadêmicas e administrativas, garantindo maior alinhamento estratégico e otimização dos serviços. ▪ Expansão e aprimoramento do Portal Institucional, com foco em acessibilidade, usabilidade e integração com sistemas internos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Buscar fontes alternativas de financiamento, como parcerias institucionais, editais e emendas parlamentares, além de otimizar os recursos disponíveis. ▪ Ampliar a implementação de políticas de segurança, investir em monitoramento contínuo e auditoria de acessos, além de capacitar servidores sobre boas práticas de proteção de dados. ▪ Consolidar o SUAP <i>Framework</i>, acelerar a implementação de novos módulos, garantir maior interoperabilidade com sistemas externos e aprimorar a experiência do usuário. ▪ Expandir programas de capacitação técnica, incentivar a participação em cursos especializados (ex.: ESR/RNP), além de propor estratégias para maior retenção de talentos. ▪ Ampliar investimentos em hiperconvergência, migrar serviços para uma arquitetura mais escalável e otimizar a distribuição de recursos computacionais. ▪ Reforçar a política de governança digital, adequar processos às diretrizes de contratação pública de TIC, e fortalecer a gestão estratégica de TI baseada em indicadores. ▪ Estruturar novos modelos de contratação, como contratos guarda-chuva, adesão a atas de registro de preços e otimização dos planos de aquisição de TIC. ▪ Estabelecer comitês permanentes de TI, realizar consultas frequentes com usuários finais e desenvolver ferramentas que automatizem processos internos. ▪ Implementar novas funcionalidades, melhorias na interface e garantir maior transparência e atualização automática de informações.

3.6. GESTÃO DE CUSTOS

3.6.1. ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

ÁREA	ESTIMATIVA DE CUSTOS
Áreas finalísticas (Macroprocessos: Ensino, pesquisa e extensão)	9.732.000,77
Áreas de apoio (Demais Macroprocessos: Administração; Atividades Estudantis; Comunicação Institucional; Gestão de Pessoas; Gestão Estratégica e Desenvolvimento Institucional; Governança; Infraestrutura; Internacionalização; e Tecnologia da Informação e Comunicação)	83.491.331,33

O cálculo dos custos de cada área foi feito tomando-se por base apenas os recursos relativos às despesas correntes (Grupo de Natureza de Despesa - GND 3), excluindo-se, portanto, as despesas com pessoal e investimento. Desse montante, foram deduzidas ainda as despesas de pessoal pagas com recursos do GND 3 (benefícios pagos aos servidores, como auxílio transporte, alimentação etc.). Para as áreas finalísticas, foram computadas as despesas nas atividades dos Macroprocessos sob as gestões das Pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e de Extensão. As despesas dos demais Macroprocessos foram computadas no custo

das áreas de apoio, sob a gestão da Pró-reitoria de Administração; Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Assessoria Administrativa; Diretoria de Gestão de Pessoas; Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis; Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação e Comunicação; Diretoria Sistêmica de Infraestrutura; Diretoria Sistêmica de Internacionalização; e Diretoria Sistêmica de Comunicação Institucional.



Imagem de Freepik

3.6.2. ESTIMATIVA DE CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO	PROJETO DE LEI	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	
TOTAL									
			791.894.276,00	801.837.763,00	833.688.767,00	827.081.229,73	781.044.690,07	696.219.204,62	
0909	Operações especiais: outros encargos especiais	00S6	Benefício especial - Lei n. 12.618, de 2012	13.000,00	13.000,00	13.000,00			
0910	Operações especiais: gestão da participação em organismos e	00PW	Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	106.700,00	104.983,00	128.799,00	128.798,89	128.798,89	
5112	Educação profissional e tecnológica que transforma	20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.500.000,00	14.166.838,00	11.395.000,00	11.394.722,16	1.626.449,05	1.573.504,75
		20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	68.590.897,00	66.289.680,00	74.228.736,00	739.928.20,09	468.898.57,88	454.260.36,66
		21B3	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica	1.750.000,00	1.693.812,00	1.750.000,00	1.749.999,80	1.141.333,70	1.071.717,09
		2994	Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	21.549.920,00	21.208.530,00	21.702.221,00	21.702.220,48	13.520.830,91	11.853.717,57

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO	PROJETO DE LEI	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
TOTAL	791.894.276,00		801.837.763,00	833.688.767,00	827.081.229,73	781.044.690,07	696.219.204,62	
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	0181	Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	85.456.618,00	85.456.618,00	88.255.469,00	87.504.072,23	84.611.594,49
		09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	93.072.299,00	93.072.299,00	94.481.072,00	93.037.313,74	93.037.313,74
		2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	7.606.887,00	7.606.887,00	9.857.518,00	9.724.551,24	8.787.123,52
		20TP	Ativos Cíveis da União	479.797.943,00	479.797.943,00	489.591.950,00	485.981.360,07	411.882.654,90
		212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	31.050.012,00	31.050.012,00	40.951.471,00	40.532.901,73	36.897.977,14
		4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.400.000,00	1.377.161,00	1.333.531,00	1.332.469,30	957.220,63

3.6.3. RELACIONAMENTO ENTRE OS PROGRAMAS E RELEVÂNCIA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os programas governamentais apresentados anteriormente, através dos quais o IFRN obteve os recursos utilizados no ano de 2018, estão originalmente previstos na Lei nº 13.249/2016, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) do período de 2016 a 2019. Deste modo, eles estão apresentados também na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018. Os programas dividem-se em dois grandes grupos: 1 - programas de gestão e manutenção e operações especiais; e 2 - programas temáticos. A cada programa, correspondem uma ou mais ações.

3.6.3.1. PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO E OPERAÇÕES ESPECIAIS

Programas de gestão e manutenção são descritos no art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.249 (Plano Plurianual) como aqueles que “expressam e orientam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental”. Já as operações especiais são definidas no art. 4, inciso XII como “as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações do Governo federal, das quais não resulta um produto e não é gerada contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”. Os programas utilizados pelo IFRN já foram citados acima:

- 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais;

- 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais;
- 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação.

Embora os recursos oriundos desses programas não sejam aplicados nos macroprocessos finalísticos do IFRN (aqueles relacionados ao atendimento das finalidades legais do Instituto), eles são fundamentais à manutenção da Instituição, uma vez que funcionam como suporte para a execução do programa temático (aquele que atende aos macroprocessos finalísticos). Dentro destes programas, estão incluídas as ações de pagamento de servidores ativos e inativos, bem como de auxílios e benefícios previstos em lei, atendendo ao princípio da legalidade. Essas ações ocupam a maior fatia do orçamento institucional e têm influência indireta no cumprimento dos objetivos institucionais, por exemplo, ao subsidiar a força de trabalho que realiza atividades necessárias ao alcance dessas metas. Como exemplos de objetivos alcançados com o apoio indireto desses programas, pode-se citar: ministrar educação profissional, ministrar cursos de formação inicial e continuada, fomentar a pesquisa, desenvolver atividades de extensão e ofertar cursos superiores de tecnologia e bacharelado. Dentre as atividades com recursos oriundos dos programas supramencionados, podem ser citadas, por exemplo: o pagamento dos docentes que ministram as aulas, o pagamento dos servidores que trabalham no gerenciamento das ofertas de cursos, no desenvolvimento de ferramentas no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) que auxiliam a gestão de bolsas de pesquisa e extensão.

Além disso, dentro dos programas de gestão e manutenção está inclusa a ação “4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, sendo reconhecidamente umas das forças da instituição possuir professores e técnicos administrativos bem capacitados. A capacitação permite um melhor conhecimento do seu fazer, por parte dos servidores, garantindo melhores caminhos para a resolução dos problemas, culminando no alcance dos objetivos e finalidades e atendimento do princípio da eficiência.

3.6.3.2. PROGRAMAS TEMÁTICOS

São descritos no Art. 5º, inciso I, da Lei nº 13.249 (Plano Plurianual) como aqueles que “expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade”. Além disso, os programas temáticos apresentam, dentre outros elementos, um objetivo constituinte. O programa temático com recursos repassados ao IFRN também foi descrito anteriormente:

- **2080 - Educação de qualidade para todos:** o objetivo deste programa está descrito no Plano Plurianual 2016-2019 como “Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024”. Esse objetivo relaciona-se intimamente com os objetivos do IFRN. Seus recursos são empregados diretamente nos macroprocessos
- finalísticos do IFRN (aqueles que garantem o ensino, pesquisa e extensão), fomentando suas políticas nessas áreas, além de permitirem as políticas de assistência estudantil e a gestão administrativa do Instituto. É, portanto, o programa cujos recursos apresentam maior versatilidade e heterogeneidade nas despesas. Por essa razão, vale lembrar as três ações componentes do programa que são aplicadas na instituição:
- **20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica:** seus recursos permitem a ampliação do espaço físico onde são executadas a maior parte das ações institucionais. Ter ambientes agradáveis, seguros e funcionais é um elemento fundamental para atingir os objetivos e finalidades institucionais;
- **20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica:** ação mais heterogênea, que permite a organização dos processos seletivos para discentes, aquisição de material de consumo e equipamentos utilizados nas aulas e ambientes de apoio, bolsas de tutoria, monitoria
- e estágio, fomentando as ofertas de cursos de extensão e permitindo ainda a participação de discentes e docentes em eventos nacionais e internacionais, além de reformas e manutenção dos espaços físicos, dentre outras finalidades, consolidando o alcance de todos os objetivos e finalidades;
- **2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica:** permite a compra de equipamentos e materiais de consumo para serem utilizados pelos discentes, permite a oferta de bolsas de alimentação para estudantes, possibilita ainda a realização de aulas externas, dentre outras atividades, melhorando os índices de permanência e êxito discente, garantindo, portanto, a consolidação da oferta de vagas de educação profissional e tecnológica.

3.6.4. ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS E MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS

	ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS	MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS
PRINCIPAIS DESAFIOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar a alocação equilibrada de recursos orçamentários entre os <i>Campi</i>, independente da origem do recurso; ▪ Buscar a ascensão dos <i>campi</i> avançados em Lajes, Jucurutu e Parelhas para <i>campus</i>, sem vinculação administrativa a outra unidade, e com quantidade de servidores e de alunos e orçamento equivalentes ao encontrado em outros campi localizados em cidades de proporções parecidas, em relação a abrangência territorial e/ou número de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter o equilíbrio financeiro do IFRN na perspectiva de indutora de desenvolvimento local, como parte de sua função social; ▪ Promover maior integração entre o planejamento das contratações, a gestão de contratos e a gestão de riscos com o planejamento estratégico, buscando maior efetividade no alcance dos objetivos institucionais; ▪ Consolidar o planejamento de 23 unidades em um planejamento institucional que seja sensível às necessidades e particularidades de cada campus e, ao mesmo tempo, uniforme.
AÇÕES FUTURAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter diálogo com a bancada federal visando a destinação de emendas parlamentares ao IFRN, de modo a atender o máximo de unidades; ▪ Fomentar a diversificação na captação de recursos orçamentários: emendas parlamentares com a bancada federal; Termos de Execução Descentralizada com outras instituições federais; arrecadação via GRU com a iniciativa privada ou instituições públicas pertencentes a outro ente federativo ou empresas estatais; ▪ Maior participação na divisão da matriz CONIF; ▪ Sensibilizar o MEC para a ascensão dos campi avançados para o status de Campus, com a atualização da participação orçamentária, o que proporcionará maior autonomia administrativa e orçamentária aos campi avançados e reduzirá a possibilidade de rateio orçamentário de outras unidades visando atender o seu funcionamento; ▪ Otimizar os gastos nos campi avançados visando adequar os recursos alocados para a manutenção e funcionamento dessas unidades à realidade orçamentária disponibilizada pela rede (Setec). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar soluções de mercado mais adequadas para atender demandas institucionais eventuais ou que incidam regularmente com uma baixa frequência, a exemplo da manutenção e conservação de bens imóveis e equipamentos e o transporte coletivo de passageiros; ▪ Adotar uma abordagem de gestão de riscos integrada ao planejamento estratégico e a tomada de decisão; ▪ Construir instrumentos para mensuração de custos e, assim, ter condições de priorizar e cortar ações que precisam ser reforçadas ou descontinuadas.

3.7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.7.1. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Os critérios adotados nos processos licitatórios seguem rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, em especial a Instrução Normativa nº 01/2010, além da instrução normativa o IFRN deve seguir o plano de logística sustentável nomeada através da portaria 1758/2023-RE/IFRN. A DILIC assegura a conformidade do cumprimento de todas os processos licitatórios, promovendo um trabalho contínuo de orientação junto

aos campi para garantir o cumprimento das normas legais.

Um exemplo desse acompanhamento é a orientação para que os fiscais de contratos realizem um monitoramento rigoroso das atividades. Além disso, é obrigatória a assinatura de uma declaração de obediência aos critérios de sustentabilidade ambiental por parte das empresas licitantes, a qual deve ser

apresentada no ato da proposta e disponibilizada no momento da publicação.

Importante ressaltar que, conforme a legislação, cabe aos setores demandantes a definição dos critérios de sustentabilidade, sempre com a orientação da DILIC, garantindo assim que as normas sejam aplicadas de forma eficaz e responsável.

3.7.2. AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

A DIENG tem implementado diversas ações voltadas à sustentabilidade e à otimização do consumo de recursos naturais, promovendo eficiência energética e hídrica em todas as unidades do IFRN. As iniciativas adotadas e os resultados obtidos estão descritos a seguir:

AÇÃO EMPREENDIDA	RESULTADOS OBTIDOS (ECONOMIA GERADA/RESULTADOS ALCANÇADOS)
Eficiência Energética	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação, instalação, manutenção e monitoramento de painéis fotovoltaicos – Redução significativa do consumo de energia elétrica fornecida pela concessionária, resultando em economia mensal na conta de energia. ▪ Substituição de aparelhos de ar-condicionado – Equipamentos antigos, com alto custo de manutenção e elevado consumo energético, foram substituídos por modelos com selo Procel Classe A, garantindo maior eficiência energética. ▪ Troca de lâmpadas convencionais por LED – Melhoria na iluminação e redução do consumo de energia em ambientes internos e externos. ▪ Conscientização sobre o consumo energético – Campanhas institucionais divulgadas por e-mail e cartazes, incentivando servidores e alunos a adotarem práticas sustentáveis no uso de energia elétrica.

AÇÃO EMPREENDIDA	RESULTADOS OBTIDOS (ECONOMIA GERADA/RESULTADOS ALCANÇADOS)
Gestão Sustentável da Água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perfuração e monitoramento de poços tubulares artesianos – Instalação de hidrômetros para acompanhamento e controle do consumo, possibilitando o desenvolvimento de políticas de uso sustentável da água pela comunidade acadêmica. ▪ Manutenção preventiva e corretiva de tubulações subterrâneas – Redução de perdas de água por vazamentos, contribuindo para o uso eficiente dos recursos hídricos. ▪ Reaproveitamento de água em diversas aplicações: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Água de pias dos banheiros: direcionada para irrigação de jardins. ▪ Água cinza: passa por sistemas de filtração e purificação para uso na jardinagem. ▪ Água coletada de condicionadores de ar e destiladores: armazenada e utilizada para limpeza de corredores e pátios, reduzindo o consumo de água potável.
Ações de Conscientização e Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Campanhas educativas sobre consumo consciente – Divulgação de materiais informativos por meio de panfletos, cartazes e adesivos fixados em murais, salas de aula, laboratórios e ambientes administrativos, alertando sobre a importância da economia de água e energia. ▪ Palestras e treinamentos – Capacitação de servidores e terceirizados sobre boas práticas de racionalização do uso de recursos naturais. ▪ Otimização do sistema de irrigação dos jardins – Implementação de acionamento automático para evitar desperdícios.

3.7.3. REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

A DIENG tem implementado diversas iniciativas para a redução e destinação adequada de resíduos poluentes, promovendo a sustentabilidade e a preservação ambiental em todas as unidades do IFRN. A seguir, são apresentadas as ações realizadas e os respectivos resultados alcançados:

RESÍDUO POLUENTE	RESULTADOS OBTIDOS (REDUÇÃO ALCANÇADA/ECONOMIA GERADA)
Pilhas, baterias e resíduos eletrônicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação e manutenção de lixeiras específicas para coleta de pilhas e baterias, bem como ampliação dos pontos de descarte de lixo eletrônico, reduzindo a poluição ambiental. ▪ Contratação de empresas especializadas para recolhimento e destinação ambientalmente adequada desses resíduos.
Resíduos hospitalares	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequação dos procedimentos de acondicionamento de resíduos hospitalares, garantindo maior segurança no armazenamento. ▪ Contratação de empresas especializadas para transporte e destinação correta dos resíduos, promovendo a proteção da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

RESÍDUO POLUENTE	RESULTADOS OBTIDOS (REDUÇÃO ALCANÇADA/ECONOMIA GERADA)
Resíduos comuns	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação da separação de resíduos recicláveis e não recicláveis nos campi, reduzindo a geração de lixo comum. ▪ Implementação de coleta seletiva, com destinação dos materiais recicláveis a instituições parceiras, incluindo cooperativas e prefeituras. ▪ Em algumas unidades, como no Campus Apodi, houve contrapartida na forma de materiais reciclados, como vassouras, provenientes da destinação correta dos resíduos. ▪ Para resíduos não recicláveis, como lixo orgânico, foi promovida a compostagem em alguns campi, permitindo a reutilização desses resíduos na produção de adubo orgânico.
Estações de tratamento de efluentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequação, instalação e ampliação de sistemas de tratamento de esgoto em diversos campi, eliminando estruturas inadequadas como fossas e sumidouros. ▪ Redução do impacto ambiental por meio da diminuição da infiltração de esgoto no solo e do envio de efluentes não tratados para a rede coletora.
Reutilização de efluentes tratados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão do reuso de água proveniente das estações de tratamento para fins de irrigação, otimizando o consumo de recursos hídricos.
Resíduos Líquidos químicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção de práticas adequadas de acondicionamento e armazenamento de resíduos líquidos químicos, evitando contaminação ambiental. ▪ Contratação de empresas especializadas para transporte e destinação segura desses materiais.

3.7.4. OUTRAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ações de Sustentabilidade e Manutenção nos Campi:

- **Manutenção das Estruturas:** Realização constante da manutenção das estruturas elétricas e hidrossanitárias em todos os campi, garantindo a segurança e a funcionalidade das instalações.
- **Redução de Descartáveis:** Aquisição de squeezes e diminuição do uso de materiais descartáveis, resultando em uma significativa redução do consumo de copos plásticos e promovendo a otimização do uso de recursos naturais.
- **Economia de Papel:** Implementação de práticas para a economia de papel, priorizando a redução

de materiais impressos e optando por processos e documentos eletrônicos, o que contribui para a preservação ambiental.

- **Conscientização Ambiental:** Aumento da conscientização e educação ambiental por meio de palestras, rodas de conversa e a promoção de hábitos que ajudem a diminuir e racionalizar o consumo de energia e água.
- **Campanhas Educativas:** Realização de campanhas educativas voltadas para o uso consciente de água e energia elétrica, gerando economia e incentivando práticas sustentáveis.
- **Supressão de Plantas Invasivas:** Supressão das plantas Nim indiano (*Azadirachia indica A. JUSS*) e

substituição por plantas nativas em áreas abertas de alguns campi, devido aos danos causados às tubulações elétricas e hidráulicas.

- **Plantio de Mudanças:** Plantação de mudas frutíferas e gramados em áreas internas e externas dos campi, contribuindo para a melhoria do ambiente e a promoção da biodiversidade.
- **Produção de Adubo:** Implementação da técnica de compostagem para a produção de adubo a partir de resíduos orgânicos, como restos de alimentos e folhas de plantas, resultando na economia de insumos para adubação nos campi.

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



Imagem de @jannoon028 no Freepik

4.1. GESTÃO DE RISCOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) revisou em 2024 sua Política de Gestão de Riscos para se alinhar às novas diretrizes e regulamentações, incluindo o Decreto nº 11.529/2023, que trata da instituição do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (Sitai), preservando o seu alinhamento aos demais normativos superiores, como a Política de Governança no âmbito da Administração Pública Federal, o Decreto 9.203/2017. Esta política, que está em vias de ser aprovada, será implementada por várias instâncias, como o Conselho Superior, o Comitê Interno de Governança Institucional (CIGI), o Núcleo de Gestão de Riscos (NGRIS) e a Unidade de Gestão da Integridade.

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

A gestão de riscos no IFRN tem como principais objetivos:

- Garantir que os serviços, produtos e resultados da instituição atendam às necessidades de interesse público, preservando a sua integridade e a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade;
- Promover uma cultura de integridade e responsabilidade em todos os níveis da organização, mantendo a aderência a valores éticos baseados em honestidade, transparência e responsabilidade e a princípios normativos em todas as decisões e ações;
- Identificar, avaliar e gerenciar proativamente os riscos que possam afetar os objetivos da instituição, desenvolvendo estratégias para lidar com a incerteza de maneira eficaz.

ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gestão de riscos do IFRN é composta por:

- **Conselho Superior:** Órgão máximo responsável pela aprovação de políticas e regulamentos de gestão de riscos.
- **Comitê Interno de Governança Institucional (CIGI):** Órgão de apoio à governança responsável por analisar e validar documentos, aprovar metodologias e relatórios de gestão de riscos.
- **Núcleo de Gestão de Riscos (NGRIS):** Responsável por implementar a gestão de riscos no IFRN.
- **Unidade de Gestão da Integridade:** Coordena o NGRIS e o Programa de Integridade do IFRN.
- **Funções de Integridade:** Responsáveis por propor e implementar ações inerentes ao gerenciamento de riscos de integridade.
- **Unidades Organizacionais:** Responsáveis pela execução do processo de gestão de riscos em seus setores.
- **Auditoria-Geral:** Órgão de auditoria interna responsável por prestar contas ao Conselho Superior.

MODELO DAS TRÊS LINHAS

O IFRN adota o modelo das três linhas para a gestão de riscos e dos seus controles internos, que é uma abordagem reconhecida internacionalmente para fortalecer a governança e a transparência. Esse modelo é composto por:

- **Primeira Linha:** Unidades organizacionais e servidores responsáveis pelo gerenciamento de riscos nos processos organizacionais. Eles são os proprietários dos riscos e gestores dos processos.

- **Segunda Linha:** Núcleo de Gestão de Riscos, Unidade de Gestão da Integridade e demais funções de integridade. Esses órgãos fornecem suporte, monitoramento e orientação para a gestão de riscos, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de controle interno do IFRN.
- **Terceira Linha:** Auditoria Interna, que realiza avaliações independentes e garante que os processos de gestão de riscos estejam funcionando de maneira eficaz, garantindo um controle interno mais eficaz e transparente para a instituição.

4.1.1. PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os principais riscos relacionados aos objetivos estratégicos do IFRN, mapeados a partir dos relatos das unidades e com base nos indicadores de desempenho, estão detalhados na seção 2 deste Relatório de Gestão e no Plano de Integridade do IFRN. Esses riscos, consolidados e analisados, abrangem diversas perspectivas estratégicas da instituição, tais como:

- **Estudantes e Sociedade:** são riscos que devem ser permanentemente monitorados e tratados: evasão escolar; dificuldades de aprendizagem; baixa relação candidato/vaga; desafios relacionados à acessibilidade e quebra de barreiras diversas para estudantes com deficiência; e desafios na internacionalização para atendimento aos vários campi do IFRN.

- **Processos Acadêmicos:** riscos relacionados à qualidade do ensino; à implementação da EaD; ao envolvimento de servidores e alunos em projetos; à articulação com o mundo do trabalho; e à produção científica e tecnológica.
- **Gestão e Infraestrutura: são riscos que devem ser observados:** dificuldades na implementação da gestão de riscos e processos; relacionados à capacitação dos servidores; relacionados à infraestrutura de TI; e aos desafios da gestão da infraestrutura física.
- **Orçamento:** dificuldades na captação de recursos extraorçamentários; riscos relacionados ao acompanhamento e correta execução do orçamento.
- **Riscos de Integridade:** riscos relacionados à conduta íntegra de servidores e gestores; de proteção ao denunciante; relacionados a assédio e discriminação nos ambientes acadêmicos e administrativos; relacionados às estruturas de integridade; relacionados à responsabilização de servidores, alunos, empresas; nepotismo; conflito de interesses; abuso de autoridade ou poder; e outros.

DESAFIOS

Além desses riscos, um grande desafio para a área de gestão de riscos é utilizar o relatório de Autoavaliação Institucional como uma fonte de informação para a identificação de riscos. O relatório mais recente, elaborado em 2024 e referente às autoavaliações realizadas de 2021 a 2023, sugere medidas urgentes e aprimoramentos estratégicos em várias dimensões relacionadas a 36 indicadores, conforme demonstrado na tabela a seguir:

EIXO	DIMENSÃO	INDICADOR	RECOMENDAÇÃO PARA A AÇÃO/POLÍTICA
1 - Planejamento e Avaliação Institucional	8 - Planejamento e Avaliação	Existe uma relação entre as melhorias propostas no Relatório de Autoavaliação Institucional e o Plano de Atividades Anual da minha unidade.	Necessita de aprimoramento
2 - Desenvolvimento Institucional	1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	O IFRN desenvolve ações voltadas para mobilidade internacional de discentes.	Necessita de aprimoramento
2 - Desenvolvimento Institucional	1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	O IFRN desenvolve ações voltadas para mobilidade internacional de servidores.	Necessita de aprimoramento
2 - Desenvolvimento Institucional	1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	O IFRN fomenta a participação da comunidade acadêmica em eventos internacionais no Brasil.	Necessita de aprimoramento
2 - Desenvolvimento Institucional	1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	O IFRN fomenta a participação da comunidade acadêmica em eventos internacionais no exterior.	Necessita de aprimoramento
2 - Desenvolvimento Institucional	1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	O IFRN fomenta cooperação com Instituições Internacionais de pesquisa, ensino e extensão, conforme promove internacionalização.	Necessita de aprimoramento
2 - Desenvolvimento Institucional	3 - Responsabilidade Social da Instituição	No IFRN há iniciativas para implantação do plano de economia e uso eficiente da energia elétrica em suas unidades.	Necessita de aprimoramento
2 - Desenvolvimento Institucional	3 - Responsabilidade Social da Instituição	No IFRN há iniciativas para implantação do plano de economia, uso eficiente e reuso da água em suas unidades.	Necessita de aprimoramento
2 - Desenvolvimento Institucional	3 - Responsabilidade Social da Instituição	As ações da minha Unidade relacionadas ao meio ambiente são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.	Necessita de aprimoramento
2 - Desenvolvimento Institucional	3 - Responsabilidade Social da Instituição	O planejamento estratégico da sua Unidade tem sido eficaz para antecipação de problemas e proposição de soluções.	Necessita de aprimoramento

EIXO	DIMENSÃO	INDICADOR	RECOMENDAÇÃO PARA A AÇÃO/POLÍTICA
2 - Desenvolvimento Institucional	4 - Comunicação com a Sociedade	O IFRN promove ações para melhoria da qualidade da educação básica em escolas públicas.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	As políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos servidores da minha Unidade são satisfatórias.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	As políticas de pessoal e de carreira do IFRN atendem às necessidades dos servidores.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	As políticas de seleção para afastamento de pós-graduação estão adequadas, consolidadas e instituídas às necessidades dos servidores.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	As reuniões pedagógicas, administrativas e de grupos constituem-se como espaço formativo para os servidores da minha Unidade.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	Os atendimentos relacionados aos serviços de atenção à saúde do servidor afastados para tratamento de saúde até 15 dias vêm sendo realizados de forma satisfatória.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	Os incentivos e auxílios dados pelo IFRN para participação em eventos científicos, técnicos e culturais permitem o desenvolvimento das minhas atividades na Unidade que atuo de forma satisfatória.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	Os processos atuais de afastamento para capacitação por meio de cursos de longa duração entre os servidores técnicos administrativos são exequíveis.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	6 - Organização e Gestão da Instituição	A implementação da gestão de processos tem um impacto positivo na melhoria das atividades e resultados da Unidade em que atuo no IFRN.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	6 - Organização e Gestão da Instituição	As demandas da comunidade escolar são atendidas de forma padronizadas pelas diversas Unidades do IFRN.	Necessita de aprimoramento

EIXO	DIMENSÃO	INDICADOR	RECOMENDAÇÃO PARA A AÇÃO/POLÍTICA
4 - Políticas de Gestão	6 - Organização e Gestão da Instituição	Possuo conhecimento dos principais documentos normativos (estatuto; regimento geral; regimento interno da Unidade; organização didática).	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	10 - Sustentabilidade Financeira	A alocação e priorização de recursos para custeios (manutenção) têm atendido adequadamente às necessidades da sua Unidade no IFRN.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	10 - Sustentabilidade Financeira	A alocação e priorização de recursos para investimentos (aquisições e inovação) na Instituição têm atendido adequadamente às necessidades da sua Unidade no IFRN.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	10 - Sustentabilidade Financeira	A priorização de recursos para gastos com pessoal (capacitação, contratação de professores substitutos, visitantes, estagiários) têm atendido adequadamente às necessidades da sua Unidade no IFRN.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	10 - Sustentabilidade Financeira	Conheço as iniciativas da Unidade em que atuo para geração de energia renovável.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	10 - Sustentabilidade Financeira	O desenvolvimento de políticas no IFRN prioriza o gasto corrente por discente (orçamento da unidade/alunos) como norteador para melhoria institucional.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	10 - Sustentabilidade Financeira	O planejamento orçamentário da minha Unidade é transparente, participativo, contribui para sua sustentabilidade financeira.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	10 - Sustentabilidade Financeira	Os resultados dos atos administrativos (por exemplo os relatórios de gestão etc.) são socializados, assim como as devidas soluções são discutidas na minha unidade no IFRN.	Necessita de aprimoramento
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	O processo de mapeamento de competências foi realizado pelo IFRN na Unidade em que atuo.	Requer medidas urgentes
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	Os atendimentos relacionados aos serviços de atenção à saúde do servidor afastados para tratamento de saúde acima de 15 dias vêm sendo realizados de forma satisfatória.	Requer medidas urgentes

EIXO	DIMENSÃO	INDICADOR	RECOMENDAÇÃO PARA A AÇÃO/POLÍTICA
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	Os atendimentos relacionados aos serviços de atenção à saúde do servidor afastados por acidentes ou doenças profissionais vêm sendo realizados de forma satisfatória.	Requer medidas urgentes
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	Participei de alguma capacitação após ter as competências mapeadas.	Requer medidas urgentes
4 - Políticas de Gestão	5 - Política de Pessoal	Tive minhas competências socioemocionais mapeadas com intuito de alcançar o desenvolvimento enquanto servidor e, por consequência, institucional.	Requer medidas urgentes
4 - Políticas de Gestão	6 - Organização e Gestão da Instituição	O IFRN realiza ações para implementação de Políticas de Gestão de Riscos.	Requer medidas urgentes
4 - Políticas de Gestão	6 - Organização e Gestão da Instituição	Os instrumentos para a execução da Política de Gestão de Riscos são satisfatórios.	Requer medidas urgentes
4 - Políticas de Gestão	10 - Sustentabilidade Financeira	A implantação do Escritório de Projetos no IFRN tem possibilitado a orientação aos servidores para captação de recursos externos públicos e/ou privados.	Requer medidas urgentes

Nesse sentido, é necessário e urgente que o Núcleo de Gestão de Riscos do IFRN passe a considerar esses indicadores no processo de gestão de riscos. Dessa forma, a gestão do IFRN poderá ser mais bem assessorada nos processos decisórios, especialmente ao direcionar seus esforços para fortalecer pontos críticos apontados pela comunidade acadêmica. Além disso, é fundamental incluir a participação da comunidade acadêmica como um elemento central no processo de gestão de riscos, por meio de sua participação no processo de autoavaliação institucional.

5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Imagem de @pressfoto no Freepik

5.1. RELATO DA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

O resultado financeiro é representado através do confronto entre ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRN.

No exercício de 2024, as receitas orçamentárias do IFRN totalizaram R\$ 1.981.266,75, já contabilizadas as deduções da receita, cujo valor chegou a R\$ 35.440,60. Aquele valor representa apenas 0,16% do total dos ingressos do balanço financeiro, uma vez que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes das Transferências Financeiras Recebidas e os Recebimentos Extraordinários, que juntos representaram 94,64% dos ingressos.

No período supracitado, houve uma diminuição na arrecadação das receitas orçamentárias na ordem de 13,71%, quando comparado ao mesmo período de 2023, ao mesmo tempo em que houve uma transposição do saldo do exercício anterior da ordem de R\$ 63.992.564,64.

As despesas orçamentárias representaram 74,21% de todos os dispêndios, dos quais 88,02% referentes às despesas ordinárias e 11,98% às despesas vinculadas. No comparativo com o mesmo período de 2023, as despesas orçamentárias tiveram um acréscimo de 10,73%.

O IFRN chegou ao final do exercício de 2024 apresentando um montante de R\$ 1.981.266,75 a título de receita realizada, ao passo que a sua previsão inicial atualizada era de R\$ 2.213.746,00, sendo 34,43% referentes às Receitas Patrimoniais, 5,17% relativas a Outras Receitas Correntes, 59,86% provenientes das Receitas de Serviço e 0,54% referente à Receita Agropecuária.

Das despesas correntes empenhadas até dezembro de 2024, 74,45% foram relativas a pessoal e encargos sociais e 25,55% a outras despesas correntes. Dessas despesas correntes empenhadas, 91,11% foram objeto de liquidação e 80,57% foram devidamente pagas. Com relação às outras despesas correntes, as suas despesas empenhadas equivalem a R\$ 228.707.509,76, sendo superior à dotação atualizada que fora de R\$ 144.262.204,00, em virtude de que o IFRN também executa orçamento de outros órgãos enviados através de Termos de Execução Descentralizada – TEDs. Nesses casos, os valores da dotação estão no balanço orçamentário do órgão concedente, constando em nosso balanço apenas a execução.

As despesas de capital empenhadas no exercício de 2024 representaram apenas 0,82% do total das despesas orçamentárias, correspondendo a um montante de R\$ 18.488.024,22, dos quais 20,29% foram liqui-

dadas e 19,82% efetivamente pagas. Durante o período, 100% das despesas executadas foram decorrentes dos créditos iniciais, não havendo abertura de créditos suplementar, especial ou extraordinários.

O saldo patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN atingiu, no final do exercício, o montante de R\$ 400.118.186,00, o que corresponde a um decréscimo de 6,65% se comparado com o exercício anterior. O déficit financeiro apurado no final do exercício totalizou o valor de R\$ 127.215.628,37 que, de acordo com a legislação vigente, corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

O grupo da depreciação, amortização e exaustão apresentou uma variação negativa de 1,36% em relação ao mesmo período de 2023. O maior destaque dessa variação está na conta de depreciação de bens móveis, correspondendo a R\$ 12.408.702,77, sendo seguido por R\$ 562.600,52 referentes à Depreciação de Bens Imóveis.

O resultado patrimonial, que foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, apresentou déficit em 2024 da ordem de R\$ 6.190.764,04, contra um resultado também negativo de R\$ 31.332.582,53 que foi apurado no exercício anterior.

5.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações contábeis:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração das Variações do Patrimônio Líquido;
- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

5.3. NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas:

- Informações gerais: natureza jurídica da entidade; domicílio da entidade; natureza das operações e principais atividades da entidade; declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis;
 - Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo: bases de mensuração utilizadas, como: a. custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável; b. novas normas e políticas contábeis alteradas; c. julgamentos pela aplicação das políticas contábeis;
 - Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas;
 - Outras informações relevantes, por exemplo: passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas; reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro; ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.
- No que couber (diretriz materialidade), abordar ainda:
- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos;
 - Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados;
 - Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber;
 - Evidenciação do del-credere das demonstrações contábeis;
 - Revisão dos critérios adotados classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras;
 - Informações sobre as operações de financiamento;
 - Demonstrativo específicos sobre subsídios e resultado operacional.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

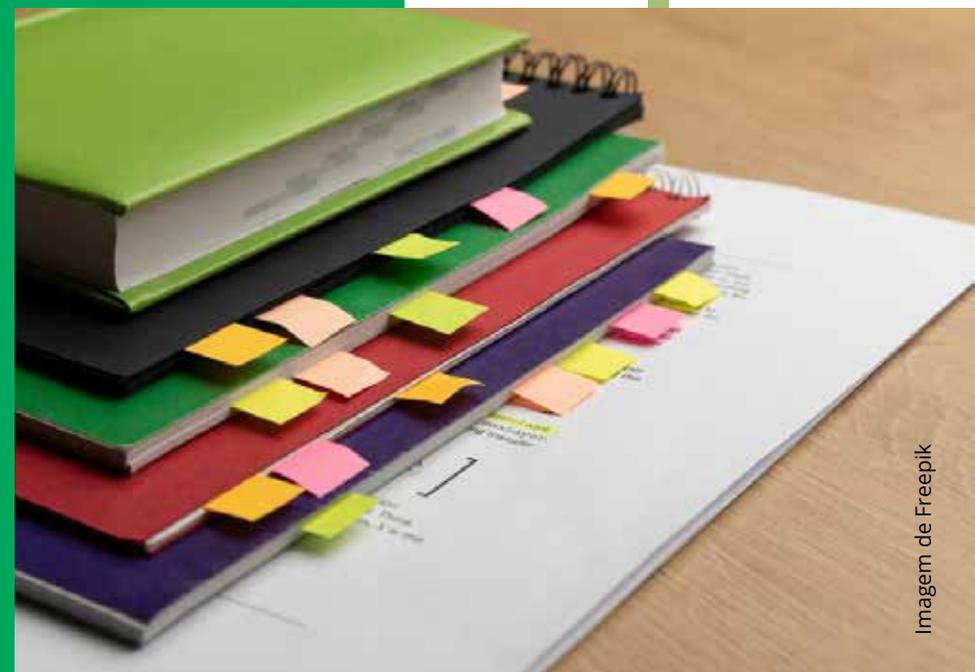


Imagem de Freepik

6.1. INDICADORES DO ACÓRDÃO Nº 2267/2005-TCU

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Para efeito desse Acórdão, são apresentados os resultados de um conjunto de indicadores acadêmicos, administrativos, socioeconômico e de gestão

de pessoas, considerando-se o exercício de referência deste relatório de gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores. O Quadro 5 apresenta um resumo desses indicadores, de forma detalhada, cujas análises críticas encontram-se contextualizadas na avaliação dos objetivos estratégicos aos quais se vinculam, disponíveis no capítulo 4 deste Relatório.

QUADRO 5 - INDICADORES DO ACÓRDÃO Nº 2267/2005-TCU

INDICADORES	SEÇÃO	EXERCÍCIOS								
		2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	4,5	3,2	3,9	4,8	5,2	4,11	3,51	3,39	4,99
	Relação Ingressos/Aluno	4,5	52,00%	54,60%	47,80%	48,80%	40,80%	44,50%	46,40%	33,30%
	Relação Concluintes/Aluno	4,5	33,00%	28,90%	25,70%	10%	60,41%	57,84%	61,08%	57,10%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	4,5	63,70%	51,40%	50,40%	72,40%	64,10%	59,90%	62,80%	58,90%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	4,5	11,70%	16,20%	13,90%	15,50%	5,77%	3,44%	2,68%	2,98%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	4,5	23	24,70	22,40	22,30	24,92	24,24	26,23	28,73
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	4,9	26596,2	22645,40	21443,20	18008,50	14686,77	14286,01	14077,95	12482,31
	Percentual de Gastos com Pessoal	4,9	74,60%	80,00%	79,80%	88,40%	86,38%	84,49%	78,50%	77,90%
	Percentual de Gestos com outros Custeios	4,9	22,70%	15,90%	17,90%	9%	11,08%	12,88%	17,00%	14,00%
	Percentual de Gastos com Investimentos	4,9	2,90%	4,30%	2,40%	2,90%	2,55%	2,63%	3,40%	3,00%

INDICADORES	SEÇÃO	EXERCÍCIOS								
		2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	
Número de Alunos matriculados por Renda per Capita Familiar										
Socioeconômicos	Até 0,5 S.M. (inclusive)	4.4	60,14%	55,96%	61,24%	61,83%	58,58%	62,21%	62,76%	41,22%
	Entre 0,5 e 1,0 S.M. (inclusive)	4.4	23,89%	25,93%	24,23%	22,39%	22,38%	21,24%	21,17%	13,25%
	Entre 1 e 1,5 S.M. (inclusive)	4.4	8,05%	8,85%	7,55%	7,54%	8,43%	7,54%	7,64%	4,83%
	Entre 1,5 e 2,0 S.M. (inclusive)	4.4	2,83%	3,10%	2,35%	2,68%	5,36%	4,85%	4,70%	3,57%
	Entre 2,0 e 2,5 S.M. (inclusive)	4.4	1,74%	2,24%	1,59%	1,69%				
	Entre 2,5 e 3,0 S.M. (inclusive)	4.4	0,89%	0,83%	0,72%	0,72%	2,29%	1,87%	1,84%	1,24%
	Maior ou igual a 3,0 S.M.	4.4	2,47%	3,08%	2,30%	3,15%	2,96%	2,29%	1,89%	1,21%
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	4.8	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,2	4,10%	4,1%

Fonte: Relatórios de Gestão, Plataforma Nilo Peçanha, Dados do SUAP (IFRN)

ANEXOS E APÊNDICES



Imagem de Freepik

GLOSSÁRIO

Ad referendum - sujeito à aceitação posterior por parte de um colegiado.

Anais - obra que relata os acontecimentos de cada ano.

Balanced scorecard - indicadores balanceados de desempenho. Instrumento gerencial de medição de desempenho de uma Instituição ou Empresa.

Boletim de serviço - determinação da Lei nº 4.965, de 5 de maio de 1966, que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo. Neste documento, são divulgados os atos de concessão de vantagens pecuniárias previstas na legislação em vigor.

Bolsas de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios - TAL - bolsas para alunos regularmente matriculados no IFRN, tendo cursado com aprovação as disciplinas correspondentes aos laboratórios para os quais se candidatam, com o objetivo de realizar prática profissional na modalidade de Atividades de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios -TAL.

Campi - forma plural de campus.

Campus - unidade de ensino.

Conformidade legal - legislação aplicável a cada área.

Contingenciamento - de acordo com o conceito do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão “O contingenciamento consiste no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas. Normalmente, no início de cada ano, o Governo Federal emite um Decreto limitando os valores autorizados na LOA, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias (investimentos e custeio em geral). O Decreto de Contingenciamento apresenta como anexos limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impedem pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores. O poder regulamentar do Decreto de Contingenciamento obedece ao disposto nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)”.

Discentes - alunos.

Docentes - professores.

Egressos - aqueles que deixaram de pertencer a comunidade acadêmica.

Estágio probatório - o estágio probatório está ligado a estabilidade do servidor público. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 41, “são estáveis após três anos

de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”.

Evasão escolar - descontinuidade dos estudos por parte do aluno.

Extensão - processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre o Instituto e a sociedade.

Fomentar - promover o desenvolvimento, estimular, desenvolver, instigar.

Gestão de riscos - segundo a Instrução Normativa nº 01/2016, do MP/CGU, artigo 2º, inciso VII, gerenciamento de riscos é conceituado como o “processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização”.

Governança - é definida pelo Decreto nº 9.203/2017 como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Incubadoras tecnológicas - tem como objetivo abrigar empresas inovadoras frutos de

projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, buscando o fornecimento de um ambiente dedicado ao desenvolvimento da empresa através do fornecimento de assessoria empresarial, contábilística, financeira e jurídica.

Indicadores - instrumentos de gestão para medir os resultados e acompanhar metas da Instituição.

Insalubridade - de acordo com a lei nº 6.514, de 22/12/77, “serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”.

Macroprocesso - é o meio pelo qual a Instituição reúne os grandes conjuntos de atividades para cumprir a sua missão.

Multicampi - Instituição com várias unidades.

Parques tecnológicos - segundo Solleiro (1993), um parque tecnológico compreende uma área física delimitada, urbanizada, destinada às empresas intensivas em tecnologia que se estabelecem próximas ou em universidades ou centros de pesquisas com o objetivo utilizarem a capacidade científica e técnica dos pesquisadores e de seus laboratórios.

Periculosidade - de acordo com a lei nº 12.740, de 08/12/12, “são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e

Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica e roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial”.

Periódicos - publicações de assuntos específicos ou diversos que são publicados regularmente.

Plataforma Lattes - é uma plataforma virtual criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que agrega as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, em um único sistema de informações.

Pluricurricular - que têm múltiplos currículos.

Programa Mulheres Mil - de acordo com o Ministério da Educação, “o objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões”.

Qualis - é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

Recurso de capital - segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola), que pertence à categoria capital deve ser empregada na aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, computadores, mobiliário, etc.).

Recurso de custeio - segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, “a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola), que pertence à categoria de custeio destina-se a cobrir despesas relacionadas aquisição de material de consumo (materiais de expediente, limpeza, construção, etc.) e contratação de serviços (manutenção hidráulica, elétrica, jardinagem etc.).

Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) - sistema desenvolvido pela equipe da Diretoria de Gestão de TI (DIGTI) para a Gestão dos Processos Administrativos do IFRN.

Termo de Execução Descentralizada - é definido, no Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, como “instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática”.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AMLAI - Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação

AUDGE - Auditoria Geral

BIM - *Building Information Modeling*

BSC - *Balanced Scorecard*

CD - Cargos de Direção

CE - Conselho Escolar

CEI - Comissão de Ética Institucional

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CEUA - Comissão de Ética no Uso de Animais

CGC - Colégio Gestor do Campus

CGD - Comitê de Governança Digital

CGR - Colégio Gestor da Reitoria

CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

CGU - Controladoria-Geral da União

CIGI - Comitê Interno de Governança Institucional

CIS-PCCTAE - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação

CODIAC - Colegiado da Diretoria Acadêmica

CODIR - Colégio de Dirigentes

COLA - Comissão Local de Acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho de Pessoal

COMPREV - Sistema de Compensação Previdenciária

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONSEPEX - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUP - Conselho Superior

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente

DIAE - Diretoria Sistêmica de Atividades Estudantis

DICI - Diretoria Sistêmica de Comunicação Institucional

DIGPE - Diretoria Sistêmica de Comunicação Institucional

DINFRA - Diretoria Sistêmica de Infraestrutura

DINT - Diretoria Sistêmica de Internacionalização

DITIC - Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação e Comunicação

e-Aud - Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

EDP - Encarregado de Dados Pessoais

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

e-SIC - Sistema de Informação ao Cidadão

FG - Função Gratificada

FUNCERN - Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN

GABIN/RE - Gabinete da Reitoria

GRU - Guia de Recolhimento da União

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

LAI - Lei de Acesso à Informação

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

MGI - Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

MPF - Ministério Público Federal

NAPNE - Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEE - Necessidades Educacionais Específicas

PBP - Programa Bolsa Permanência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PET - Programa de Educação Tutorial

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas

PPIQ - Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROAD - Pró-Reitoria de Administração

PRODES - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEN - Pró-Reitoria de Ensino

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PROFNIT - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

ProITEC - Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania

PROJU - Procuradoria Jurídica

PROPI - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Renoen - Rede Nordeste de Ensino

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho

Sitai - Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

TAL - Tutoria de Aprendizagem e Laboratório

TCU - Tribunal de Contas da União

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UC - Universidade de Coimbra

UGI - Unidade de Gestão de Integridade

UMinho - Universidade do Minho

INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

No quadro a seguir são apresentadas as informações sobre os projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN (Funcern). Regida pela Lei 8.958/94, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, sediada em Natal, no Rio Grande do Norte. É constituída por pessoas jurídicas, tendo sido fundada por oito instituidores em 19 de novembro de 1998, com o objetivo de apoiar as ações de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional do IFRN, contribuindo, dessa forma, com o desenvolvimento educacional e tecnológico do RN.

A Funcern é credenciada junto aos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT), ao Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior (CONFIES) e à Associação Brasileira de Instituições de Pesquisas Tecnológicas (ABIPTI), sendo reconhecida como entidade de utilidade pública em nível estadual e municipal.

RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS COM A CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÕES DE APOIO

IDENTIFICAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE APOIO

Nome: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RN

CNPJ: 02.852.277/0001-78

Página na Internet: <http://funcern.br/>

INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

PROJETO		INSTRUMENTO CELEBRADO						
SEQUENCIAL	FINALIDADE	Nº	TIPO*	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR (EM R\$ 1,00)	
					INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
01		351/2023	CT	Apoio à realização de atividades de astronáutica no âmbito do CVT-Espacial, da Agência Espacial Brasileira voltado para capacitação de professores.	02/01/2024	11/12/2025	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00

INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

PROJETO		INSTRUMENTO CELEBRADO						
SEQUENCIAL	FINALIDADE	Nº	TIPO*	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR (EM R\$ 1,00)	
					INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
02		341/2023	CT	Execução do projeto de extensão FUNCERN Play: Criação e implementação do novo programa televisivo IFRN em Pauta	02/01/2024	28/02/2024	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
03	Extensão	02/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto de extensão intitulado "areninhas potiguaras", financiado por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.	03/01/2024	03/07/2026	R\$ 6.100.000,00	R\$ 6.100.000,00
04		03/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto intitulado "Automação Informacional do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados", financiado por intermédio do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.	08/01/2024	21/05/2025	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
05	Extensão	04/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto "Projeto Formação Continuada de Agentes Territoriais de Cultura e Mobilização Social" - Secretaria dos Comitês de Cultura (MINC)"	03/01/2024	03/01/2026	R\$ 10.788.024,50	R\$ 5.437.543,50
06		05/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto de extensão intitulado "V Simpósio de Educação do IFRN", financiado por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.	15/01/2024	30/05/2025	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00
07	Extensão	09/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto integrado de extensão e ensino intitulado "implantação e operação de rádio educativa", financiado por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, e conforme proposta da Funcern, condições e exigências estabelecidas no plano de trabalho.	05/01/2024	05/01/2026	R\$ 1.275.000,00	R\$ 1.275.000,00

INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

PROJETO		INSTRUMENTO CELEBRADO						
SEQUENCIAL	FINALIDADE	Nº	TIPO*	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR (EM R\$ 1,00)	
					INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
08	Extensão	11/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto de extensão intitulado "V Simpósio de Educação do IFRN", financiado por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.	11/01/2024	11/01/2025	R\$ 675.000,00	R\$ 675.000,00
09	Extensão	26/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto de extensão intitulado "Educação Ambiental para os Municípios Litorâneos da Região Metropolitana de Natal", financiado por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.	24/01/2024	23/07/2025	R\$ 900.000,00	R\$ 698.599,96
10		94/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto "II Reunião Intersessional do Painel 1 da ICCAT em Natal/ RN - 2024".	06/05/2024	06/08/2024	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00
11	Extensão	103/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto intitulado Fortalecimento das cooperativas, associações e empreendimentos econômico solidários da agricultura familiar, financiado por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura	21/05/2024	20/05/2025	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
12	Ensino	107/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto de Ensino "Centralização da organização das provas dos processos seletivos discentes do IFRN_2024.2-2025.1".	24/05/2024	24/05/2025	R\$ 1.293.353,53	R\$ 1.008.553,49
13	Extensão	110/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto "Portal Institucional como Ferramenta de Melhoria dos Processos de Comunicação Institucional".	07/06/2024	07/06/2025	R\$ 478.666,67	R\$ 478.666,67

INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

PROJETO		INSTRUMENTO CELEBRADO						
SEQUENCIAL	FINALIDADE	Nº	TIPO*	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR (EM R\$ 1,00)	
					INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
14		121/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto de extensão ações para acesso e execução a políticas públicas de Agroecologia e Inovação.	19/06/2024	31/05/2026	R\$ 1.704.443,16	R\$ 1.704.443,16
15		126/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do curso de Especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido, financiado por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).	09/07/2024	09/07/2026	R\$ 1.698.620,00	R\$ 511.220,00
16	Ensino	131/2024	CT	Gerenciamento de Recursos e Execução do Projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto "Modelagem de Processos do IFRN", financiado por intermédio de recursos orçamentários deste IFRN,	08/07/2024	08/07/2027	R\$ 1.191.044,44	R\$ 361.511,10
17	Pesquisa	142/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto "Solução Inovadora de Inteligência Artificial Generativa para Respostas Automatizadas", financiado por intermédio da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) do Ministério das Comunicações (MCom).	23/07/2024	23/07/2025	R\$ 4.440.256,00	R\$ 3.000.000,00
18	Extensão	148/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto "Jovem Potiguar", financiado por intermédio da Secretaria de Qualificação, Emprego e renda do Ministério do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.	29/07/2024	29/07/2025	R\$ 4.200.000,00	R\$ 4.200.000,00
19		159/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto "implantação e customização do SUAP no CETREMEC/ SGA/MEC", financiado por intermédio da Subsecretaria de Gestão Administrativa do Ministério da Educação.	08/08/2024	08/08/2026	R\$ 1.768.088,89	R\$ 753.756,14

INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

PROJETO		INSTRUMENTO CELEBRADO						
SEQUENCIAL	FINALIDADE	Nº	TIPO*	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR (EM R\$ 1,00)	
					INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
20	Ensino	161/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto de desenvolvimento institucional “aferição de cotas para ingresso discente_2024.2-2025.1”.	14/08/2024	14/08/2025	R\$ 549.976,28	R\$ 439.981,00
21		218/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto “Modernização do Acervo do IFRN”.	13/09/2024	13/09/2025	R\$ 410.000,00	R\$ 410.000,00
22	Pesquisa	223/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto “Comvida: Educação Ambiental e Justiça Climática no Nordeste”, financiado por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC).	18/09/2024	18/06/2025	R\$ 359.590,00	R\$ 359.590,00
23	Ensino	228/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto “Formação Continuada em Currículo Integrado EJA-EPT”, financiado por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC).	23/09/2024	18/06/2025	R\$ 359.590,00	R\$ 359.590,00
24		258/2024	CT	Formação de agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa para identificação de violação de Direitos Humanos e fomento à criação ou fortalecimento de arranjos institucionais que viabilizem as políticas públicas para a Pessoa Idosa no Rio Grande do Norte.	11/10/2024	11/04/2026	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
25	Ensino	262/2024	CT	O objeto deste projeto é evolução e acompanhamento do processo associado aos Ciclos de Coleta e Validação de Dados para a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), denominado PNP: CCV.	15/10/2024	15/10/2028	R\$ 7.268.752,83	R\$ 1.200.000,00

INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

PROJETO		INSTRUMENTO CELEBRADO						
SEQUENCIAL	FINALIDADE	Nº	TIPO*	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR (EM R\$ 1,00)	
					INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
26	Ensino	272/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto "Implantação e Customização do Suap no IFAL.	18/10/2024	18/04/2026	R\$ 821.933,33	R\$ 254.658,00
27		277/2024	CT	Desenvolver serviços de engenharia e arquitetura, para possibilitar a construção da nova sede de Superintendência do IBAMA do Rio Grande do Norte.	22/10/2024	22/05/2025	R\$ 590.055,56	R\$ 590.055,56
28	Ensino	283/2024	CT	Continuidade da manutenção e atualização da plataforma PlaforEDU, visando a integração com sistemas governamentais (GOV.BR), melhoria da acessibilidade digital, implementação de inteligência artificial para criação automatizada de trilhas de aprendizagem e promoção da transformação digital na educação	25/10/2024	24/05/2027	R\$ 2.358.074,96	R\$ 500.000,00
29	Extensão	286/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto ArteVivências 2024: NuArte/MO entrelaçando experiências artísticas na comunidade.	31/10/2024	30/05/2025	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
30		265/2024	CT	Gerenciamento de recurso de projeto de desenvolvimento de Recursos Educacionais Abertos e Acessíveis (REAA) e oferta de cursos em tecnologias educacionais e ações afirmativas	01/11/2024	01/11/2025	R\$ 516.340,11	R\$ 516.340,11
31	Extensão	290/2024	CT	Apoiar iniciativas voltadas à comercialização, capacitação e divulgação no contexto do Circuito de Feiras da Agricultura Familiar, com vistas à promoção e fortalecimento da agricultura familiar.	14/10/2024	14/12/2025	R\$ 3.500.000,00	R\$ 3.499.960,00

INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

PROJETO		INSTRUMENTO CELEBRADO						
SEQUENCIAL	FINALIDADE	Nº	TIPO*	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR (EM R\$ 1,00)	
					INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
32	Ensino	294/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto intitulado projeto de apoio ao desenvolvimento à prática esportiva na comunidade da vila de Ponta Negra – jogando com cidadania.	07/11/2024	07/11/2026	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
33	Pesquisa	295/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto “RN Antirracista: Curso Interdisciplinar em Educação para as Relações Étnico-Raciais para a Rede Estadual e Municipal do Rio Grande do Norte” (MEC), financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC)	08/11/2024	08/05/2025	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
34		303/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da Proposta de Trabalho do Projeto “Solução tecnológica integrada de gestão do Regimento Geral da Atividade Pesqueira de Pescadores Profissionais” ao Ministério da Pesca e Aquicultura MPA.	14/11/2024	14/11/2025	R\$ 9.600.000,00	R\$ 5.000.000,00
35	Ensino	307/2024	CT	Fomentar a autonomia econômica e política das mulheres por meio da realização de formação, assessoria em gestão, mobilização e intercâmbios e desenvolvimento de experiências agroecológicas em roçados e quintais, para mulheres agricultoras familiares, mulheres de comunidades negras, quilombolas e indígenas dos Estados de Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pernambuco, Minas Gerais e Goiás.	25/11/2024	25/11/2025	R\$ 2.353.955,00	R\$ 1.179.524,50

INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

PROJETO		INSTRUMENTO CELEBRADO						
SEQUENCIAL	FINALIDADE	N°	TIPO*	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR (EM R\$ 1,00)	
					INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
36	Extensão	325/2024	CT	Fortalecer a agricultura familiar por meio da promoção de intercâmbios de conhecimentos, experiências e produtos, valorizando a diversidade cultural e produtiva do campo, incentivando a adoção de práticas sustentáveis e ampliando o acesso às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar. Projeto do I Festival Nacional da Agricultura Familiar (MDA)	09/12/2024	09/06/2025	R\$ 736.842,11	R\$ 736.842,11
37	Ensino	342/2024	CT	O objeto deste plano de trabalho enquadra -se no contexto do Programa Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades para Acesso de Estudantes da Rede Pública de Ensino à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), doravante Partiu IF. Os cursos de formação ofertados no âmbito do Partiu IF buscam atender ao disposto no inciso VIII, art. 2º da Portaria MEC nº 470/2024, qual seja, o de enfrentamento das desigualdades étnico -raciais na educação, à equidade nas condições de oferta de todas as modalidades da Educação Básica e à prioridade no atendimento aos grupos sociais em maior situação de vulnerabilidade.	12/12/2024	12/12/2025	R\$ 38.812.720,00	R\$ 38.812.720,00
38		357/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto "A reforma agrária no brasil: reflexões sobre seu papel estratégico - INCRA" nos termos da proposta de trabalho do projeto, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).	19/12/2024	19/01/2026	R\$ 1.693.293,33	R\$ 450.182,00
39	Ensino	358/2024	CT	Promover a formação inicial em docência na educação de jovens e adultos (EJA) para estudantes de licenciaturas matriculados em instituições de ensino superior (IES) públicas de todo o país.	17/12/2024	22/10/2026	R\$ 729.070,59	R\$ 729.070,59

INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS								
PROJETO		INSTRUMENTO CELEBRADO						
SEQUENCIAL	FINALIDADE	Nº	TIPO*	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR (EM R\$ 1,00)	
					INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
40		363/2024	CT	Implantação do SUAP na UFT.	19/12/2024	19/01/2026	R\$ 449.866,67	R\$ 449.866,67
41	Ensino	364/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto "linha bolsa formação – mulheres mil - 3º ciclo", financiado por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.	20/12/2024	20/02/2026	R\$ 400.000,00	R\$ 214.000,00
42		365/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto "autonomia econômica e políticas de cuidados para mulheres estudantes: um caminho necessário para a permanência estudantil e equidade de oportunidades", financiado por intermédio da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica/Coordenação Geral de Garantia de Direitos das Mulheres no Mundo do Trabalho - Ministério das Mulheres.	20/12/2024	20/06/2025	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
43		368/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto nos termos da proposta de trabalho do projeto intitulado "Agrosol: formação agroecológica e solidária para quintais produtivos e algodão agroecológico em municípios do RN".	20/12/2024	19/12/2025	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00
44		371/2024	CT	Gerenciamento de recursos e execução do projeto "revelar talentos", financiado por intermédio do Ministério do Esporte (MESP).	23/12/2024	23/08/2026	R\$ 600.000,00	R\$ 592.100,98
Totais							R\$ 113.642.557,96	R\$ 87.368.775,54

Legenda:

*Tipo: se contrato, convênio, termo de cooperação ou outro (especificar)

**Tipo: CT = contrato, CV = convênio, TC = termo de cooperação

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Norte**

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol - CEP: 59015-300
comunicacao.reitoria@ifrn.edu.br
(84) 4005-0890